

DISCURSO, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES

Intersecções teóricas e analíticas

Rosivaldo Gomes
(Org.)

Ednaldo Tartaglia
Heloane Baia Nogueira
Jaqueline Nascimento da Silva Reis
Joyce Vitória Martins Cruz
Júlio César Barreto Rocha
Nádia Nelziza Lovera de Florentino
Odete Burgeile
Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Raimunda Santana Rodrigues
Rosivaldo Gomes
Tânia Leal
Willian Gonçalves da Costa
Yurgel Pantoja Caldas

DISCURSO, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES

Intersecções teóricas e analíticas

Rosivaldo Gomes
(Org.)

Ednaldo Tartaglia
Heloane Baia Nogueira
Jaqueline Nascimento da Silva Reis
Joyce Vitória Martins Cruz
Júlio César Barreto Rocha
Nádia Nelziza Lovera de Florentino
Odete Burgeile
Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Raimunda Santana Rodrigues
Rosivaldo Gomes
Tânia Leal
Willian Gonçalves da Costa
Yurgel Pantoja Caldas

UNIFAP
Macapá
2020

Copyright © 2020, **Autores**

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Simone de Almeida Delphim Leal
Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Elda Gomes Araújo
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Erick Frank Nogueira da Paixão
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Amanda Alves Fecury
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Ms. Steve Wanderson Calheiros

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G6331d

Discurso, representações e identidades: intersecções teóricas e analíticas / Rosivaldo Gomes (organizador). – Macapá : UNIFAP , 2020.

148 p. il.

ISBN: 978-65-991862-7-1

1. Linguística. 2. Identidade. 3. Ensino. I. Rosivaldo Gomes. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 407

Capa: Rosivaldo Gomes

Revisão de Texto: Rosivaldo Gomes e Heloane Baia Nogueira

Diagramação: Rosivaldo Gomes e Fernando Castro Amoras



Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão do Organizador. É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte. As imagens, ilustrações, opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

APRESENTAÇÃO

O único modo pelo qual nós, linguistas, podemos contribuir para os temas práticos que envolvam a linguagem é adotar um olhar crítico diante de nossa própria prática. (RAJAGOPALAN, 2004, p. 35).

Esta obra, construída a partir de variados percursos teóricos e analíticos, apresenta um conjunto de discussões que tratam sobre três grandes áreas de pesquisa que se entrelaçam no contexto contemporâneo da *Modernidade Tardia*, conforme Giddens (1991, 2002) ou da *Hipermodernidade*, tal como proposto por Lipovetsky e Charles (2004): *Práticas discursivas, Identidades e Representações*.

O livro configura-se como uma contribuição aos estudos da linguagem e demonstra, a partir das pesquisas realizadas pelos autores dos capítulos, possibilidades de compreensão do fenômeno *linguagem (discurso)* em uma perspectiva crítica e reflexiva conforme a epígrafe que abre esta apresentação. Dessa maneira, organizada em três partes, esta coletânea conta com artigos de professores pesquisadores de universidades da região norte, mestrandos, graduandos e também com textos de acadêmicos que, com suas pesquisas de iniciação científica, demonstram como o discurso, constituído como uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001), tem funcionado em diversas instâncias/esferas sociais de comunicação.

Assim, a primeira parte – *Representações identitárias e negritude* é composta por dois trabalhos. O primeiro – “Discurso e representação identitária-cultural em pontos cantados de pretos velhos na Umbanda” – elaborado por Rosivaldo Gomes e Tânia Leal – apresenta reflexões a respeito de representações discursivas sobre a identidade afro-brasileira em pontos cantados por pretos velhos em giras da umbanda. Os autores, tomando como base teórica e analítica os estudos sobre Análise Crítica do Discurso, analisam dados gerados a partir de uma pesquisa etnográfica de quatro pontos cantados por dois pretos velhos – Pai Daniel de Angola e Vovó Cambinda da Guiné – no terreiro Casa de Luz Estrela do Oriente. A partir desses dados, Rosivaldo Gomes e Tânia Leal discutem os processos de reafirmação da identidade afro-brasileira que permeiam a construção discursiva acerca dos pretos velhos e, conseqüentemente, do povo negro.

No segundo trabalho desta primeira parte, intitulado “Negritude em movimento: o caso dos imigrantes haitianos no sul da Amazônia brasileira”, os professores e pesquisadores Ednaldo Tartaglia e Odete Burgeile focalizam processos identitários de imigrantes haitianos em Porto Velho, Rondônia, no Sul da Amazônia brasileira. O estudo dos autores visa

verificar como é configurado o processo migratório de um grupo de imigrantes haitianos em Porto Velho, considerando-se seu deslocamento espacial inserido em um mundo pós-moderno. Ednaldo Tartaglia e Odete Burgeile utilizam de instrumentos de base etnográfica para suas análises e mostram, a partir de seus dados, que a desterritorialização haitiana é movida por forças políticas, econômicas e naturais.

A segunda parte da obra – *Discurso, identidade(s), literatura e cultura* – focalizando questões discursivas na estreita relação com o campo literário e cultural – apresenta dois trabalhos. O primeiro, de autoria de Heloane Baia Nogueira e Yurgel Pantoja Caldas, intitulado “Representações de identidades, raça e etnia em Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas”, traz discussões de cunho teórico e analítico em relação a aspectos que dizem respeito a representações de cultura, etnia e identidades em um romance escrito em 1857, por Lourenço da Silva Araújo Amazonas - Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas. De forma mais específica, os autores analisam algumas passagens do segundo capítulo – o Regatão – objetivando evidenciar como essas representações são estabelecidas na obra.

Segue na segunda parte da obra o texto “A defesa de Alex T. Lobo: Uma reinterpretação culturalista da Obra A Verdadeira História dos Três Porquinhos, de Jon Scieszka”, de autoria de Patrícia Helena dos Santos Carneiro, Júlio César Barreto Rocha e Nádia Nelziza Lovera de Florentino, que apresenta uma análise feita pelos autores sobre a obra literária do escritor estadunidense Jon Scieszka (1954-), intitulada *A Verdadeira História dos Três Porquinhos* (1989). A partir dessa análise, os professores mostram como questões de Discurso, de Cultura, de Direito e de Justiça, na narrativa, parecem incriminar Alex T. Lobo, mas colocando-o na cena dos acontecimentos em posição de defesa e no papel de acusado social e criminal que sabe manejar argumentos verazes. Direito é também narração.

Tendo como foco questões de discurso no contexto da sala de aula e práticas discursivas em redes sociais, a terceira parte desta obra – *Ensino, discurso e redes sociais* – contém três artigos. O primeiro – “Discurso e atuação social: a carta aberta como um instrumento de ressignificação dos sujeitos”, de autoria de Jaqueline Nascimento da Silva Reis e Raimunda Santana Rodrigues, tem por finalidade descrever resultados de uma intervenção didática cujo objetivo foi contribuir para a formação discursiva dos alunos enquanto sujeitos no ato de linguagem e estimular o desenvolvimento da escrita. Os dados foram gerados a partir de um estudo realizado em uma escola pública da rede de ensino na cidade de Macapá, Amapá, com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. A intervenção didática focalizou a produção do gênero textual “carta aberta”, tendo com proposta a escrita

colaborativa como última etapa.

Os dois últimos trabalhos, configurados como resultados de pesquisas de iniciação científica, respectivamente – “Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube” – de Joyce Vitória Martins Cruz e Rosivaldo Gomes e “Posicionamento axiológico/valorativo e heteroglossia em enunciados de comentários online do facebook: uma análise com base na abordagem dialógica do discurso” – produzido por Willian Gonçalves da Costa e Rosivaldo Gomes, objetivam apresentar análise de representações discursivas em redes sociais.

O primeiro focaliza a análise de discursos de empoderamento feminino que utilizam músicas situadas dentro do Youtube como um instrumento de luta contra o machismo, a violência de gênero, o sexismo e a luta contra discursos que sustentam ideologias hegemônicas que promovem e sustentam as desigualdades de gênero. Já o segundo trabalho traz uma breve análise de posicionamentos axiológicos/valorativos materializados em comentários *on-line* de uma página da rede social Facebook. De forma mais específica, os autores intentam discutir o processo de interação-discursiva entre participantes em duas notícias publicadas na página online da Revista VEJA. Para essa análise, Willian Gonçalves da Costa e Rosivaldo Gomes tomaram como base os conceitos de apreciação valorativa/axiológica/avaliativa e heteroglóssica dos estudos do Círculo Bakhtiniano como categorias que ajudam a desvelar os posicionamentos marcados discursivamente sobre o conteúdo temáticos das notícias.

Diante do exposto, agradecemos aos colegas que aceitaram o convite, em forma de chamada pública, para contribuir com os diálogos teóricos e analíticos aqui expostos. Esperamos que as discussões que compõem a presente coletânea possam ajudar a todos aqueles interessados nos temas apresentados e também possa instigar novos interesses de pesquisas envolvendo discursos, identidades e representações.

Macapá, 21 de janeiro de 2020.

Prof. Dr. Rosivaldo Gomes

Departamento de Letras e Artes – UNIFAP

Programa de Pós-graduação em Letras – PPGLET/UNIFAP

SUMÁRIO

Apresentação	03
---------------------------	-----------

Parte 1: Representações Identitárias e negritude

Capítulo 1 - Discurso e representação identitária-cultural em pontos cantados de pretos velhos na Umbanda	11
--	-----------

Tânia Leal

Rosivaldo Gomes

Capítulo 2 - Negritude em movimento: o caso dos imigrantes haitianos no sul da Amazônia brasileira	37
---	-----------

Ednaldo Tartaglia

Odete Burgeile

Parte 2: Discurso, identidade(s), literatura e cultura

Capítulo 3 - Representações de identidades, raça e etnia em Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas	59
---	-----------

Heloane Baia Nogueira

Yurgel Pantoja Caldas

Capítulo 4 - A defesa de Alex T. Lobo: uma reinterpretação culturalista da obra A Verdadeira História dos Três Porquinhos, de Jon Scieszka	75
---	-----------

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Júlio César Barreto Rocha

Nádia Nelziza Lovera de Florentino

Parte 3: Ensino, discurso e redes sociais

Capítulo 5 - Discurso e atuação social: a carta aberta como um instrumento de ressignificação dos sujeitos	95
---	-----------

Jaqueline Nascimento da Silva Reis

Raimunda Santana Rodrigues

Capítulo 6 - Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube” 107

Joyce Vitória Martins Cruz

Rosivaldo Gomes

Capítulo 7 - Posicionamento axiológico/valorativo e heteroglossia em enunciados de comentários online do facebook: uma análise com base na abordagem dialógica do discurso 125

Willian Gonçalves da Costa

Rosivaldo Gomes

Parte I

Representações identitárias e negritude

CAPÍTULO 1

Discurso e representação identitária-cultural em Pontos Cantados de Pretos Velhos na Umbanda: um olhar pela Análise Crítica do Discurso¹

Tânia Leal²

Rosivaldo Gomes³

Introdução: pela ciência, pela vivência!

Desde os primórdios do Brasil, as relações de poder são construídas (e reconstruídas) e se mostram presentes até os dias de hoje. Por estarem diretamente ligadas a questões de identidade, as relações de poder funcionam, hoje, de forma singular, visto que a identidade é tida como fragmentada – uma pessoa possui várias identidades, de raça, de gênero, de sexualidade etc. (HALL, 1997; 2000; 2005). Dessa maneira, neste capítulo, como recorte temático, damos destaque às identidades culturais e raciais. Mesmo havendo passado algumas décadas desde a escravidão em nosso país, o racismo ainda está presente na sociedade brasileira, excluindo de diversas formas o povo afro-brasileiro. Entre tantos outros fatores, a identidade desse povo é afetada por um discurso negativo que se cria sobre ele (MOITA LOPES, 2002; CANDAU, 2008), para que se acredite que a “raça” no poder tem direito de estar lá.

Por ser uma religião afro-brasileira (SARACENI, 2005) a umbanda é marginalizada devido aos estigmas negativos criados sobre ela. Não é coincidência que uma religião que possui elementos religiosos trazidos pelo povo africano, nos primórdios desse país, seja marginalizada, assim como o povo negro. Aqui, observamos uma das manifestações do racismo.

¹ Este capítulo apresenta alguns recortes teóricos de discussões realizadas junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA/UNIFAP) e de dados de uma pesquisa etnográfica realizada nos anos de 2018 e 2019, que culminou no trabalho monográfico final de curso apresentado pela primeira autora no Curso de Letras-Inglês da Universidade Federal do Amapá.

² Graduada em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Amapá.

³ Doutor em Linguística Aplicada pelo Departamento de Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto II do Departamento de Letras e Arte da UNIFAP, do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET/UNIFAP) e coordenador Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA/UNIFAP/CNPQ).

Além disso, a umbanda é uma religião mediúnica, ou seja, trabalha com manifestações de espíritos em médiuns que vão ao terreiro ajudar as pessoas necessitadas. Por levantar como uma de suas bandeiras a questão da igualdade racial, a umbanda exalta os povos marginalizados e escravizados no Brasil colônia, estabelecendo assim como principais linhas espirituais de trabalho: a linha de Caboclos (representação de indígenas brasileiros) e a linha de Pretos Velhos (negros africanos trazidos para o Brasil) (SARACENI, 2005; 2007).

Dessa maneira, neste texto focalizamos nossas discussões na segunda linha, entrelaçando o escopo teórico da Análise Crítica do Discurso com pesquisas sobre identidade advindas dos Estudos Culturais. Os Pretos Velhos contam, nas giras que ocorrem nos terreiros de umbanda, suas experiências como escravos. Além disso, exercem o perdão a todos aqueles que lhes machucaram, trabalhando com muita humildade e bondade na umbanda e auxiliando a todos que necessitam de sua ajuda, de suas benzeduras, de seus remédios e de suas palavras de conforto (SARACENI, 2007; MARTINS, 2011).

Diferente do que foi realidade para os Pretos Velhos quando eram encarnados, o povo afro-brasileiro da pós-modernidade tem direito de se voltar contra o discurso hegemônico que quer apagar a sua identidade. Para Moita Lopes (2002), na sociedade pós-moderna há espaço para que haja revolta e resposta dos povos marginalizados e, nesse sentido, o povo negro brasileiro tem a possibilidade de buscar diversos mecanismos para (re)afirmar sua identidade e (re)construir o discurso estabelecido sobre ela, modificando assim representações que a sociedade tem desse grupo marginalizado.

Por observarmos a (constituição de) identidade por meio do discurso (MOITA LOPES, 2002; FAIRCLOUGH, 2001a), focalizamos nossa discussão, neste capítulo, a partir de dois objetivos, sendo um de caráter mais teórico: i) discutir algumas noções sobre identidade cultural, discursos e aspectos que caracterizam a umbanda como uma religião afro-brasileira; e outro de caráter mais analítico: ii) descrever a forma como ocorrem/são estabelecidas representações da identidade afro-brasileira em canções, denominadas na umbanda de Giras de Pretos Velhos, no nosso caso, na Casa de Luz Estrela do Oriente, terreiro localizado na cidade de Macapá, Amapá. Para isso, trazemos alguns dados gerados a partir de uma pesquisa etnográfica realizado no referido terreiro no percurso de dois anos 2018 e 2019).

Para dar conta desses objetivos o capítulo está organizado em um

primeiro bloco de discussões teóricas sobre identidade, discurso e questão sobre umbanda. Em seguida, tratamos rapidamente do percurso metodológico realizado para geração dos dados e por fim apresentamos as análises de quatro pontos cantados coletados durante a pesquisa etnográfica realizada nas giras de pretos velhos no terreiro Casa de Luz Estrela do Oriente.

Identidade(s) na pós-modernidade

O conceito de identidade(s) é algo difícil de definir. Por ser relacionado a seres sociais – que estão em constante mudança – a identidade é fluida e variável. Como o ser social se identifica, ou seja, como define sua identidade irá depender da sociedade em que vive, do período social, histórico e cultural em que vive e de fatores como gênero, sexualidade, raça. Assim, conforme defende Hall (2005, p. 8-9),

O próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas [acerca da identidade] (...).

Diante de tantas definições para o conceito de identidade, consideramos as discussões de Hall (2005) sobre a identidade do *sujeito pós-moderno*⁴. Segundo Hall, vivemos em um momento em que a globalização, para além de suas discussões sobre fronteiras físicas, evidencia que os indivíduos são fragmentados, ou seja, possuem várias identidades, já que as identidades sociais, mais do que nunca, apresentam-se em territórios da multiplicidade, do dinamismo, da fragmentação e da contradição. Hall (2000, p. 108) explica que

(...) as identidades não são nunca unificadas; elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Um homem negro, por exemplo, não é apenas visto como *negro*. É

⁴ Nessa obra, o autor discute ainda três conceitos de sujeito e, conseqüentemente, de identidade. Para aprofundar acerca do assunto, conferir Hall (2005).

observada sua posição de gênero (como homem cis ou trans), é considerada sua propriedade cultural (se esse sujeito é cristão ou candomblecista, por exemplo), é considerada ainda sua sexualidade (se esse sujeito se identifica como homossexual, bissexual ou heterossexual, sobre a “lógica” da heteronormatividade, ou mesmo apresentar até mais de uma dessas identidades de sexualidade). Esse homem pode apresentar, portanto, o que Hall (2005) denomina de “pluralização da identidade”, ou seja, um único indivíduo possui várias vivências em uma só, consequência, segundo o autor, da globalização que cresce junto à pós-modernidade.

Em direção semelhante a esse pensamento, Moita Lopes (2002, p. 36) elucida a multiplicidade das identidades sociais, associando-as com as práticas discursivas e salienta que “as identidades sociais de classe social, gênero, sexualidade, raça, idade, profissão, etc. são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas nas mesmas ou em práticas discursivas diferentes”. Nesse sentido, é importante destacar que a principal influenciadora para essa fragmentação dos indivíduos é a própria cultura e como ela é posta diante desses sujeitos. Hall (1997) defende que a vivência cultural de cada um é fundamental para a construção, desconstrução e reconstrução dessa(s) cultura(s). Segundo o autor (1997, p. 26),

(...) a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns discursos (...). O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Canclini (1997) também discute acerca dessa variedade de culturas, focando no sujeito latino-americano – o que é interessante aqui, visto que o brasileiro está inserido nessa realidade. O autor dá, continuamente, como exemplo, a cidade de Tijuana, situada na fronteira dos Estados Unidos com o México. Ele debate sobre como a cidade possui um “caráter multicultural”, em sua maioria devido à posição geográfica da cidade. Para o autor (1997, s.p.),

O caráter multicultural da cidade se expressa no uso do espanhol, do inglês, e também nas línguas indígenas faladas nos bairros e nas montadoras ou entre aqueles que vendem artesanato no centro. Essa pluralidade se reduz quando passamos das interações privadas às linguagens públicas, as do rádio, da televisão e da publicidade urbana, em que o inglês e o espanhol predominam e coexistem “naturalmente”.

O Brasil relaciona-se intimamente com a questão da multiculturalidade – não só devido à pós-modernidade, mas à sua história e aos personagens que protagonizaram a construção desse país. Por isso, o Brasil é visto como um país miscigenado, pela mistura de diversas culturas – consequentemente, de diversas identidades culturais. Sobre isso, Candau (2008a, p. 17) afirma que

Na América Latina e, particularmente, no Brasil a questão multicultural apresenta uma configuração própria. Nosso continente é um continente construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante através de toda sua história, uma história dolorosa e trágica principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afrodescendentes.

Ainda segundo a autora, a multiculturalidade⁵ é a ideia de que existem múltiplas identidades culturais no mundo e que elas são “identidades abertas, em construção permanente” (*idem*, p. 22); ou seja, Candau, no mesmo caminho que Hall (2000), defende que a(s) identidade(s) *não é (são) pura(s)*. Além da cultura eurocentrada disseminada com o pós-modernismo, as culturas indígena e africana estão presentes nas identidades do povo brasileiro; aqui, destaca-se a identidade do afro-brasileiro relacionada a uma religião brasileira, porém, de matriz *africana*.

Dito isso, é interessante focar no sujeito em destaque nesta pesquisa: o umbandista. Será que todas as pessoas inseridas nessa religião têm como identificador cultural a identidade afro-brasileira? Será que é regra a pessoa negra (e aqui, brasileira) ser umbandista porque é negra e brasileira, assim como a religião? Tomando por base Hall (1997; 2000; 2005) acreditamos que não. Assim, levanta-se outro questionamento: qual a importância da umbanda para a representação da identidade afro-brasileira, visto que nem todo negro brasileiro é umbandista e nem todo umbandista é negro e brasileiro?

Para responder a esse questionamento consideramos as discussões de Canclini (1997, s.p.) ao problematizar a redução da pluralidade das interações culturais ao movê-las para âmbito público, em que, em certas

⁵ A autora, nessa obra, discute diversas perspectivas sobre multiculturalidade além da explanada nesta pesquisa.

ocasiões, busca-se o privilégio de certas culturas sobre outras, havendo assim a invisibilização de outras, as quais, por fim, tornam-se marginalizadas. Há um processo ou uma tentativa de *unificação* de identidades em uma tentativa de que todos se identifiquem com uma identidade nacional só.

É óbvio que em meio a tantas culturas, essa tentativa é falha – as *culturas híbridas* continuam existindo. Porém, esse fato não elimina a realidade de que as culturas marginalizadas têm suas manifestações silenciadas. Hall (2005, p. 55 e 56) discute esse processo, dando como exemplo a Inglaterra e o *inglesismo*, dizendo que “a identidade nacional é também muitas vezes simbolicamente baseada na ideia de um *povo* ou *folk puro*, original. Mas, nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo (*folk*) primordial que persiste ou que exercita o poder”. A busca por essa origem, esse “povo puro”, acaba gerando racismo.

Candau (2008b, p. 51), seguindo o mesmo pensamento, afirma que as consequências da promoção de uma pureza cultural e étnica sempre são trágicas, acabando em “genocídio, holocausto, eliminação e negação do outro”.

Saindo da Inglaterra e voltando para o Brasil, precisamos lembrar da crença alimentada por muitos que, por ser um país de grande miscigenação, o Brasil não sofre com o racismo. Porém, o Brasil é um país repleto de desigualdades e, entre elas, está a racial. É necessário lembrar da forma como esse país foi construído – com escravidão e genocídio de povos desprivilegiados – e que essa construção tem consequências até os dias de hoje. As relações de poder são construídas desde a origem de um país.

Identidade(s) como construção discursiva

Consideramos que há uma intrínseca relação entre identidade e discurso, tendo em vista que nossas identidades, conforme assevera Moita Lopes (2002) também são construídas de forma social e discursiva. Na literatura que trata sobre discurso, mobilizamos, aqui, a noção acerca de discurso desenvolvida no âmbito da Análise Crítica do Discurso (ACD) ou Análise do Discurso Crítica (ADC). A ACD surgiu mediante a necessidade de analisar a linguagem de vários pontos de vista diferentes, levando em consideração a característica aberta e fluída da linguagem. Fairclough (2003) *apud* Resende e Ramalho (2006, p. 11) defende que a ACD vê a linguagem como “parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais”. Ou seja, a ACD é uma teoria de análise

interdisciplinar.

Aqui, assumimos a visão de discurso defendida por Fairclough (2001a) que define o discurso como *prática social*, nascendo na interação entre sujeitos. O autor vê o discurso como modo de agir na sociedade e como ferramenta de representação, visto que o discurso molda as ideias sustentadas pela sociedade acerca de si e do outro. Sobre isso, o autor (2001[1992], p. 90-91) afirma que

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.

Além disso, não podemos falar da ACD sem explicar as práticas discursivas. Fairclough (2001) defende que as práticas discursivas envolvem a forma como um discurso é produzido, distribuído e consumido na sociedade. Cada texto é fabricado de uma forma singular e disseminado em contextos sociais específicos, ou seja, os textos analisados neste trabalho são produzidos pelos pretos velhos; ademais, se colocam em um contexto social específico, que é a umbanda, e são disseminados entre os umbandistas ou pessoas que visitam o terreiro.

Entretanto, esse discurso não é tão levado em consideração porque os pretos velhos não são vistos como figuras de grande importância pela sociedade, além de serem ressoados em um contexto social também desconsiderado, acabando por ser um discurso marginalizado. Ou seja, as práticas discursivas envolvem quem fala (e se há uma “corporação” que valida o discurso de quem fala), onde fala, de que forma fala e para quem fala. É importante destacar, portanto, que a ACD considera que as práticas discursivas são um tipo de prática social, estando intrinsecamente ligadas às estruturas sociais. Por isso as relações de poder são tão levadas em consideração nessa teoria, visto que as práticas discursivas são guiadas pelo poder estabelecido na sociedade em questão.

Além disso, para melhor compreensão precisamos considerar que Fairclough (2001) define três efeitos construtivos do discurso. Segundo o autor, o discurso contribui para a construção das identidades sociais (para o “eu” e para o “outro”), das relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença. Para cada um desses efeitos, há uma função da

linguagem correspondente (sendo, respectivamente): identitária, relacional e ideacional.

Entretanto, na reformulação de sua abordagem teórica sobre a ACD e ampliação com outros conceitos como de gênero, discurso e estilo o autor definiu três principais tipos de significado – acional, representacional e identificacional (FAIRCLOUGH, 2003 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 60). Assim, para o autor

O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional, e o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária.

Desse modo, assim como a identidade é construída socialmente, o discurso também o é, visto que o segundo contribui para a construção da primeira. Moita Lopes (2002) considera que o significado é “negociado” entre os falantes de determinada língua, ou seja, não é intrínseco à linguagem. Além disso, esse significado é (re)construído em circunstâncias sócio-históricas específicas, visto que a linguagem é um “sistema aberto a mudanças socialmente orientadas, o que lhe provê sua capacidade teoricamente ilimitada de construir significados” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 56).

Logo, é importante considerar que a construção social do discurso é produzida, majoritariamente, pelo grupo no poder, devido às relações hegemônicas existentes na sociedade. Seria coincidência, por exemplo, a palavra “negro” ser lida com conotação negativa (como na expressão “humor negro”) enquanto a palavra “branco” é utilizada como um adjetivo para tornar positiva uma palavra de significado negativo (“inveja branca”)? Quem determinou que “branco” seria bom e “negro” seria ruim, em diversos aspectos? O grupo socialmente dominante é quem determina os significados, de acordo com seus interesses.

Para Fairclough (1997) *apud* Resende e Ramalho (2006, p. 43), a hegemonia é um “domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso do que no uso da força”. O autor defende que a relação entre hegemonia e discurso é fundamental para que se estabeleçam relações de poder em uma sociedade. Sobre isso, Resende e Ramalho (2006, p. 44-45) afirmam

Em primeiro lugar, a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva em interações verbais a partir da dialética entre discurso e sociedade – hegemônias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Em segundo lugar, o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens de discurso que as sustentem.

Portanto, diante da influência da ideologia nas práticas discursivas, as identidades acabam sendo moldadas pelo saber comum disseminado por meio do discurso hegemônico – saber esse que se torna, por mais leve que pareça, mais perigoso justamente por usar do artifício da *conquista do consenso* (estabelecido em convenções sociais), que faz os grupos marginalizados acreditarem, muitas vezes, que devem permanecer com seu lugar de fala silenciado.

É estabelecida, assim, a *ordem do discurso*. Foucault (1996) define a ordem do discurso como uma potência que limita quem tem direito de falar em uma sociedade. O autor diz que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Indo pelo mesmo caminho, Fairclough (2001b) relaciona a hegemonia com a ordem do discurso, defendendo que essa ordem é o sistema que impõe e estabelece os discursos aceitos. O autor (2001b, p.124) diz que a ordem do discurso

É a maneira de diversos gêneros e discursos estarem conectados entre si. Uma ordem do discurso é uma estruturação social da diferença semiótica – uma ordenação social particular entre diferentes formas de construir significado, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordem é a dominância: algumas formas de construir significado são dominantes ou convencionais em uma ordem particular do discurso; outras são marginais, ou opostas, ou ‘alternativas’.

Dito isso, é importante voltar o foco para os sujeitos analisados nesta pesquisa: os negros brasileiros. Como já discutido, Candau (2008a) defende que devido às circunstâncias sócio-históricas da construção do Brasil, o racismo foi enraizado na cultura do país de uma forma tão sutil que o discurso hegemônico sobre ele faz com que muitos acreditem que seja um mito. Entretanto, não é por isso que o racismo deixa de ser violento e que a população afro-brasileira deixa de ser marginalizada.

Dessa maneira, o racismo está envolto, dentre muitas coisas, em como se dá a construção de identidade do povo afro-brasileiro, pois essa identidade não é construída pelo povo negro. Quem determina como o negro irá se identificar e se (re)conhecer, a princípio, são os “outros”,

quando estabelecem um significado do que é ser negro no Brasil.

Para Foucault (1996), existe uma instituição que molda a hegemonia – o Estado – pois essa instituição tem poder sobre o discurso de uma sociedade. Segundo o autor, é a própria instituição, por meio de disciplina, que constrói os sujeitos para que haja comando sobre eles e *entre eles*. Se as relações de poder existem, é porque uma “potência” maior permite que isso aconteça. Em um trecho de sua obra, o autor narra uma “fala” da instituição que fecha o nosso raciocínio: “(...) estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 1996, p. 7).

Entretanto, como já discutido antes, *as identidades não são absolutas* – ou seja, podem ser reconstruídas. É importante lembrar também que o discurso também é maleável, variando de acordo com o contexto sócio-histórico em que é construído. Dito isso, o povo afro-brasileiro – como povo marginalizado – não só é receptor do discurso que recebe acerca de sua identidade, mas pode também ser agente, de forma que possa modificá-lo.

Moita Lopes (2002) afirma que devido a essa possibilidade de reposicionar a(s) identidade(s) e o(s) discurso(s) construído(s) acerca dela(s), o chamado discurso de resistência ou discurso contra-hegemônico pode nascer. Como defende Peirce (1995 apud. MOITA LOPES, 2002, p. 36), “embora uma pessoa possa estar posicionada de certa forma em um discurso específico, ela pode resistir a esta posição ou mesmo criar um contradiscurso que a coloque em uma posição de sujeito e não de marginal”.

É esse discurso que queremos destacar aqui: o discurso da representação da identidade afro-brasileira construída pela cultura contra-hegemônica, pelo povo que não tem poder de se definir, mas *deve* ser ouvido. O discurso que se constrói em uma religião que é tida como amaldiçoada por muitos por estar ligada ao povo negro, mas na verdade prioriza falar de amor e de caridade. O discurso que investigamos e priorizamos é proferido por figuras negras, protagonistas da história da cultura afro-brasileira no Brasil.

A formação da umbanda: caboclos, pretos velhos e memória da religiosidade afro-brasileira

Por ser uma religião rica de mitologias e tradições, a umbanda pode ser

complexa para quem quer entendê-la “de cara”. Para haver compreensão dos conceitos da umbanda, sua origem e seus mistérios, é necessário atentar aos detalhes que compõem essa grande religião afro-brasileira. Assim, apresentamos algumas discussões teóricas sobre os estudos a respeito da Umbanda a partir da visão de Rubens Saraceni (2005; 2007).

No dia 15 de novembro de 1908, em meio a uma reunião da Federação Espírita de Niterói, é definida como oficial a religião que trabalharia em prol da humildade e da igualdade entre encarnados e desencarnados: a Umbanda Sagrada. Os médiuns presentes na reunião incorporaram diversas vezes espíritos que assumiam identidades de índios ou de negros escravos. Revoltado com a manifestação de espíritos *atrasados*, o dirigente da mesa sempre os convidava a se retirarem (GIUMBELLI, 2002). Então, Zélio F. de Moraes, presente na reunião por estar apresentando “comportamentos estranhos” – que nada mais eram do que as entidades entrando em contato por meio da incorporação – recebeu o Caboclo das Sete Encruzilhadas, que proferiu o seguinte discurso (MARTINS, 2011, p. 20)

Se julgam atrasados esses espíritos dos negros e dos índios, devo dizer que amanhã estarei na casa deste aparelho [médium] para dar início a um culto em que esses negros e esses índios poderão dar a sua mensagem e, assim, cumprir a missão que o plano espiritual lhes confiou. Será uma religião que falará aos humildes, simbolizando a igualdade que deve existir entre todos os irmãos, encarnados e desencarnados. E se querem o meu nome, que seja este: Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque não haverá caminho fechado para mim.

No dia seguinte, o Caboclo das Sete encruzilhadas baixou em Zélio, como prometido, anunciando que os velhos espíritos de negros escravos e de índios (do Brasil) poderiam trabalhar em conjunto e com a ajuda de seus irmãos encarnados (vivos em corpo físico), sem distinção de cor, raça ou posição social (MARTINS, 2011). Assim, iniciaram-se as atividades na Umbanda – ou é o que dizem os registros oficiais.

Apesar de o dia 15 de novembro constar oficialmente como o dia do surgimento da Umbanda, ainda há dúvida de muitos teóricos acerca do início da religião. Segundo Martins (2011, p. 21 e 22), mesmo oficializada a data de origem, há relatos não oficiais de manifestações de Pretos Velhos (negros escravizados) e Caboclos (representação indígena) antes dessa data “envolvendo prática similar àquela trazida pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas”.

Além disso, em uma das obras de Saraceni (2005, p. 25) consta um capítulo intitulado “Caboclo das Sete Encruzilhadas fala aos umbandistas” – em que a narração é feita pelo próprio Caboclo das Sete Encruzilhadas –

cujo tema central é a explicação de que a Umbanda já tinha muitos outros guias espirituais trabalhando e/ou em processo de evolução, mas precisava de uma consolidação pública para ser (re)conhecida como religião

Saibam todos que não fui o único fundador da Umbanda no Brasil, mas tão-somente um dos muitos espíritos aos quais foi confiada a missão de desvincular tanto do Espiritismo quanto do Candomblé as manifestações de Umbanda Sagrada. A miscelânea de manifestações espirituais no início do século XX era tão intensa que, ou concretizávamos logo a nascente religião, ou mais adiante tal tarefa seria impossível. Se é memorável a minha manifestação em meu médium Zélio Fernandino de Moraes, no entanto muitos outros mentores espirituais da Umbanda já se manifestavam em seus médiuns realizando um trabalho meritório nas mais distantes localidades desse imenso país chamado Brasil, sede espiritual de todo o astral da religião de Umbanda.

Aqui, fica evidente que a dúvida acerca do surgimento da religião é válida, mas que é necessário – tanto para os umbandistas quanto para registro histórico, além de já ser necessário na época – consolidar o início da Umbanda na data tida como dia do “nascimento” da religião. Neste trabalho, denominamos a Umbanda como *religião afro-brasileira* devido às grandes influências que ela sofre da cultura africana, trazida para o Brasil por meio dos negros africanos, e da cultura brasileira, por meio da cultura indígena, existente nesse país desde que ele não recebia nem o título de Brasil. A respeito disso, Saraceni (2005, p. 26 e 27) explica que, na Umbanda, têm-se “conhecimentos herdados das muitas nações africanas, as quais podemos verificar até nos nomes das linhas de trabalhos dos pretos-velhos: Congo, Angola, Guiné, Keto, Cambinda, Conga, Mina... Temos também o conhecimento religioso dos índios”.

O próprio autor (SARACENI, 2007, p. 49) defende fervorosamente o título de religião afro-brasileira dado à Umbanda Sagrada. Ele defende que *só a Umbanda é a Umbanda*, ou seja, não há nenhuma religião que se iguale diante de sua singularidade. Saraceni elucida que a Umbanda é uma religião sincrética, tendo seus princípios baseados em diversas religiões – principalmente religiões cristãs, indígenas e africanas. Por isso a bandeira do respeito a outras religiões é tão levantada pelos umbandistas. A Umbanda é como uma “colcha de retalhos”, tirando bons pedaços de várias crenças e fazendo com que se tornem uma fé só (SARACENI, 2005, p. 27)

A Umbanda é uma religião nova, com cerca de um século de existência. Ela é sincrética e absorveu conceitos, posturas e preceitos cristãos, indígenas e afros, pois essas três culturas religiosas estão na sua base teológica e são visíveis ao bom observador. Uma data é o marco inicial da Umbanda: a manifestação do Senhor Caboclo das Sete Encruzilhadas no médium Zélio Fernandino de Moraes ocorrida

no ano de 1908, diferenciando-a do espiritismo e dos cultos de nação Candomblé de então. A Umbanda tem suas raízes nas religiões indígenas, africanas e cristã, mas incorporou conhecimentos religiosos universais pertencentes a muitas outras religiões.

Porém, apesar da diversidade de bases para a construção de uma só fé, é evidente para quem observa a existência da relação estreita com as religiões africanas. A religião tem como divindades – além dos guias espirituais e de um único Deus, nomeado de *Zambi* ou de *Olorum* – os Orixás, que são seres muito cultuados em religiões Africanas, associados à natureza e a sensações, poderes, mistérios e sentimentos singulares, que os tornam quem são (SARACENI, 2007). Na Umbanda, há um núcleo de três grupos tidos como divindades – Olorum, os Orixás e os Guias Espirituais – definidas por Martins (2011, p. 69) como “uma Trindade Divina”. Assim como a maioria das religiões, a Umbanda tem uma hierarquia estabelecida, vista desde o interior da *Trindade Divina*. Nessa hierarquia, primeiro vem Olorum – o Divino Criador; depois, tidos como “emanações divinas de Olorum”, ou seja, como sentimentos nascidos de Deus ou como os “elos da cadeia divina” que liga os seres humanos com Deus, apresentam-se os Orixás (SARACENI, 2007).

Por haver essa estreita associação dos Orixás com Deus, o primeiro autor supracitado explica que os Orixás, assim como Olorum, são onipresentes, oniscientes e oniquerentes – de forma que o modo mais fácil de resgatar a presença dessas divindades seja pela fé (SARACENI, 2007). Em seguida, cultuam-se os guias espirituais que se manifestam por meio da incorporação. Os guias são os responsáveis pelos trabalhos nos centros de Umbanda – ou *terreiros*; são quem auxiliam as pessoas necessitadas que vão procurar atendimento espiritual por meio de passes, banhos de ervas ou simplesmente de conselhos (SARACENI, 2007).

A Umbanda Sagrada tem diversas linhas de trabalho quando se trata de guias espirituais. O senhor Caboclo das Sete Encruzilhadas, por exemplo, é um guia espiritual que se encontra no arquétipo de Caboclos (índios brasileiros, em sua maioria), que em conjunto com os Pretos-Velhos e as Crianças – chamados também de Erês – compõe a base dos guias da Umbanda Sagrada (BARBOSA JR, 2014).

Neste trabalho, focaremos no arquétipo dos Pretos Velhos, de forma que associemos essa imagem com a representação da identidade afro-brasileira. Para entender melhor quem são os Pretos-Velhos e de que forma eles auxiliam no reconhecimento (e na identificação) das origens do povo afro-brasileiro, explicaremos um pouco mais sobre essas entidades que detêm um papel tão importante na Umbanda Sagrada.

Os pretos velhos na umbanda

Nos diversos referenciais utilizados para embasar esta subseção, os Pretos Velhos são descritos como exemplos de humildade, bondade, perdão e sabedoria. Isso se dá pelo que os Pretos Velhos representam para a Umbanda Sagrada: em sua maioria, já foram africanos escravizados no Brasil, que nunca desistiam de sua fé – seja essa a religiosa ou a fé de que um dia melhor viria – e não deixaram que sentimentos ruins como a raiva e o rancor tomassem conta de seus espíritos (SARACENI, 2007; MARTINS, 2011). Por não abandonarem sua fé, quando encarnados, eram responsáveis por cuidar de seus irmãos, utilizando de orações, de passes e da medicina popular (BARBOSA JR, 2014) – até os dias de hoje utilizada nos terreiros por essas entidades.

Saraceni (2007) conta que, depois de desencarnados, alguns desses espíritos de escravos africanos, que viriam a ser Pretos Velhos, ainda guardaram certa mágoa de seus senhores, não compreendendo tamanha maldade. Entretanto, não se entregaram ao ódio, logo conseguindo praticar o perdão, demonstrando sua bondade e sabedoria. Por terem sofrido tanto e, mesmo assim, ainda quererem fazer o bem, os Pretos Velhos são vistos como seres muito evoluídos, com muita luz divina e humildade.

Barbosa Jr (2014) os descreve como “grandes Magos da Luz, sábios, portadores de conhecimentos de alta espiritualidade”, além de colocá-los como “psicólogos” da Umbanda Sagrada. Tal denominação é dada pelo poder que os Pretos Velhos, mais do que qualquer outro grupo de trabalho da Umbanda, têm na palavra. Essas entidades costumam benzer seus fiéis apenas com uma conversa, sendo capaz de tirar todo o mal de dentro deles com belas palavras de amor.

Por essa nobreza, pelo dom do perdão, os Pretos Velhos se diferenciaram dos outros espíritos de escravos e foram conduzidos a trabalhar em um lugar de destaque na Umbanda Sagrada (SARACENI, 2007). Entretanto, é válido lembrar que os guias espirituais que baixam pela falange de Pretos Velhos nem sempre são espíritos de negros escravizados. Alguns espíritos, mesmo não tendo passado pela escravidão, escolhem esse arquétipo como sua forma de trabalho pela força e pelo poder que ele carrega (SARACENI, 2007).

Além disso, é interessante discutir sobre as considerações que esse autor faz acerca da importância dos Pretos Velhos para a busca da igualdade racial – fator que muito influenciou para a escolha desse arquétipo como foco desta pesquisa. Segundo o autor, essas entidades serviram para

diminuir consideravelmente o racismo da sociedade, por meio do amor e da caridade que são os sentimentos norteadores das entidades que trabalham por esse arquétipo. Dessa forma, Saraceni (2007, p. 98) afirma

E o Preto-Velho sábio, humilde e caridoso simboliza a raça negra (a mais velha), a sabedoria (a simplicidade dos velhos benzedores); a humildade (aqueles que se submeteram às condições que lhes foram impostas, e delas extraíram sua força) e a caridade (pois, fora da caridade não há salvação). Zumbi dos Palmares, merecidamente, simboliza o heroísmo e o orgulho de ser negro. Mas, quem conquistou o coração de todos (brancos, amarelos, vermelhos, mestiços ou caboclos), também merecidamente, estes foram os Pretos e Pretas-Velhas!

Relacionado com a ideia de pretos velhos há também os pontos cantadas. Cabe mensurar que há diferenças entre os *pontos* que existem na Umbanda. Quando se fala de ponto, pode-se estar fazendo referência aos pontos riscados ou aos pontos cantados. Os pontos riscados são espécies de “desenhos” feitos pelos guias com uma pomba (giz), utilizados para motivos que os guias determinam.

De acordo com Martins (2011, p. 110), são “símbolos cabalísticos utilizados na ligação entre dois planos, material e espiritual”. Saraceni (2005) explica que os pontos riscados, até hoje, são tidos como um mistério na Umbanda Sagrada, visto que os guias não revelam facilmente o seu significado completo. Cada guia possui seu próprio ponto riscado, não sendo possível haver cópia de livros ou de outras entidades (SARACENI, 2005).

Os pontos cantados são como canções, entoados durante a gira e acompanhados por palmas dos fiéis presentes e do tocar do atabaque. Segundo Martins (2011, p. 98), para cada entidade e para cada Orixá são cantados pontos específicos, “que mostram em suas letras um pouco do universo que envolve cada divindade ou falange”. Existem pontos cantados para abrir a gira, para encerrá-la, pontos cantados para realizar defumação, para limpeza, para bater cabeça e os pontos específicos de arquétipos e de entidades (BARBOSA JR, 2014; MARTINS, 2011).

Um percurso etnográfico no terreiro

De modo que haja a melhor compreensão do estudo proposto, nesta seção apresentamos o percurso feito para a realização da pesquisa etnográfica. Pela sua riqueza de detalhes e pela ampla visão que a pesquisa demandou, ela apresenta cunho interdisciplinar, perpassando pelas ciências sociais, pelos estudos de identidade, pelos estudos da umbanda e pela

análise crítica do discurso. Entretanto, a área explorada para a análise dos dados é a ACD.

Os dados foram levantados a partir de um caráter etnográfico pois observamos e analisaremos grupos sociais em seu contexto real de vivência, além de discutirmos sobre eles (ANDRÉ, 1995), tendo como *locus* da pesquisa a Casa de Luz Estrela do Oriente, que trabalha com a umbanda sagrada e realiza trabalhos.

Figura 1- Casa de Luz Estrela do Oriente



Fonte: Registrada durante a pesquisa etnográfica.

A casa, localizada na cidade de Macapá, AP, no bairro do Trem, foi fundada com o intuito de resgatar a verdadeira umbanda sagrada, pois para o pai de santo da casa a umbanda, nos dias de hoje, vem se tornando muito comercial. Por isso, o terreiro procura disseminar entre seus filhos e seus fiéis, por meio dos trabalhos realizados e de apoio espiritual, mental e até físico, ensinamentos sobre amor e caridade.

O terreiro atende, semanalmente, pessoas que o procuram para serem ajudadas. Além disso, a casa tem uma página no Facebook que conta com mais de 40 mil curtidas e atende pessoas do mundo inteiro, auxiliando-as por meio de orações e trabalhos. Escolhemos esse *locus* específico devido à questão de pesquisa nascer da breve vivência que, na época, eu tinha nessa

casa e por ser umbandista.⁶ Para que fosse realizada a geração dos dados participaram da pesquisa seis sujeitos: duas entidades (pretos velhos), seus médiuns correspondentes e dois cambones. De início, pode ser difícil de entender de que forma os sujeitos se numeram em seis se teremos apenas três pessoas em corpo físico sendo observadas. Por isso, explicaremos novamente: a umbanda é uma religião *mediúnica*. Logo, o preto velho que conversaremos não é tratado como uma “consciência alternativa” do médium, mas sim como outro ser que pensa por si e responderá por si.

Apesar de focarmos em seis sujeitos específicos – os pretos velhos, seus médiuns e dois membros da assistência – não poderíamos deixar de observar a casa em seu contexto geral. Por ser uma pesquisa de cunho qualitativo interpretativista e etnográfico, foram utilizados instrumentos de pesquisa que priorizaram a participação do pesquisador na observação e dos participantes. Por isso, foi feita uma documentação direta e intensiva por meio da observação participante assistemática. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com os sujeitos de pesquisa e gravações das giras de pretos velhos.

Assim, escolhemos a observação assistemática pois acreditamos que observar uma comunidade é uma troca de experiências; não fomos até lá coletar dados prontos, mas tentamos compreender de que forma aquela comunidade vive e manifesta sua cultura. Para documentar as vivências no terreiro Casa de Luz Estrela do Oriente, utilizamos um diário de bordo a fim de anotar quaisquer acontecimentos relevantes para nossa pesquisa.

Ademais, pela ACD ser uma teoria que leva em consideração todos os elementos em um ambiente que podem ser interpretados – sendo, para Fairclough (2001b) uma ferramenta de análise “das relações dialéticas entre semioses (incluindo a língua) e outros elementos de práticas sociais” – fotografamos os momentos que consideramos importantes da gira, de forma que pudéssemos transmitir pelas imagens um pouco da nossa observação no terreiro e o contexto imagético no qual nos inserimos para que houvesse geração de dados.

Por não podermos prever as respostas dos sujeitos de pesquisa, não estruturamos a entrevista, de forma que houvesse a possibilidade de reformular e de fazer novas perguntas de acordo com as respostas dadas pelos sujeitos. Entretanto, tínhamos desde o princípio uma ideia do que queríamos questionar e de que forma pretendíamos conduzir as conversas.

De forma a analisar os dados gerados nesta pesquisa, utilizamos da

⁶ Nesse caso, eu, Tânia.

ACD a fim de observarmos de que forma o discurso de representação da identidade afro-brasileira aparece nos pontos cantados escolhidos por nós para ser foco neste recorte da análise. Logo, não analisamos o conteúdo dos pontos cantados somente em seu sentido denotativo, mas também considerando seu contexto, visto que a ACD entende o discurso como prática social, ou seja, ele está situado em um momento histórico, social e que carrega consigo identidades sociais, relações sociais e crenças (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Além disso, consideramos o texto, como as letras dos pontos cantados, que nos conduzirão pela análise, mas não são em si o centro da análise aqui exposta, pois priorizamos as práticas sociais e o texto (discurso), como proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), como apenas “*um* momento das práticas sociais”.

Para compreensão geral dos procedimentos metodológicos realizados, trazemos o quadro a seguir, que contém a organização do contexto da pesquisa realizada.

Quadro 1 - Planejamento da pesquisa etnográfica

Contexto microssocial de investigação	Período de realização da etnografia	Trabalho de campo	
Casa de Luz Estrela do Oriente	Setembro de 2018 a julho de 2019 10 meses	Sessões de Gira de Pretos Velhos	
O rito religioso a ser estudado	Participantes da pesquisa		
Giras de pretos velhos Os pontos cantados como manifestações/ instrumentos da representação da identidade cultural afro-brasileira na umbanda	Entidades espirituais Preta velha Vovó Cambinda da Guiné Preto velho Pai Daniel de Angola Médiuns Marco de Oxóssi (dirigente) León de Obaluaê Cambones Pablo de Oxaguian Rosa de Oxum		
Instrumentos para gerações dos dados			
Observações etnográficas/ observação participante/ assistemática Objetivo: Documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.	Entrevistas (contextual) conversas com as entidades, com médiuns e com os cambones Objetivo: Documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.	Gravações de parte das giras de preto velho Objetivo: Documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.	Diário de campo Objetivo: Documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.

Análise dos dados – intersecção/atravessados entre:

Teoria crítica do Discurso (Análise de Discurso Crítica – ADC) aliada à Abordagem etnográfica
Estudos Culturais – Estudos sobre identidade sociais – Estudos sobre religião

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Para a construção da análise, o *corpus* foi organizado com base, primeiramente, nos instrumentos de pesquisa utilizados. Assim, foram considerados os dados gerados a partir: do *diário de bordo* (observações de campo e anotações feitas durante a pesquisa etnográfica); *dados documentais de representações simbólicas* (gravações das giras de pretos velhos) com *recortes/passagens dos pontos cantados de pretos velhos* (transcrições feitas). A partir dessa organização e considerando o conjunto de dados gerados, tratamos, a seguir, da análise construída a partir de recortes de alguns dados gerados no percurso etnográfico do estudo realizado.

Os pontos de preto velho: entre discursos de representação e de reexistência no terreiro de umbanda Casa de Luz Estrela do Oriente

Nesta seção, trazemos a análise de duas observações documentadas a partir do diário de bordo, que posteriormente teve suas informações transcritas e organizadas e que resultou nas descrições que compõem o quadro 2.

Quadro 2 - Observações documentadas escolhidas para análise

Casa de Luz Estrela do Oriente – 13 de outubro de 2018 Primeira observação documentada	Casa de Luz Estrela do Oriente – 23 de fevereiro de 2019 Segunda observação documentada
<p>A gira inicia com uma oração guiada pelo Pai de Santo. Todos dão as mãos e, formando um círculo, fazem a prece de caritas. Após concluírem a oração, o Pai de Santo puxa um ponto cantado de abertura de trabalhos. Todos os filhos de santo “batem” a cabeça e se saúdam – pedindo a bênção, primeiramente, ao Pai de Santo da casa – desejando uns aos outros um bom trabalho. Os médiuns rodantes se posicionam em seus lugares – em um círculo, no centro do terreiro, ao redor do signo de Salomão (estrela de cinco pernas dentro de um círculo) – e o Pai de Santo inicia o ritual de saudação aos Exus (chamados de “guardiões”). Em seguida, Pai Marco de Oxóssi saúda os três orixás da casa – ou seja, os orixás do pai de santo – que são Oxóssi, Oxum e Ogum, por meio de pontos cantados dos orixás em questão. Novamente cantando alguns pontos,</p>	<p>A gira é iniciada com o Pai de Santo solicitando que todos deem as mãos para que seja feita uma oração. O dirigente da casa pede por todos aqueles que não puderam estar no terreiro, pede que o trabalho seja iluminado e, em seguida, canta um ponto de abertura de trabalhos. Os médiuns batem cabeça e pedem a bênção ao Pai de Santo, desejando uns aos outros um bom trabalho. O Pai de Santo se posiciona a frente do terreiro, enquanto os médiuns fazem um círculo ao redor do signo de Salomão (estrela de cinco pernas) e andam em “ciranda”. Primeiro, canta-se para Exu, saudando os “guardiões da casa”. Em seguida, os fiéis cantam para Ogum, também o saudando por meio de seus pontos cantados. Ademais, os médiuns saúdam mestre Verequete e, em seguida, o Pai de Santo canta para os Pretos</p>

saúda-se o povo do Oriente – dono da casa – e, logo depois, mestre Verequete.

Enfim, é iniciada a gira de pretos velhos. O Pai de Santo “puxa” pontos de pretos velhos e estala seus dedos sobre a cabeça dos médiuns, em um gesto que simboliza chamada dos guias. Enquanto canta, Pai Benedito incorpora no Pai de Santo. Após sua chegada, Pai Benedito se arruma: com o auxílio dos cambones, o Preto Velho coloca seu chapéu (que é defumado) e sua “espada” (um pano branco de cetim, amarrado em sua cintura como um cinto). Pai Benedito canta e os outros Pretos Velhos vão chegando. De forma ordenada, com auxílio dos cambones, os consulentes vão pedir bênçãos aos Pretos Velhos, tomando passes – orações feitas pelos guias com algum instrumento – e tendo conversas. Após concluir seus trabalhos com o médium, Pai Benedito sobe e, no mesmo médium – Pai Marco de Oxóssi – desce a Vovó Cambinda. Depois de colocar seu lenço e de passar colônia de lavanda, Vovó canta alguns pontos que remetem à escravidão e à identidade negra, fazendo um discurso em meio a esses. A Preta Velha diz que “preto velho apanhou, preto novo apanhou, as crianças...”, dizendo que todos os negros sequestrados e trazidos para o Brasil sofreram nas mãos dos senhores brancos europeus. A vovó pede, então, que (seu) pai Xangô tenha piedade da alma de todos aqueles que fizeram o povo negro sofrer. A gira segue com os Vovôs e Vovós cantando pontos que dizem sobre quem são, de onde vêm. Após terminarem os trabalhos, benzendo os consulentes e conversando quando necessário, os Pretos Velhos se despedem e sobem, por ordem de Seu Zé Pelintra, o guia que gerencia a casa. O tambor vira e é iniciada uma gira de exu, não documentada por não ser nosso foco de pesquisa e pela necessidade da pesquisadora praticar seu papel de médium da casa.

Ao fim do trabalho, cada médium “bate cabeça” e agradece a gira do dia. Os membros da casa, unidos aos consulentes, fazem uma oração, cantam o hino da umbanda, saúdam os guias da casa e terminam o trabalho.

Velhos, chamando-os para o trabalho.

Diante da chegada do Pai Daniel (no médium León de Obaluaê), o Pai de Santo solicita – de forma muda, apenas por meio de um olhar – o auxílio dos cambones, que irão dar assistência para o Vovô. Logo em seguida, chega a Vovó Maria Redonda (na médium Márcia de Obá), auxiliada pelo próprio Pai de Santo. Os Pretos Velhos vão “descendo” – ou seja, incorporando em seus médiuns – aos poucos, sendo todos auxiliados pelos cambones, que oferecem para eles chapéus de palha (caso sejam Vovôs) ou lenços para amarrar na cabeça (caso sejam Vovós). Além disso, os Pretos Velhos amarram cetim branco (chamado de espada) em suas cinturas ou peitos. Aqui, não importa o sexo/gênero do médium, os acessórios utilizados vão ser de acordo com a exigência do guia – nesse caso, da(o) Preta(o) Velha(o). Como exemplo, temos a Vovó Cambinda, incorporada no Pai de Santo; mesmo homem, ele pode receber guias femininos – e o contrário também acontece.

Os guias cantam seus pontos de acordo com sua ordem de chegada, mostrando organização. Nessa gira não houve atendimento por parte dos Pretos Velhos, apesar de ter sido dito várias vezes que os consulentes – que preferiram ficar apenas assistindo a gira – poderiam ser atendidos a qualquer momento. Vovó Cambinda solicita que todos os Pretos Velhos ergam sua “cera” – uma vela simples que todos têm acesa ao seu lado. A luz é apagada e Vovó Cambinda faz uma oração, pedindo que os Pretos Velhos iluminem sempre os caminhos de seus filhos/médiuns e que a “luz de Deus” ilumine-os para que possam ajudar a todos que necessitarem de ajuda.

Por fim, é necessário que a pesquisadora se ausente da coleta de dados pois foi solicitada como médium da casa. Após a gira de Pretos Velhos, iniciou-se uma gira de Exu.

Fonte: Dados gerados durante a pesquisa etnográfica.

É interessante observar que a gira, além de uma forma de celebrar a umbanda para os fiéis, é também feita de *forma ritualística*. Em todas as giras observadas, o ritual de início se repetiu: orações, pontos cantados para abertura dos trabalhos, saudações a divindades importantes (como os exus, os orixás da casa ou os ciganos – também chamados de povo do oriente –

que são quem coordena a casa) também sendo feitas com pontos cantados. Só no ritual que dá início à gira, podemos perceber a importância dos pontos cantados para o processo ocorrido na gira de umbanda.

Além disso, todos os rituais são guiados pelo pai de santo, fazendo-nos perceber a importância da hierarquia para a casa em questão. O nome “pai de santo” é autoexplicativo: o dirigente da casa de umbanda é como um pai, que educa e auxilia seus filhos na jornada espiritual e mediúnica. Entretanto, na segunda observação documentada, é registrado um momento interessante, em que o pai de santo auxilia uma preta velha, incorporada em uma das médiuns da casa, a encontrar seu banco e sentar. Isso demonstra que o pai de santo, apesar de ter autoridade, não a exerce de forma absoluta na casa, respeitando acima de qualquer um os guias espirituais, exercendo ali uma função que poderia ser tida como apenas dos cambones, ou seja, prestar auxílio.

Tratando especificamente da identidade afro-brasileira no contexto da gira, no primeiro ritual documentado há um momento em especial que nos chama a atenção. Vovó Cambinda, preta velha incorporada no pai de santo, além de cantar pontos que remetem à colônia brasileira, faz um discurso acerca dessa época de dor e injustiça para os negros escravizados. Ao falar que todos os negros sofreram naquela época, citando até mesmo crianças, a preta velha expõe a desumanização que existia quando se falava do povo negro, como se não fossem dignos de algo, vistos apenas como mão-de-obra – ou qualquer outra “coisa” que existisse apenas para servir os senhores de engenho. Fazendo uma oração a pai Xangô – o orixá da justiça – ela pede que todos os que auxiliaram nesse sofrimento tenham sua piedade, em um tom que clama a salvação dessas almas. Aqui, vemos o tão falado perdão dos pretos velhos em prática: mesmo demonstrando indignação com as injustiças cometidas no Brasil colônia, a preta velha ainda tem o desejo de que esses seres sejam iluminados e perdoados.

Para explicar melhor a identidade afro-brasileira nas giras é necessário evidenciamos o enfoque nos pontos cantados, que carregam, além dos nomes dos pretos velhos, um pouco de sua história e de sua identidade negra. Assim, os pontos cantados e descritos abaixo, foram escolhidos por trazerem, ao nosso ver, elementos que fazem referência à identidade cultural afro-brasileira. Para identificar os pontos utilizamos os números que precedem cada um deles no quadro 3:

Quadro 3 - Pontos cantados pelos pretos velhos nas giras

Pai Daniel de Angola (no médium León de Obaluaê)	Vovó Cambinda da Guiné (no médium Marco de Oxóssi)
<p>1. Registrado em 13 de outubro de 2018 Preto, preto que vem de arangonha Óia, preto do mar não passa vergonha</p> <p>2. Registrado em 23 de fevereiro de 2019 Pai Daniel vim chegando de Aruanda Oi, saravá os meus filhos na Umbanda Nego africano, eu sou feiticeiro Vim trabalhar pros meus filhos no terreiro</p>	<p>3. Registrado em 13 de outubro de 2018 Nêga Cambinda Falo na língua nagô Nêga africana Neta de Babalaô</p> <p>4. Registrado em 13 de outubro de 2018 Quando eu lembro do meu cativo, é do meu cativo É do meu cativeiro Trabalhava o dia todo e fazia feitiço a noite inteira Ai, cativo, cativo do meu senhor Botava preta no tronco Preta velha apanhou</p>

Fonte: Dados gerados durante a pesquisa etnográfica.

No ponto número um, percebemos uma reafirmação da identidade negra (que também aparece no nome dos pretos velhos) por meio do vocativo “preto”, que não é utilizado de forma pejorativa, mas como identificação – “eu sou preto, eu me reconheço preto, eu me aceito preto”. O segundo verso vem reforçando esse sentido, quando o preto velho canta de onde veio – do mar – e dizendo que, de onde ele vem, não se passa vergonha. Há um sentido de honrar o espaço de onde fala, de onde vem: “sou preto, sou do mar, não passo vergonha, honro meu lugar”.

O ponto número dois é como uma apresentação, ou seja, Pai Daniel diz de onde vem (mas dessa vez com um sentido espiritual, já que ele se refere ao lugar em que habitam as entidades) e para que vem. Saudando seus filhos com um “saravá”, novamente o preto velho reafirma sua identidade racial, identificando-se como negro, novamente em um sentido de “eu sou, eu me reconheço”, trazendo ainda à tona seus poderes mágicos na umbanda, quando diz “nego africano, eu sou feiticeiro”. No último verso, diz que vem servir a seus filhos no terreiro, reafirmando sua função na umbanda sagrada como um curandeiro espiritual.

O ponto de número três traz novamente a reafirmação racial por Vovó Cambinda, que fala de suas origens – ou seja, de onde foi sequestrada – e de sua herança como “feiticeira”. O ponto já começa com um “nêga” – vocativo informal que faz referência à “negra” – acompanhado de seu nome “Cambinda”. Vovó Cambinda, portanto, não se identifica apenas como uma entidade qualquer, mas sim como “negra Cambinda, esse é meu nome, essa sou eu”. Ao dizer que fala na língua nagô e que é africana, Vovó Cambinda relembra seu lar em território africano, de onde foi sequestrada para ser escravizada. Babalaô é um sacerdote de religiões afro-brasileiras; ao dizer que é neta de babalaô, vovó expõe a ancestralidade envolvendo sua

religiosidade, o que lhe levou a trilhar o caminho espiritual em que ela está.

O último ponto exposto no quadro faz menção à colônia brasileira e às condições em que viviam os negros escravizados. Vovó canta nesse ponto sem eufemismos onde era mantida: *em cativo*. Ao lembrar-se desse lugar, diz que “*trabalhava o dia todo e fazia feitiço a noite inteira*”, ou seja, mesmo sendo submetida a condições desumanas de trabalho, a vovó ainda assim não deixava de manifestar sua fé, fazendo-o na calada da noite, enquanto todos dormiam, pois os negros eram proibidos de manifestar qualquer religião que não fosse a cristã-católica.

Os últimos versos são autoexplicativos, expondo os maus tratos que os negros passavam até mesmo nas mãos de seus semelhantes, os capitães do mato que trabalhavam ao lado dos senhores e eram, muitas vezes, responsáveis pela punição com tortura para as coisas consideradas erradas que os negros faziam – inclusive manifestar sua(s) religião(ões).

Os pontos cantados de pretos velhos são fundamentais na umbanda sagrada para cumprir com o ritual religioso realizado na Casa de Luz Estrela do Oriente mas, além disso, são necessários para que os fiéis de umbanda percebam, no discurso que permeia as canções curtas entoadas durante a gira, a necessidade de sua(s) existência(s) em sociedade – seja como umbandistas ou como negros (ou ambos).

Durante o processo de análise dos dados coletados e absorvidos ao longo de nossa pesquisa, percebemos que a representação da identidade afro-brasileira está atrelada à (e acontece na) umbanda, principalmente por sua ligação com a matriz afro. Entretanto, ademais, há outros processos que envolvem a representação dessa identidade – e que fazem a umbanda ser meio de representação da identidade afro –, consequências da matriz africana que essa religião tem.

Além de aparecer nos rituais sagrados, na música feita com os atabaques e na mitologia dos orixás, a identidade negra também aparece em linhas de trabalho específicas. No caso dos pretos velhos, há reconhecimento do povo negro não apenas pela identificação – por ser uma linha de trabalho que sempre faz menção à colônia brasileira – mas também pela reafirmação que vem junto a essas memórias de um tempo que deve ser lembrado para não ser mais repetido. É inegável o aparecimento dessa reafirmação identitária aparece nos pontos cantados, mas também por meio do discurso emitido (e repetido) por essas entidades de umbanda. Quando os pretos velhos lembram, portanto, dos tempos da escravidão, lembram-se de quando o racismo se estruturou no Brasil e das consequências disso estabelecimento social que, apesar de não ocorrer da mesma forma – com

escravos e senhores de engenho – repete padrões de branco-superior e negro-inferior décadas depois.

Ainda, a identidade do preto-velho é atrelada a dois sujeitos identitários fortes que já aparecem em seu nome: pessoas negras escravizadas e idosas. Um símbolo que, além de remeter à colônia e às diversas opressões sofridas por esse povo (nessa época e depois dela), remete também ao conhecimento e à lucidez que estão associadas à figura da pessoa idosa. Portanto, além de praticar a reafirmação de sua identidade negra por meio da repetição da informação “sou preto”, estabelece-se respeito por essas figuras mais velhas e, conseqüentemente, mais sábias e experientes. É necessário lembrar que nem todo preto velho é preto ou velho – e isso nos dá mais evidências de que a identidade dessa linha de trabalho é estabelecida de forma discursiva, visto que há estabelecimento de um perfil específico (preto e velho) e, por consequência, há idealização desses seres e associação com a identidade afro-brasileira.

Considerações finais

Os pontos cantados trazem informações que vão além da idealização e que somam nos elementos que influenciam a representação identitária do povo negro associada à essa linha de trabalho. Apesar de existirem pontos que são gerais, ou seja, podem ser cantados por todos os pretos velhos, há também aqueles que são específicos, ou seja, que contam a história de um(a) preto(a) velho(a) em especial – como os pontos de Vovó Cambinda ou de Pai Daniel, analisados nessa pesquisa. Quando os pontos específicos desses pretos velhos cantam informações sobre eles que *reforçam* sua identidade – como “sou preto, orgulho-me” ou “sou negra africana, falo na língua nagô” – eles auxiliam para não apenas idealizar esse povo como negros idosos, mas para compreender de onde vem o povo negro, o que ele sofreu e por quais motivos ele deve ser respeitado e reverenciado. Assim, nos pontos cantados, quando ocorre representação, ocorre reafirmação.

A riqueza de informações que permeia a umbanda sagrada fica cada vez mais explícita quando nos propormos estudar sobre ela. Por isso, mesmo fechando a pesquisa com nossos objetivos alcançados, não conseguimos trazer todas as informações necessárias para conhecer, de fato, a umbanda. São muitas narrativas, muitas linhas de trabalho e muitas ritualísticas que podem ser melhor compreendidas na vivência de um terreiro. Entretanto, é importante estabelecer conhecimento acadêmico sobre a umbanda (e outras religiões de matriz africana), para disseminar informações acerca dela e para que haja legitimação dos conhecimentos

compartilhados por meio dessa fé.

Referências

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-359: *Culturas híbridas, poderes oblíquos*. Disponível em: <<https://goo.gl/qpChLc>>. Acesso em 08 de março de 2018.
- CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica** (p. 13-37). IN: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** (2ª ed). Petrópolis: Vozes, 2008a.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença (p. 45-185). IN: **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, nº 17; jan./abr. 2008b.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001a.
- FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. IN: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (orgs). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College d'e France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. IN: THOMPSON, Kenneth. **Media and Cultural Regulation**. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/tx98LG>>. Acesso em 03 de março de 2018.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 103-133.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 10ª edição.
- MARTINS, Giovanni. **Umbanda de almas e Angola: Ritos, Magia e Africanidade**. São Paulo: Ícone, 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A**, volume 2, p 329-338, 1994.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

SARACENI, Rubens. **Os arquétipos da Umbanda: as hierarquias espirituais dos Orixás.** São Paulo: Madras, 2007.

SARACENI, Rubens. **Doutrina e teologia de Umbanda Sagrada.** São Paulo: Madras, 2005.

CAPÍTULO 2

Negritude em movimento: o caso dos imigrantes haitianos no sul da Amazônia brasileira¹

Ednaldo Tartaglia²

Odete Burgeile³

Introdução

As primeiras décadas do terceiro milênio estão sendo marcadas pela migração em massa. Em nível internacional, podemos destacar o deslocamento de sujeitos que fogem das guerras e da pobreza como os emigrantes da Síria e do Afeganistão que se deslocam para a Europa. Já nas Américas, nos últimos anos, destacamos a imigração haitiana e, mais recente, a dos venezuelanos que se deslocam para o Brasil, especialmente, para o estado de Roraima. Em 2018, tivemos às caravanas de migração em massa da América Central rumo aos Estados Unidos da América.

Neste capítulo, destacaremos acerca da imigração haitiana que se intensificou no Brasil a partir de 2010. A Região Norte do país, especialmente, os estados do Acre e Amazonas, tornou-se porta de entrada para os imigrantes haitianos, todavia, ao se deslocarem pelo estado de Rondônia, muitos permaneceram em Porto Velho. Assim, o presente trabalho surgiu do interesse em estudar a presença de imigrantes haitianos na capital de Rondônia, Porto Velho, no tocante do viés identitário dos processos de des-reterritorialização.

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida no perímetro urbano de Porto Velho, entre os anos de 2013 e 2014. Estudamos algumas nuances envolvendo questões identitárias, mais precisamente os processos de desterritorialização e de reterritorialização dos haitianos. Fizemos uma

¹ Este capítulo é um recorte de nossa dissertação (TARTAGLIA, 2014) e uma versão anterior foi publicada na Revista Confins (Paris) (TARTAGLIA; BURGEILE, 2017).

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – PLE/UEM. Professor do Curso de Letras-Português da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Campus Santana, e do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGLT/UNIFAP. Líder do Núcleo de Estudos Linguísticos na Amazônia – NELAM/UNIFAP e integrante dos grupos de estudos GELLSO/UNIR e GEF/UEM.

³ Professora Dra. da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Porto Velho, e líder do Grupo de Estudos Linguísticos, Literários e Socioculturais – GELLSO/UNIR.

pesquisa etnográfica e qualitativa que transitou pelos campos teóricos do Multiculturalismo. Aplicamos questionários escritos e fizemos entrevistas gravadas os quais possibilitaram analisar o modo como os sujeitos negros haitianos representam imaginariamente o deslocamento espacial para o sul da Amazônia brasileira.

O questionário consistiu em trinta e cinco perguntas as quais, por consulta prévia aos imigrantes, elaboramos opções de respostas, entretanto, deixamos um espaço em aberto, caso os informantes optassem em acrescentar uma resposta diferente das listadas no formulário. O questionário foi dividido em três partes: a primeira contemplou o estudo do perfil dos sujeitos negros; na segunda parte, procuramos verificar o processo de desterritorialização na visão dos sujeitos migrantes haitianos; e o terceiro momento contemplou o processo de reterritorialização dos haitianos.

As entrevistas e o questionário foram aplicados nos bairros São Cristóvão e Liberdade, devido à grande concentração de imigrantes haitianos na época. Dentro desse universo, utilizamos o critério de espontaneidade e utilizamos as entrevistas de vinte informantes igualmente divididos entre homens e mulheres. Além disso, selecionamos os imigrantes que estavam no Brasil em um período superior a oito meses, pois considerávamos que esse público teria uma interação comunicativa em língua portuguesa suficiente para evidenciar os fenômenos propostos.

Movimentos teóricos e conceituais: a questão do território cultural

Procuramos discutir acerca dos termos conceituais de desterritorialização e reterritorialização. Para isso, fizemos uma breve explanação a respeito do sujeito pós-moderno (HALL, 2006) e sobre quatro vertentes de território (HAESBAERT, 2012) para adentrarmos aos quatro teoremas da desterritorialização (DELEUZE; GATTARI, 1996) e, assim, melhor compreender os processos de identificação dos haitianos por essas dinâmicas espaciais.

A concepção de sujeito adotada em nossa pesquisa foi a de sujeito pós-moderno apontada por Hall (2006). Segundo o autor, o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, pois varia de acordo com as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O sujeito assume identidades de acordo com a ocasião e o momento. Ele sofre influência do sistema sociocultural que está inserido.

No caso da migração haitiana, temos o sujeito pós-moderno que, devido a variados fatores que abordaremos adiante, vive as dinâmicas espaciais da modernidade, afetando sua territorialidade física e simbólico-cultural.

A respeito das concepções de território, Haesbaert (2012) agrupa quatro vertentes básicas: a *política*, a *cultural*, a *econômica* e a *natural*. A primeira vertente, a *política*, está vinculada às relações de espaço-poder e é a mais propagada. Nela, o território é visto como um espaço demarcado e controlado por um determinado poder que, na maioria das vezes, se remete ao poder político do Estado. A segunda vertente, a *cultural* ou *simbólico-cultural*, prioriza a dimensão simbólica na qual o território é visto “[...] como um meio de apropriação e de valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2012, p. 40). A terceira vertente, a *econômica*, pouco difundida, destaca a dimensão territorial das relações econômicas. Assim, o território é visto como uma fonte de recurso ligada às classes sociais e à relação capital-trabalho. A quarta e última vertente é a *natural* ou a *naturalista* que prioriza a relação entre sociedade e natureza, principalmente, “[...] no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico” (HAESBAERT, 2012, p.40).

A partir das explanações sobre territórios apontadas acima, adentramos ao termo desterritorialização, creditado aos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996). Esses filósofos discutiram a respeito de quatro teoremas de desterritorialização. O primeiro teorema consiste em dizer que “[...] jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos [...]. E cada um dos dois se reterritorializa sobre o outro” e ainda afirmam que a reterritorialização “[...] implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro, que também perdeu a sua” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 40-41).

O segundo teorema, de acordo com Deleuze e Guattari (1996), consiste em dizer que o movimento de desterritorialização mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais desterritorializador. O movimento mais rápido vincula sua força com a intensidade do mais lento, a qual enquanto intensidade não funciona como sucessor, pois trabalha simultaneamente sobre outro estrato ou sobre outro plano.

Temos, no terceiro teorema, o sistema de reterritorialização vertical que acontece de baixo para cima. O movimento “[...] *menos* desterritorializado se reterritorializa sobre o *mais* desterritorializado” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 41). A desterritorialização relativa, ou a transcodificação, se reterritorializa sobre a desterritorialização absoluta

pela forma da sobrecodificação.

No quarto teorema, Deleuze e Guattari (1996, p. 42) salientam que a “[...] máquina abstrata não se efetua então apenas nos rostos que produz, mas, em diversos graus, nas partes do corpo, nas roupas, nos objetos que ela rostifica segundo uma ordem das razões”. Compreendendo as metáforas dos filósofos, a desterritorialização é como uma transcodificação, pois esse movimento não acontece somente na perda do território, mas em partes, em níveis que também se reconfiguram em uma nova roupagem, isto é, na construção de um novo território, de uma nova identidade, ou seja, na reterritorialização.

Deleuze e Guattari (1996), no primeiro teorema, apontam a desterritorialização como dois movimentos (saída e entrada), isto é, como via de mão dupla. A nosso ver, isso não se limita às abordagens sobre o movimento de desterritorialização, mas sim a uma série de forças que envolvem os movimentos vinculados à mobilidade espacial e à construção de novos territórios, significados e identidades, ou seja, a reterritorialização. Com isso, devemos pensar que a desterritorialização e a reterritorialização são processos concomitantes, pois os territórios, nos deslocamentos espaciais da sociedade, sempre comportam dentro de si uma força desterritorializante e reterritorializante, isto é, a des-reterritorialização.

Alguns estudiosos associam o caráter do processo desterritorializador da sociedade contemporânea a sua condição *pós-moderna* (HALL, 2006; CANCLINI, 2013). As sociedades modernas são, por essências, sociedades de mudanças constantes, ágeis e permanentes (HALL, 2006, p. 15). O mundo moderno exige essa agilidade que reflete nas relações sociais e, também, entre sociedade e espaço. De acordo com Canclini (2013), o rompimento das territorializações tradicionais, marcada pelas comunidades sociais, abre espaço, ou melhor, perde espaço para o movimento da modernidade que estabelece sua própria reterritorialização que, nesse caso, acompanha a velocidade e a fusão, o multi, o híbrido do mundo moderno.

Percebemos, por meio das discussões apresentadas, que a desterritorialização e reterritorialização acontecem simultaneamente, sugerindo o termo que os aglutinam, a *des-reterritorialização*, pois esse último integra o movimento de saída ao de entrada. Portanto, com base nessas considerações, entendemos que o movimento de des-reterritorialização é quando os sujeitos passam pela experiência das dinâmicas dos movimentos espaciais, isto é, pela a saída e a entrada em territórios. É que esses territórios não são simplesmente físicos, mas também simbólico-culturais.

Do Haiti ao Brasil

Feito os esclarecimentos acima, sinalizamos que, nesta pesquisa, o Haiti foi abordado como o território de saída e o Brasil como território de entrada dos imigrantes haitianos. Assim, é importante pontuar algumas questões sobre esses territórios para compreender os movimentos espaciais de desterritorialização e reterritorialização vividos pelos migrantes haitianos.

O Haiti é considerado um dos países mais pobre das Américas. A maioria da população vive na condição pobreza e, de acordo com dados apresentados em 2018 pela Organização das Nações Unidas – ONU, o Haiti apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do mundo – IDH, com o índice de 0,498, ocupando a 168ª posição⁴. O país representa historicamente a primeira república negra do mundo. Sua população é composta, em sua grande maioria, por negros, mais de 95% da população (LOUIDOR, 2013).

Os haitianos tiveram uma conturbada trajetória histórica. No período colonial das Américas, o Haiti foi dominado, primeiramente, pela Espanha, posteriormente caiu sob o domínio francês e estadunidense. Por muito tempo, a independência do Haiti não foi reconhecida. Na maioria das colônias europeias na América, o processo de independência se deu por meio de uma elite, contando com uma participação popular pouco significativa. Já no Haiti, o processo de independência foi liderado pela grande maioria da população negra que estava na condição de escravo (CÉSAIRE, 2012).

Após a independência em 1804, como forma de represália à Revolução Haitiana, os escravocratas americanos e europeus firmaram um bloqueio naval contra o país revolucionário, isolando-o comercialmente por cerca de 60 anos, massacrando sua produção, bem como sua economia. Posteriormente, o Haiti sofreu com o golpe de Estado e caiu em uma ditadura militar baseada na imposição forçada. Os grandes escândalos ligados aos desvios de recursos do país acentuaram seu declínio (JOINT, 1999).

Com essas explicações, compreendemos as dificuldades que o Haiti teve em se tornar, de fato, um país independente. Isso levou alguns haitianos a buscarem novas oportunidades em outros territórios.

A respeito do território de entrada, o Brasil é considerado um país

⁴ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/HTI>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

emergente e, de acordo com dados apresentados em 2018 pela Organização das Nações Unidas – ONU, apresentou Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,759, desse modo, ocupando a 79ª posição. Sua população é de aproximadamente 209,3 milhões de habitantes⁵.

O estado de Rondônia é território de entrada e de permanência dos nossos informantes. Ele faz parte dos 26 estados da República Federativa do Brasil. Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁶, em 2018, é de 1.757,58 milhão de habitantes.

Porto Velho, de acordo com o IBGE, tem uma população de aproximadamente de 519.531 mil habitantes em 2018⁷. Ela surgiu com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) em meio aos dois ciclos da borracha que desencadearam migrações para a região de Porto Velho e Guajará-Mirim (oeste do estado de Rondônia). De início, a capital do estado foi projetada para atender aos trabalhadores da ferrovia.

Recentemente, no início do século XXI, a capital de Rondônia passou por dois novos ciclos (um de imigração e o outro, econômico) proporcionados pelas construções das usinas hidroelétricas de Santo

Antônio e de Jirau, no Rio Madeira. Com isso, Porto Velho recebeu investimentos federais e dos consócios responsáveis pelas construções das usinas como compensação pelas duas grandes obras na capital. Assim, a cidade tornou-se um canteiro de obras, fomentando a construção civil, além das inúmeras oportunidades de empregos no setor de serviço. Todo esse cenário proporcionou um deslocamento populacional instantâneo para Porto Velho, pessoas de diversas áreas do país imigraram para trabalharem nas obras das usinas do Madeira. Concomitante a esse movimento espacial de brasileiros, aconteceu a imigração haitiana.

Nesse contexto, pontuaremos algumas possíveis causas que podem estar associadas à inclusão do Brasil na rota da imigração haitiana. Uma das hipóteses consiste em afirmar que os Estados Unidos aumentaram suas restrições para a imigração, principalmente após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 (SILVA, 2013). Com isso, os haitianos tiveram que se redimensionar e procurar novos territórios com oportunidades de trabalho.

A falta de alimento no Haiti foi outro fator que desencadeou o

⁵ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

processo migratório e estaria associada à política de exportação e importação, pois os haitianos importam a maior parte da comida que consomem (FERNANDES, 2010).

A região do Haiti é propícia a tempestades e a furacões, como Fay, Gustav, Anna e Like que atingiram a região antes do terremoto de 2010. O terremoto que atingiu o país em 2010 também fomentou o deslocamento espacial. Neste último episódio, cerca de 15% da população do Haiti, o equivalente a 1,5 milhões, foram afetadas diretamente pelo sismo. De acordo com um levantamento nacional realizado meses após o terremoto, mais de 300 mil pessoas morreram, 1,3 milhões de haitianos estavam vivendo em abrigos temporários e mais de 600 mil pessoas deixaram as áreas atingidas e foram para outras regiões do país⁸. O pós-terremoto deixou a Haiti em situação ainda mais crítica, colaborando para a migração de milhares de haitianos.

Um ponto que tem atraído a imigração dos haitianos para o Brasil foi a realização de grandes eventos acompanhados de suas obras, como as construções de usinas hidroelétricas (em Rondônia), a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (COGO, 2014). A assistência humanitária, a participação e a presença do Brasil no Haiti como líder da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustash também são pontuadas como fatores que proporcionaram a migração para o Brasil.

Com isso, voltemos para um entendimento histórico. Com a imigração da primeira leva de haitianos para o Brasil em 2010, buscaram-se alguns questionamentos sobre como assegurar direitos mínimos aos imigrantes. O Brasil não poderia recusar a entrada desses imigrantes, pois, desde 2004, tinha assumido o controle da Minustah e não permitir a entrada desses imigrantes poderia resultar em desgastes políticos de âmbito internacional. Desse modo, o Brasil autorizou a entrada de imigrantes por meio do visto humanitário àqueles que estavam na fronteira e a caminho, intensificando o deslocamento espacial para o país⁹.

Com essas explicações, podemos compreender melhor a respeito dos motivos que possivelmente levaram os haitianos a procurarem o Brasil como linha de fuga. E, também, as possíveis causas que levaram imigrantes a permanecer no estado de Rondônia, especialmente, em Porto Velho.

⁸ INTERNATIONAL RECOVERY PLATFORM. Números oficiais apresentados pelo Post Disaster Needs Assessment – PDNA. Disponível em: <http://www.recoveryplatform.org/assets/publication/Action_Plan_12April_haiti.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2014.

⁹ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Resolução Normativa nº 97, 102 e 106. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

As dinâmicas espaciais nas experiências dos sujeitos negros haitianos

O nosso movimento de descrição e de interpretação expõe o estudo do perfil dos imigrantes haitianos, verifica o processo de desterritorialização na visão dos sujeitos migrantes e contempla o processo de reterritorialização dos haitianos no sul da Amazônia brasileira. Nessa medida, esses processos se configuram como questões identitárias de uma negritude em movimento.

Entrevistamos imigrantes haitianos com idade entre 24 e 53 anos, sendo sua maioria ativa para o mercado de trabalho, pois, sua grande concentração, está distribuída em pessoas de 25 a 39 anos. A respeito do estado civil dos haitianos, 45% dos informantes salientaram que são casados, 30% salientaram que moram juntos e 25% dos informantes disseram que são solteiros. O nível de instrução variou, pois encontramos de haitianos não escolarizados até imigrantes com ensino superior incompleto. Os imigrantes entrevistados estavam em Porto Velho entre oito meses a quatro anos. A respeito da religião dos imigrantes, 10% dos informantes se autodefiniram como católicos e 90 % como protestantes.

Investigamos também acerca das línguas faladas pela comunidade haitiana e encontramos a predominância, segundo os informantes, de quatro idiomas: crioulo, francês, espanhol e inglês. Assim, 90% dos imigrantes disseram que compreendem e falam o francês e 100% dos informantes também disseram que compreendem e falam o crioulo.

Com efeito, vimos que 90% dos haitianos disseram que falam e compreendem o francês, todavia, de acordo com Rodrigues (2008), o francês é a língua de prestígio social falada somente por cerca de 5% da população haitiana. Segundo esse autor, o francês é falado pela elite haitiana e por pessoas que tiveram acesso ao ensino superior. Na tentativa de compreender esse posicionamento dos haitianos em relação ao domínio da língua francesa, recorreremos a Calvet (2002), quando trata de variação e de atitudes linguísticas, pois salienta que é por considerar o próprio modo de falar com pouco prestígio que a pessoa tenta imitar, de modo exagerado, as formas que ele acha prestigiosas. Podemos vincular essa afirmação às declarações dos imigrantes, pois eles veem o idioma francês como língua de prestígio, língua de poder no Haiti, desse modo, dizem dominá-la.

Fizemos algumas perguntas que contemplaram o processo de desterritorialização, assim, podemos identificar algumas forças que levaram os haitianos a imigrarem de seu país para o Brasil. Perguntamos aos

haitianos o que vieram fazer no Brasil e dentre as várias respostas que tivemos, elaboramos resumidamente a Tabela 01.

Tabela 01: Motivos dos haitianos terem imigrado para o Brasil

		Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		Freq.	%
		Freq.	%	Freq.	%		
O que veio fazer no Brasil?	Trabalhar	9	90%	8	80%	17	85%
	Ajudar a família	0	0%	1	10%	1	5%
	Passeio e resolveu ficar	1	10%	0	0%	1	5%
	Acompanhar o cônjuge	0	0%	1	10%	1	5%
	Total	10	100%	10	100%	20	100%

Fonte: Tartaglia e Burgeile, 2017.

Entre as diferentes respostas, a palavra *trabalho* ou *trabalhar* esteve presente em dezessete discursos. Na Tabela 01, tivemos: 90% dos homens e 80% das mulheres entrevistados salientaram que o principal motivo de estarem no Brasil era para conseguir trabalho. Nesse contexto, percebemos que o território brasileiro é visto pela maioria dos entrevistados como um elemento econômico ou, como disse Haesbaert (2012, p. 40) sobre a dimensão econômica, o território é visto “[...] como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”. Assim, trabalhar e ajudar a família implica o ganho de capital para se subsidiar e, também, auxiliar a família que ficou no Haiti.

Também verificamos os motivos que levaram os imigrantes a saírem de seu país. Os dados coletados revelam que sinalizam 40% dos entrevistados apontaram o terremoto como principal motivo e, desse modo, ancorado em Haesbaert (2012), temos a influência natural ou da dimensão natural; 30% disseram que foi o desemprego, neste ponto, temos a dimensão econômica; 20% dos haitianos afirmaram que foi por causa do terremoto e, também, pelo desemprego, com esses dados temos a junção da dimensão natural e da econômica; 5% dos informantes apontaram o desemprego e para acompanhar o cônjuge, aqui também temos influência econômica e influência das redes sociais; 5% dos imigrantes disseram que a economia de seu país estava ruim e saiu em busca de uma vida melhor, novamente o predomínio da dimensão econômica. Desse modo, podemos apontar o terremoto de 2010 e o desemprego como os principais motivos que levaram os haitianos a saírem de seu país, contribuindo para o processo de desterritorialização desse grupo.

Investigamos se os imigrantes tiveram alguma ajuda financeira para imigrarem para o Brasil. De acordo com os dados coletados tivemos: 70%

dos homens e 60% das mulheres disseram que tiveram ajuda financeira para imigrarem para o Brasil; todavia, 30% dos homens e 40% das mulheres disseram que não. Requena Santos (1998, p. 653, tradução nossa) aponta que a rede social “[...] é um conglomerado finito de indivíduos ou grupos de indivíduos e das relações estabelecidas entre ambos”¹⁰. Desse modo, há uma relação financeira entre os imigrantes para auxiliar no processo migratório, relação essa que transcende o seio familiar, visto que os informantes apontaram, como colaboradores: pais, irmãos, primos, tias, cônjuge e, até mesmo, amigos. Assim, a comunidade social em redes colaborou para a dinâmica de desterritorialização dos imigrantes haitianos.

Pesquisando sobre o processo de saída, perguntamos aos haitianos por onde passaram até chegar ao Brasil. O nosso principal objetivo, com essa pergunta, era identificar o território o qual esses imigrantes estavam antes de se deslocarem para o Brasil. Encontramos informações ímpares que estão expressas na Tabela 02.

Tabela 2 - País que os haitianos residiam antes de imigrarem para o Brasil

		Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		Freq.	%
		Freq.	%	Freq.	%		
Onde estava antes de imigrar para o Brasil?	Saiu do Haiti	7	70%	4	40%	11	55%
	Saiu da Rep. Dominicana	3	30%	6	60%	9	45%
	Total	10	100%	10	100%	20	100%

Fonte: Tartaglia e Burgeile, 2017.

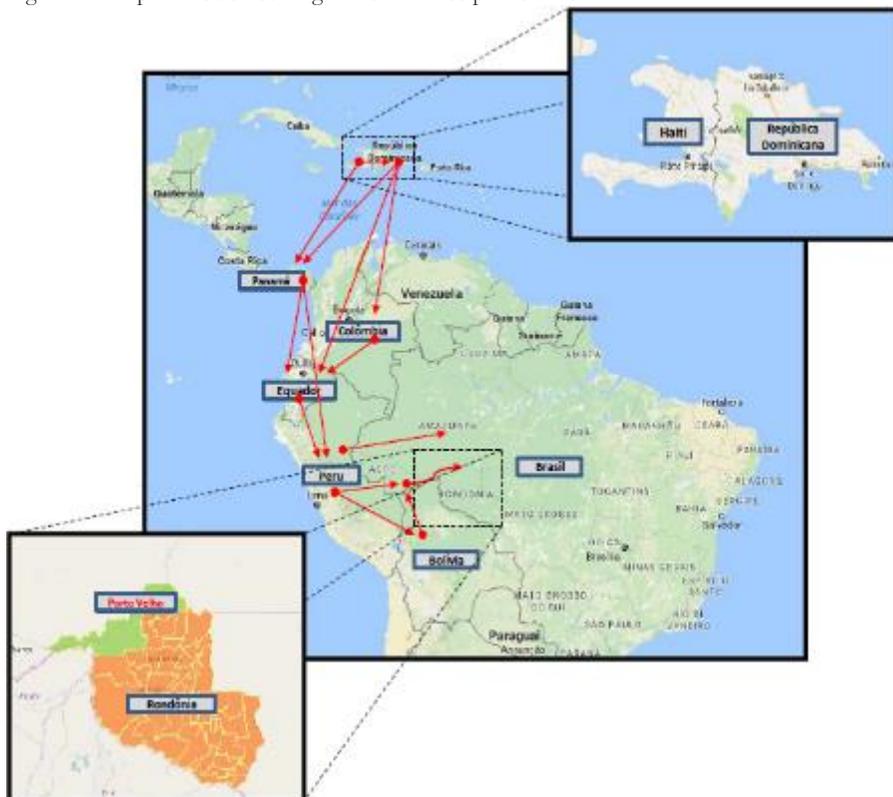
Em uma análise geral (Tabela 02), 55% dos imigrantes entrevistados saíram do Haiti, enquanto outros 45% afirmaram terem saído da República Dominicana. Percebemos que alguns haitianos se encontravam na República Dominicana e já estavam desterritorializados, em relação ao Haiti, e novamente passaram por um processo de desterritorialização imigrando para o Brasil. Haesbaert (2012) lembra que a desterritorialização pode estar ligada à instabilidade das fronteiras, principalmente das fronteiras estatais, desse modo, temos, nesse caso, influências políticas no processo de desterritorialização, pois a liberação dos vistos humanitários, pelo governo brasileiro, proporcionou não somente uma migração do Haiti para o Brasil, mas também um deslocamento de haitianos que estavam na República Dominicana. Esses dados revelam que os imigrantes haitianos vivem em constantes processos de migração, evidenciando, de acordo com

¹⁰ “[...] un conjunto finito de actores o grupo de actores y las relaciones definidas entre ellos” (REQUENA SANTOS, 1998, p. 653).

Hall (2006), que as sociedades modernas são sociedades de mudanças constantes, ágeis e permanentes.

Ainda com as informações obtidas com a questão anterior, construímos o Mapa 01 com as rotas traçadas pelos imigrantes haitianos que até chegaram ao Brasil.

Figura 1 – Mapa de rotas dos imigrantes haitianos para o Brasil



Fonte: Tartaglia e Burgeile, 2017¹¹.

No Mapa 01, temos a rota por onde os imigrantes haitianos disseram que passaram. A maioria dos informantes disse que saiu do Haiti, passou pela República Dominicana. Alguns seguiram pela América Central, no Panamá, e passaram pelos países do leste da América do Sul até chegarem ao Peru e à Bolívia e se direcionaram para o Brasil, entrando, principalmente, pelos estados do Acre e do Amazonas.

¹¹ Esse mapa foi construído a partir das informações dos imigrantes haitianos e adaptado por meio do Google Maps e do IBGE. Disponível, respectivamente, em: < <https://www.google.com.br/maps/@-4.8891558,-66.4287335,4z> > e < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=11&search=rondonia> > Acesso em: 03 de fevereiro de 2017.

As próximas linhas desse trabalho consistem em analisar o processo de *reterritorialização* levando em consideração, de acordo com Deleuze e Guattari (1996) e Canclini (2013), a chegada, a mistura de culturas, a apropriação material e simbólico-cultural e a reconstrução de um imaginário. Desse modo, exploramos os motivos que levaram os imigrantes a permanecerem em Porto Velho. Com os dados coletados, construímos a Tabela 03:

Tabela 3 - Motivos dos haitianos terem permanecido em Porto Velho

		Sexo					
		Masculino		Feminino		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Por que escolheu ficar em Porto Velho?	Trabalho aqui	7	70%	3	30%	10	50%
	Acompanho o cônjuge	0	0%	3	30%	3	15%
	Tenho família aqui	0	0%	2	20%	2	10%
	Gostei daqui	3	30%	2	20%	5	25%
Total		10	100%	10	100%	20	100%

Fonte: Tartaglia e Burgeile, 2017.

O principal fator relatado foi o trabalho, pois 50% dos informantes disseram que escolheram Porto Velho devido ao fato de terem conseguido trabalho, nesse caso, temos a força da dimensão econômica influenciando a permanência dos imigrantes na região.

Pensando na complexidade que é o processo de mudança e, também, o processo de reconstrução, investigamos quais foram as principais dificuldades encontradas no Brasil. As informações coletadas resultaram na organização da Tabela 04, a qual chama atenção pela expressividade dos números. Nela, verificamos que 80% dos homens e 70% das mulheres disseram que o principal problema encontrado no Brasil foi a língua portuguesa, isso corresponde, em uma análise geral, a 75% das afirmações dos entrevistados. Percebemos a complexidade que é a inserção social devido ao não conhecimento do idioma da comunidade local.

Tabela 4 - Dificuldades dos haitianos encontradas no Brasil

		Sexo					
		Masculino		Feminino		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Qual foi a principal dificuldade encontrada no Brasil?	A língua portuguesa	8	80%	7	70%	15	75%
	Desemprego	1	10%	1	10%	2	10%
	A líng. port. e o desemprego	0	0%	1	10%	1	5%
	A língua não foi problema	1	10%	0	0%	1	5%
	Não tive problema	0	0%	1	10%	1	5%
	Total	10	100%	10	100%	20	100%

Fonte: Tartaglia e Burgeile, 2017.

A necessidade de interação social e de aquisição da língua portuguesa, ambos inseridos no movimento de reterritorialização, levaram os imigrantes haitianos a buscar várias estratégias para se comunicarem com os brasileiros. Perguntamos aos imigrantes se, quando chegaram a Porto Velho, procuraram ambientes onde havia grande concentração de brasileiros para aprender a língua local ou aperfeiçoá-la. Sendo assim, os dados coletados apontam que 40% dos informantes disseram sim e 60% disseram não.

Considerando a língua como interação social, elencamos os argumentos dos informantes que procuraram ambientes sociais e informais para aprender a língua portuguesa, são eles: procuraram escolas que ofereciam gratuitamente o ensino de língua portuguesa; sentiram necessidades de aprender a língua com os brasileiros; aprenderam com os brasileiros no trabalho; aprenderam em igrejas. Com isso, temos mais uma vez o auxílio das redes no processo reterritorialização e, nesse caso, para a aquisição de língua portuguesa.

Em relação aos haitianos que não procuraram lugares para aprenderem a língua portuguesa, alguns deram os seguintes argumentos: procuraram dicionários de português-espanhol e aprenderam no trabalho com os brasileiros. De acordo com Krashen (1981), o contato com ambientes informais, a interação verbal, o convívio social e natural proporcionam aos seres de linguagens o desenvolvimento das competências linguísticas necessárias para promover a aquisição da linguagem.

Apropriar do território (simbólico-cultural) do outro é uma forma de reterritorializar. Haesbaert (2012, p. 78) salientou que o “[...] território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. Desse modo, inquirimos se os informantes já adotaram algum

costume portovelhense e 35% dos informantes disseram que já adotaram algum costume da comunidade local; 65% disseram que não. Percebemos que, na percepção dos informantes, houve uma aceitação, ou melhor, uma apropriação do território local por alguns imigrantes.

Transcrevemos os discursos, respectivamente, de um informante do sexo masculino e outro do sexo feminino em relação a costumes adotados. Enumeramos as transcrições (Ex.: T01, T02, T03...) para melhor sinalizá-las nesse trabalho.

(T01) – Sim porque tem muita coisa para fazer... tucumã, porque eu gostar de comer, nunca comer no Haiti... e outras comidas como a farinha! (Informante 14);

(T02) – Mange sim... trabalho no restaurante... gostou de carne com bife... carne assada! (Informante 20).

As falas em T01 e T02 mostram uma aceitação da gastronomia local, assim sendo, isso pode resultar em uma apropriação de costumes locais. Os haitianos apontaram as comidas, como o tucumã, a farinha (de mandioca) brasileira, que é diferente da farinha haitiana e a carne assada (T01 e T02). Outros afirmaram, ainda, que já se apropriaram das músicas e do futebol brasileiro. Lembramos também que o fato de se comunicarem em língua portuguesa mostra a efetiva ação da dinâmica de reterritorialização através da construção de territorialidades simbólicas, pois a língua carrega uma bagagem sociocultural de um povo.

Para verificar as relações das redes, perguntamos para os imigrantes quem os ajudaram quando chegaram a Porto Velho. A partir dos dados coletados tecemos a Tabela 05 em que obtivemos: 40% dos informantes disseram que não tiveram ajuda e 60% dos informantes disseram sim, e salientaram: tiveram ajuda de outros haitianos, de brasileiros, da família, de casa de apoio e do Governo de Porto Velho.

Tabela 4 -Assistência em Porto Velho

		Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		Freq.	%
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Quem te ajudou quando chegou a PVH?	Ninguém	6	60%	2	20%	8	40%
	Haitianos	1	10%	2	20%	3	15%
	Brasileiros	1	10%	0	0%	1	5%
	Família	0	0%	6	60%	6	30%
	Casa de apoio	1	10%	0	0%	1	5%
	Gov. de PVH	1	10%	0	0%	1	5%
	Total	10	100%	10	100%	20	100%

Fonte: Tartaglia e Burgeile, 2017.

Ainda com o foco nas redes, perguntamos se os informantes ajudaram algum membro da família ou amigos haitianos em suas residências na cidade de Porto Velho. Com essa questão, tivemos os seguintes dados: 80% dos homens e 70% das mulheres disseram que ajudaram outros haitianos em Porto Velho.

Transcrevemos diálogos de alguns haitianos que prestaram algum tipo de auxílio a outros imigrantes:

(T03) – Ajudou muitos! Amigos, primos! Ajudou muito, porque tem bastante que chegar lá... na rodoviária, eu sempre pegar e dar comida, lugar para dormir! Perguntamos se o informante conhecia essas pessoas e a resposta foi a seguinte: – Não, só pra ajudar! (Informante 03).

(T04) – Trouxe muitos! Eu trouxe irmão, ajudou minha prima, ajudou amigos também! Perguntamos se o informante trouxe alguém que não conhecia e o informante respondeu: – Fiz isso bastante que eu não sabe quanto fez! Umas cento e poucas! Mais ou menos! Porque só no quarto eu colocar dez pessoas! Pega um que vem tomar banho se não quiser, nós comprar as coisas pra nós beber [...], comer e ficar aguardando! [...] Ajudei mais de cem pessoas! (Informante 13).

(T05) – Muitos! Amigos! Muitos, vários! Umas cem! (Informante 2212).

Requena Santos e Muñoz (2002) salientaram que entre os sujeitos não existem apenas o vínculo que os unem, mas a força desse vínculo. A força das redes está associada ao vínculo entre dois ou mais sujeitos. Assim, com os dados e os relatos transcritos acima (T03, T04 e T05), percebemos que a rede vai além de uma limitação de amizade ou familiar, pois temos as relações de parentesco e grupos étnicos, as relações sentimentais, as relações instrumentais e as relações de comunicação, como pontuaram Knoke e Kuklinski (1982).

Investigamos também sobre as maneiras que os haitianos fazem para reviver o Haiti em território brasileiro. Percebemos que as lembranças de costumes, de tradições e de elementos do dia a dia, como as comidas típicas, alvorecem o sentimento de identidade dos haitianos diante da ausência da família, de amigos e do seu país de origem. Assim sendo, 100% dos haitianos procuram algum mecanismo para lembrar suas origens, suas famílias, suas identidades através de músicas, comidas típicas haitianas e datas comemorativas. Bonnemaïson e Cambrézy (1996, p. 10, tradução nossa) afirmam que a força do laço territorial revela que “[...] o espaço está

¹² Aqui, temos o informante de número 22. É importante esclarecer que entrevistamos 25 imigrantes haitianos para a construção do *corpus* de pesquisa, no entanto, utilizamos as entrevistas de 20 haitianos que atendiam aos nossos critérios de seleção.

investido não apenas valores materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e emocionais”¹³. Sendo assim, as lembranças dos imigrantes haitianos são formas de reativarem sua identidade cultural em meio ao processo de hibridação com o simbólico local.

Haesbaert (2012), falando sobre território e suas relações, destacou a vertente econômica, onde o território é visto como uma fonte de recurso ligado às classes sociais e à relação trabalho, conseqüentemente, também ligadas à relação capital. Com isso, verificamos se os imigrantes estão trabalhando em Porto Velho, visto que esse era um dos objetivos dos haitianos com a migração para o Brasil. Tivemos os seguintes resultados: 70% dos homens e 30% das mulheres disseram que estão trabalhando em Porto Velho, com isso, percebemos que os homens têm facilidade em conseguir trabalho na capital de Rondônia; 30% dos homens e 70% das mulheres disseram que não estão trabalhando. Esses dados apontam que o desemprego atinge com mais intensidade o público feminino.

Deleuze e Guattari (2010, p. 132) afirmam que a “[...] desterritorialização e reterritorialização se cruzam no duplo devir”. Assim, esses dois movimentos, ou a des-reterritorialização, transformam e constituem sujeitos. Por fim, vimos informações sobre o perfil dos sujeitos entrevistados, suas limitações no território de saída e alguns motivos que os levaram ao movimento de desterritorialização. Em contrapartida, estudamos as ações desenvolvidas pelos imigrantes no novo território, a fusão de alguns seus costumes em meio à cultura local, a construção de novas identidades, a influência das redes nesses processos os quais contribuem para o movimento de reterritorialização.

Considerações finais

Neste trabalho, vimos que a noção de território vai além da simples demarcação espacial ou geográfica. A noção de território faz emergir uma série de fatores linguísticos, identitários, históricos, culturais, sociais, ligados às redes e as suas relações, entre outros.

A desterritorialização haitiana é movida por forças políticas, econômicas e naturais, todavia, com a saída do Haiti, os emigrantes levam consigo suas territorialidades, sua memória nacional, seus costumes, suas identificações, ou seja, sua carga simbólico-cultural. Esses elementos conduziram os emigrantes haitianos à dinâmica de desterritorialização, ou

¹³ La puissance du lien territorial revele que l'espace est investi de valeurs non seulement matérielles mais aussi éthiques, spirituelles, symboliques et affectives (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 10).

seja, a buscar uma linha de fuga, alternativas para subsidiar suas necessidades e de suas famílias. Observamos que o deslocamento espacial não é algo atual no Haiti, mas um processo que sempre aconteceu, entretanto, o terremoto de 2010 agravou ainda mais o quadro econômico do país, contribuindo para que essa dinâmica espacial se intensificasse.

O processo de entrada e reconstrução em um novo e desconhecido território vem acompanhado de dificuldades como a moradia, a alimentação e o desemprego. Observamos que os haitianos vêm para o Brasil, principalmente, para trabalhar, buscar uma vida melhor e também ajudar a família que ficou no Haiti. Entretanto, no novo território, se deparam com uma comunidade de costumes, língua e leis diferentes das suas. Os imigrantes sinalizaram que as principais dificuldades encontradas no Brasil foram aprender a língua portuguesa e conseguir trabalho.

As redes sociais também foram importantes para o processo de reterritorialização, pois muitos haitianos disseram que receberam ajuda de outros haitianos em Porto Velho, além de também terem acolhido outros conterrâneos como parentes, amigos e, até mesmo, desconhecidos. Isso evidencia a migração em massa para o Brasil a partir de 2010, pois as redes sociais se tornaram mecanismo que subsidiaram a migração.

Portanto, o nosso estudo abordou o processo migratório de uma negritude que buscava melhores condições financeiras e sociais e, com isso, se deslocou para o sul da Amazônia brasileira. As dinâmicas de desterritorialização e de reterritorialização haitianas não constituem meramente em uma passagem de um território ao outro, em um transplante da identidade original, mas sim, em uma fusão entre o referencial simbólico do antigo território com o novo, proporcionando uma (re)organização, uma (re)construção das territorialidades de saída com as de entrada.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Resolução Normativa nº 97, 102 e 106**. Disponíveis em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

_____. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

BONNEMAISON, Joël; CAMBRÉZY, Luc. Le lien territorial: entre frontières et Identités. In: **Géographies et Cultures (Le Territoire)**. n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica / Louis-Jean Calvet. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CÉSAIRE, A. **Diário de um retorno ao país natal**. Tradução de Lilian Pestre de Almeida. São Paulo. EDUSP, 2012.
- COGO, Denise. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. In. **Chasqui** – Revista Latinoamericana de Comunicación. n. 125. Março, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 03. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.
- FERNANDES, Jéssica S. **Operação Haiti**: ação humanitária ou interesse político para o Brasil? PUC Minas, Conjuntura internacional, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- INTERNATIONAL RECOVERY PLATFORM. **Post Disaster Needs Assessment** – PDNA. Disponível em: <http://www.recoveryplatform.org/assets/publication/Action_Plan_12April_haiti.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2014.
- JOINT, Gasner. **Libération du Vaudou dans la dynamique d’inculturation en Haiti**. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1999.
- KNOKE, David; KUKLINSKI; James H. **Network analysis**. Beverly Hills, Calif.: Sage, 1982.
- KRASHEN, Stephen D. **Second language acquisition and second language learning**. Oxford: Pergamon, 1981.
- LOUDOR, Wooldy Edson. Uma história paradoxal. In. **Haiti por si**: a reconquista da independência roubada / Adriana Santiago (org.). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Indicadores de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles>>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- REQUENA SANTOS, Félix. “Redes (sociales), análisis de”. In **Diccionario de Sociologia**. S. Giner; E. Lamo de Espinosa & C. Torres (Coords.). Madrid: Alianza, 1998.

_____; MUÑOZ, Antônio Manuel Ávila. Redes sociales y sociolingüística. In. **Estudios de Sociolingüística**. Vigo: Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo, 2002.

RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. **Francês, crioulo e vodu**: a relação entre língua e religião no Haiti. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

TARTAGLIA, Ednaldo. **Imigrantes Haitianos**: da dinâmica de saída à dinâmica de entrada. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências Humanas, Porto Velho, 2014.

_____; BURGEILE, Odete. O deslocamento espacial de imigrantes haitianos: da desterritorialização à reterritorialização. **Confins** (Paris) [Online], n. 32, 2017, p. 1-21.

SILVA, Sidney Antonio da. Brazil, a New Eldorado for Immigrants?: The case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. In. **Urbanities**. v.3. n. 2. November, 2013.

Parte II

Discurso, Literatura, identidade(s) e cultura

CAPÍTULO 3

Representações de identidades, raça e etnia em Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas

Heloane Baia Nogueira¹
Yurgel Pantoja Caldas²

Introdução

Tratar de questões que envolvem aspectos relacionados à cultura, etnicidade, raça e representações identitárias requer, de qualquer pesquisador, clareza quanto a esses termos e suas “aplicações” aos campos de estudos específicos, no caso, os estudos literários. Especialmente em relação aos termos *raça* e *etnia*, foram-lhes sendo atribuídas conotações diversas ao longo dos tempos, conforme asseveram Munanga (2004) e Foster (2004), consideradas as inúmeras aplicações de caráter biológico e social que muitos autores passam a fazer a partir do uso daqueles termos.

Situado na interseção entre os estudos literários, culturais e étnico-raciais, este artigo visa apresentar algumas discussões em relação a aspectos que dizem respeito à cultura, etnia e representações identitárias presentes no romance escrito em 1857, por Lourenço Amazonas, intitulado Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas, e considerada uma narrativa que apresenta memórias coloniais e neocoloniais e que abarca o período colonial pombalino da Amazônia, contemplando também o período do Brasil Império (SOUZA, 2013). Em tal contexto, o romance de Lourenço Amazonas insere-se na literatura amazônica³ para efeito dos estudos literários.

Neste artigo, analisaremos algumas passagens do segundo capítulo –

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PMDR/UNIFAP) e docente do Curso de Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (CELAEEL/UNIFAP).

² Doutor em Literatura Comparada (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal do Amapá, do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET/UNIFAP) e do Programa de Pós-graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da mesma instituição.

³ Este romance é objeto de discussões da dissertação de mestrado (em fase de andamento), intitulada *Discurso, cultura e identidade em Simá: romance histórico do alto Amazonas*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional - PPGMR/UNIFAP, sob orientação do Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas.

“O regatão” – do referido romance, buscando evidenciar como representações identitárias são estabelecidas nesse capítulo da obra *Simá*. Para constituição de nossa análise, na primeira parte do artigo, apresentamos os conceitos de raça, etnia e identidade, evidenciando-se como esses conceitos podem ser úteis ao contexto de análise de narrativas literárias históricas. Em seguida, faz-se uma breve contextualização sobre a noção de narrativas (BENJAMIM, 1994), relacionando-as ao âmbito do romance histórico. Por fim, são analisados alguns fragmentos do capítulo II do romance *Simá*, no qual é possível a identificação de representações identitárias e étnicas que perpassam toda a obra.

Raça, racismo e etnia: do campo conceitual a aspectos ideológicos

É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não se houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente porque os que coletivamente são portadores das cores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros coletivamente portadores da pigmentação escura. (MUNANGA, S/d).

De acordo com Foster (2004) é a partir da Segunda Guerra Mundial que há um deslocamento do debate acerca do uso do termo *raça* para *etnia*. Além disso, Foster destaca que “em verdade, o termo ‘raça’ sofreu algumas alterações que acabaram determinando a forma de ver o racismo” (2004, p. 69). Em linha semelhante, Munanga (2004) também mostra que o termo *raça* apresenta seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial, que possibilitou determinados usos e significações. No contexto da era medieval, por exemplo, “raça” designava a denotação de descendência e linhagem, isto é, constituição de um grupo de sujeitos que detinham, no sentido de pertencimento, um mesmo ancestral comum. Contudo, já no final do século XVII, o conceito passa a configurar a “possibilidade” de constituição de uma estratificação social. Nas palavras de Munanga (2004, p. 17) o “conceito de raça passou efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época”, determinando como os considerados de sangue puro eram autorizados a dominar, administrar e controlar os “outros”, tidos como de raças menos fortes.

É nesse cenário que o termo *raça*, transportado dos campos da botânica e da zoologia, passou a servir como significado de “raça pura” para legitimação de relações de dominância e de assujeitamento entre classes sociais (MUNANGA, 2004; FOSTER, 2004). Claro está, porém, que a

designação da cor da pele ou composição/textura do cabelo (FOSTER, 2004) em nada definem, como se defendeu no passado, a posição social e as habilidades de um indivíduo.

Entretanto, como nos faz pensar Munanga (2004), no século XVIII, é a cor da pele que determinava a divisão entre raças, sustentando-se que a espécie humana poderia ser dividida em três classes estanques – classificação que ainda paira sobre o imaginário coletivo, na terminologia científica, e assumida por muitos: *raça branca, negra e amarela*. Apesar dos argumentos levantados por muitos autores, Da Matta (1987); Nogueira (1955); Skidmore (1976); Munanga (2004), comprovou-se hoje que a raça não é uma realidade biológica, mas apenas um conceito que, mesmo cientificamente, pouco ajuda a explicar a diversidade humana.

Nesses termos, o sentido usado hoje para o conceito “raça”, carrega muito mais aspectos ideológicos do que biológicos (MUNANGA, 2004). Nesse sentido, o uso do termo “raça” esconde relações de poder e de dominação, isto é, de sobreposição ideológicas e legitimadas ainda por aspectos que dizem respeito a algo que

no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2004, p. 22).

Para o campo da sociologia, o termo “raça” ainda pode ser útil quando permite compreender que se trata de um conceito que diz respeito a uma categoria relacionada a processos sociais de inclusão e exclusão. Entretanto, como defendem Foster (2004), o uso do termo, em relação à questão racial, ainda mostra, de certa maneira, “a ineficácia quanto ao pensamento biologizante que figura nas relações raciais cotidianas e que são largamente cristalizadas no imaginário social” (FOSTER, 2004, p. 69). É nesse sentido de evitar que persista o aspecto biologizante do conceito de raça, que se passou a defender a substituição desse termo para “etnia”, já que “o termo grupo étnico designaria mais os aspectos relativos às relações sociais dos indivíduos, cujas características fenotípicas e culturais seriam comuns” (FOSTER, 2004, p. 70). Assim, enquanto a raça se relaciona com aspectos morfobiológicos, o conceito de *etnia* relaciona-se a aspectos de caráter sociocultural, histórico e psicológico, já que

Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (MUNANGA, 2004, p. 28-29).

Munanga (2004) saliente ainda que alguns autores fogem do uso do termo e do conceito de raça, e passam a “etnia” como um léxico mais cômodo, no sentido de que soa melhor como “fala politicamente correta” (p.12); entretanto, em termos de racismo, a substituição em nada muda o contexto de preconceito, já que não desmistifica a relação hierarquizada entre diferentes culturais. Nesse sentido, Munanga considera que

o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses. (MUNANGA, 2004, p. 29-30).

Para o autor acima, é válido pensarmos também que tanto o termo “raça” quanto a “etnia” estão hoje ideologicamente manipulados, já que, em certos aspectos, muitos insistem em colocar “populações negras” – expressão utilizada por Munanga, e defendida como a mais adequada nesse contexto – como pertencentes a uma mesma etnia ou cultura. No cenário brasileiro, conforme defende o autor, delineiam-se processos de identidades culturais que revelam certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos – assim, todos se constituem e são representados como sujeitos históricos e culturais, e não somente como sujeitos biológicos e raciais. Isso está intrinsecamente relacionado ao conceito de identidade cultural, conforme será discutido na próxima seção.

Identidades culturais e representações

Assim como os termos “raça” e “etnia” passaram a figurar como aspectos que saíram do campo teórico para o campo etnossemântico, político-ideológico (MUNANGA, 2004), a noção de *identidade*, no campo

dos Estudos Culturais e da representatividade⁴, também figura hoje como um construto teórico-analítico que nos possibilita pensar não em algo inviolável ou imutável, mas como uma categoria analítica que se altera, a depender do momento em que a sociedade se configura como líquida, fragmentada e, cada vez mais, hipermoderna (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991; LIPOVETSKY, 2004).

Nesse sentido, Hall (2006) destaca que um tipo diferente de mudança estrutural tem modificado as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidades, etnia, raça e nacionalidades, as quais, no passado, possibilitavam aos sujeitos sociais sólidas localizações a partir de grandes narrativas ou metanarrativas hegemônicas. O que se vê atualmente é a reconfiguração da identidade no sentido plural, hibridizante, transitório, deslocado e realocado, mas não totalizante e fechado, quer seja para o coletivo quer para o sujeito social, uma vez que

uma tal identidade, embora passe pela aceitação da negritude e das particularidades culturais negras, tem um conteúdo político e não cultural, pois alguns negros não vivem as peculiaridades culturais ou religiosas de seu grupo histórico e não deixam de participar das identidades religiosas dominantes como catolicismo, o protestantismo etc. É dentro dessa perspectiva política ou ideológica que devemos entender o discurso militante referente “identidade étnica negra” ou identidade étnico-racial-negra”. (MUNANGA, 2004, p. 33).

É nesse sentido proposto por Munanga (2004) que podemos aproximar a visão de Hall (2006), quando este considera que não se pode mais falar em identidade una/única, pois os sujeitos sociais estão reconfigurando seus modos de ser/estar no mundo a partir de suas participações, pertencimentos (ou não) a certos campos/grupos – no caso como proposto por Munanga (2004), a certas “populações” ou modos de representações e (re) configurações identitárias. Nesse sentido, é possível falarmos em “políticas da fragmentação ou pluralização de identidades”, sendo que é possível, como salientam Hall (2006, p.07) e Silva (2014), vermos que também em variadas áreas do conhecimento tem-se efetivado uma completa e, em alguns casos, complexa desconstrução das perspectivas identitárias – unas, integrais, originárias e unificadoras.

Isso tem levado também à desconstrução, como já mencionado, de grande metanarrativas que, de alguma forma, totalizaram (e ainda totalizam) a sobreposição, a dominação e a subjugação tanto étnico-racial de alguns grupos (FOSTER, 2004). Feita a contextualização dos conceitos os quais

⁴ Entendida aqui no contexto da relação com o outro, mas não no sentido de representação do outro pela voz de alguém. A respeito disso, cf. Moscovici (1995). Não consta nas referências

podem ser úteis para o contexto das análises, passamos, na próxima seção, a uma breve definição de narrativas literárias históricas e de romance histórico.

Narrativas literárias e romance histórico: interseccionando conceitos

Nesta seção, ao tratamos de narrativas literárias e históricas, estamos entendendo tais formas como um conjunto de manifestações não intrinsecamente ligadas a aspectos da narratologia tradicional, mas como representações coletivas e memorialísticas, mais especificamente, no exemplo do romance histórico. Nesse sentido, para Jameson (2007, p. 185) pode-se dizer que

o romance histórico articula uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja pelos costumes, acontecimentos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual, denotado pela categoria narrativa que denominamos personagens. A arte do romance histórico consiste na habilidade com que essa interseção é configurada e exprimida, em uma invenção singular que se produz de modo imprevisto em cada caso.

Em termos teóricos, o autor supracitado destaca que, na tentativa de dar conta dos processos históricos, diversos historiadores buscam os recursos da abordagem literária, considerando a narrativa memorialística de caráter histórico para o estudo de aspectos que dizem respeito à memória coletiva. Nesse sentido, o romance histórico configura-se na perspectiva bakhtiniana, na qual a denominação de “romance histórico” pode incorporar outros discursos, uma vez que o romance está relativamente ligado ao adjetivo do passado, podendo-se inserir contextos canônicos e atuais.

Nesse aspecto, para Grecco (2014), o discurso histórico, compreendido na realização do romance histórico, pode ser compreendido como uma manifestação na perspectiva de uma pessoa, sempre contingente em relação às suas ideologias e às influências do presente histórico. Desse modo, não há uma história no singular, mas “histórias”. Ainda de acordo com Grecco, cada historiador constrói uma possível história a partir de diferentes representações, o que lhe confere uma função política eminente.

Vale destacar que no Brasil, de acordo com Abdalla e Campedelli (2004), o gênero romanesco emergiu em meio às lutas do processo da independência, período da valorização da consciência da nacionalidade

brasileira na busca de se desprender política e administrativamente dos portugueses. Para Cândido (2002), o nacionalismo romântico foi caracterizado pelo orgulho da diferença e pelo sublinhar dos traços que ao longo dos tempos identificaram um determinado povo e o tornaram único, uma vez que a independência política tinha sido relativamente recente no Brasil.

Ainda para Cândido (2002), no Brasil, havia a necessidade de construção de uma visão própria do passado, o que fez com que nascesse a nova corrente teórica do nacionalismo. O período nacionalista teve uma importância a mais que um simples pensamento literário, representando a tomada de consciência da particularidade identitária brasileira, não se podendo considerar mais a matriz cultural europeia, no caso exemplar do comportamento português, já que os brasileiros não queriam ser “reinóis” ou “filhos de Portugal”, mas também não se podendo considerar indígenas. Sobre tal realidade, Roncari (1995, p. 278) aponta as seguintes questões:

Quem éramos então? O que era ser brasileiro? O que deveria ser o brasileiro? De onde vínhamos e para onde íamos? Éramos piores ou melhores que o colonizador europeu? Que parentesco tínhamos com o indígena e como deveríamos considerá-lo? Eram perguntas como essas que inquietavam os homens cultos da época.

Foi, portanto, a partir dessas indagações, após a Independência, que surgiram os questionamentos sobre a formação de uma identidade brasileira. Vale lembrar ainda que, durante o surgimento do Romantismo, o pensamento da época estava voltado para a valorização da terra natal. Como exemplo, temos as obras de José de Alencar (1829-1877), que buscaram relacionar a imagem da nação brasileira aos seus encantos naturais, com características regionalistas e a crítica da civilização urbano-burguesia europeia – base para a emergência de “heróis” e “fortes guerreiros” de que foram investidas as populações indígenas que viviam em florestas, como em *O guarani*, de José de Alencar (MOISES, 2012).

Roncari (1995) também destaca que essa valorização sobre a característica de uma cultura para os europeus, sobretudo acentuada após a derrota de Napoleão e da sua política universalista de uma “Europa Francesa”, contribuiu para os questionamentos dos pensamentos de grandes poetas literários possuidores de uma identidade própria, momento em que nasce o espírito romântico conformando a participação indígena na constituição da ideia de nação. Além do indígena, o país era valorizado pela forte presença do mundo natural, com a fluência de rios e florestas em oposição ao ambiente urbano.

No entanto, têm-se em Mário de Andrade (1893-1945), por exemplo, uma problematização deste nacionalismo a partir do elemento indígena no Romantismo brasileiro, quando o escritor expressa claramente sua preocupação nacional: “Nós só seremos deveras uma Raça o dia em que nos tradicionalizarmos integralmente e só seremos uma Nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura” (ANDRADE, 1883, p. 18).

Podemos conferir, na citação acima, que o autor de *Macunaíma* vincula a consolidação nacional ao elemento cultural, à tarefa de exportação que o Brasil deve oferecer ao mundo – razão pela qual Mário de Andrade realiza um trabalho de reconstruir o País a partir da sua narrativa. O nacionalismo cultural presente na obra de Andrade se caracteriza por dois elementos centrais: o resgate da cultura popular brasileira e a crítica ao que poderíamos denominar de internacionalismo precoce. O autor aborda a questão nacional como um processo com etapas lineares: primeiramente, há que se construir um Brasil a partir do cultural para então, como consequência, poder apresentá-lo ao mundo (RONCARI, 2020).

Outro fator relevante ocorre no espaço brasileiro, onde o nacionalismo encontrou solo fértil, alimentando-se de um forte sentimento de independência que se preocupava em legitimar e consolidar a necessidade da nação. Tal fator caracterizou-se por várias vertentes, incluindo os aspectos restaurador e progressista, buscando sempre assegurar uma identidade nacional que expressasse a separação em relação a Portugal, buscando, para isso, os elementos históricos de origem nacional. Portanto, ao nacionalismo liga-se à ideia de amor pela pátria e pelo progresso da nação, como o entende José de Alencar, devendo a literatura servir aos dois princípios, já que quanto mais nacional ela fosse, mais válida e consolidada essa literatura seria (PAOLINELLI, 2004).

Assim, autores como Cândido (2002), Roncari (1995), Abdalla Jr. e Campedelli (2004) mostram que, durante o Romantismo, a literatura, a crítica e a historiografia partilharam do desejo de elevar a nação, precisamente por meio da valorização do que seria entendido como “próprio” em detrimento do “alheio”. Ora, mas nem todos os autores no Romantismo brasileiro pensavam da mesma maneira; alguns buscavam refrear o entusiasmo juvenil sobre as maravilhas das terras brasileiras. Um dos percussores desse debate foi justamente José de Alencar, quem aproximou suas ideias sobre a exuberância do Brasil e a política externa que envolvia o período à obra de Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Assim, as ideias dos textos que retravam os cânticos poéticos, das nações europeia e americana, o maravilhoso dos antigos costumes desses povos, em

conjunto com a força incompreensível da natureza e a saga, de sabor quase medieval, dos heróis europeus do Novo Mundo deveriam servir de base a uma literatura nova (PAOLINELLI, 2004).

Assim, o romance histórico, a serviço do Romantismo brasileiro, visa relatar o momento dos primeiros contatos do europeu com a nova terra, carregando nas tintas para um quadro sobre o heroísmo dos índios e a história épica de formação e desenvolvimento de um povo, já que no Romantismo, como estilo de época, o romance histórico faz parte de um percurso de investigação, resultado de uma conjuntura de busca e exaltação do sentimento nacional, produzindo, assim, um novo olhar para o (re)conhecimento da História. Consideram-se, dentro desse campo, *a priori*, os portugueses como representantes da autoridade colonial, no contexto da história colonial do Brasil dependente.

Na próxima seção, apresentamos alguns pontos de análise do romance histórico *Simá*.

Simá: contexto de um romance histórico amazônico

Simá – Romance Histórico do Alto Amazonas é uma obra de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, escritor nascido na Bahia em 9 de agosto de 1803 e falecido em 1864⁵. Além de ter sido oficial da Marinha do Brasil, Araújo Amazonas foi também etnógrafo e escritor. Ele participou de comissões no Pará e permaneceu muito tempo na Amazônia, tendo estudado profundamente o Rio Amazonas e seus afluentes – tanto que escreveu, em 1852, o *Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, que se encontra nos anais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Araújo Amazonas lançou, no ano de 1857, em Recife, o primeiro romance sobre a Amazônia, *Simá*. Ambos os projetos fizeram parte de um movimento ideológico/nacionalista (COSTA, 2014).

O romance histórico *Simá* é composto de vinte e dois capítulos e um epílogo, todos intitulados pelo autor. A obra desenvolve-se em torno das aventuras do personagem indígena Marcos, que também assume o nome de Severo e que flutua no entre-lugar (BHABHA, 1998) de indígena e português. A narrativa transcorre pelo sítio do Tapera e do Remanso – espaços amazônicos. Trata-se de um personagem que atende por dois nomes (Marcos e Severo) e que transita por dois espaços ficcionais, sendo ora um indígena manau e ora um comerciante português. A obra também apresenta outras personagens inseridas na cultura portuguesa e indígena,

⁵ Não há um relato oficial do local de sua morte.

como a mameluca Simá, filha de Marcos, e o índio Domingos.

Embora a narrativa apresente o nome da personagem Simá no título, o foco do autor na obra centra-se nas aventuras do personagem Marcos/Severo, que ocupa dois espaços sociais – a personalidade indígena e o encantamento/envolvimento por uma cultura, a saber, a portuguesa. Como bem assevera Gondim (2003, p.90), "Em Simá, há uma procura e uma preservação de identidade. O tuxaua que, de Marcos, passa a se chamar Severo, sintetiza a busca na própria perda de identidade, justificada pela mudança de nome". Nesse sentido, a personagem vivencia dois momentos culturais que afetam sua identidade.

Simá é considerado por alguns autores, como Gondim (1996), Queiroz (2009) e Batista (2017), um romance de corrente indianista, pois relata o processo de colonização dos portugueses e espanhóis sobre os indígenas, sobretudo no Amazonas. *Simá* é considerado também o primeiro romance amazonense, cuja obra faz alusão às disputas sangrentas durante o processo das demarcações territoriais na disputa entre portugueses e espanhóis, no contexto envolvendo o governo luso-brasileiro e a Companhia de Jesus. Tais disputas tomaram como base o Alto Amazonas, considerando a resistência dos povos indígenas, que bravamente lutaram para manter uma identidade em relação a seu território. Tais fatos são considerados pelo próprio autor Araújo Amazonas como "entrelaçando" o contexto histórico por meio do romance.

Assim, segundo Costa (2014), o cenário do romance é precisamente a região de fronteira entre as coroas espanhola e portuguesa no Alto Rio Negro, e concentra-se especificamente em oferecer um retrato dos conflitos gerados nessa região pelos interesses estratégicos das duas coroas.

“O Regatão”, capítulo de *Simá*: identidade e relações étnico-raciais na literatura amazônica colonial

Como vimos, o romance de Lourenço Amazonas narra a vida de personagens que viveram na Amazônia durante um período que se inicia como o domínio colonial de Portugal sobre o Brasil e se estende até o ciclo da borracha (GONDIM, 2011). A obra é observada como uma narrativa histórica, que descreve esse período da Amazônia de forma minuciosa a partir do comportamento das suas personagens. O universo amazônico é formado de seres, signos, fatos e ações que podem indicar múltiplas possibilidades de análise e interpretação. Neste artigo, optamos por analisar a partir da ótica dos estudos identitários e étnico-raciais.

A obra apresenta personagens que marcam a constituição da Amazônia colonial (pescadores, indígenas, seringueiros, caboclos e comerciantes). Um dos personagens escolhido por nós como objeto de análise do artigo, é o indígena Marcos, que devido a influência e contato com os portugueses, o personagem muda de nome para Severo, uma vez que o índio resolve abandonar suas raízes e tornar-se um comerciante, ele também muda de nome. Portanto, a partir de agora optamos por chamar o personagem em questão de Marcos/Severo, para compreendermos essa transição identitárias.

Optamos por realizar um recorte do capítulo II – “O Regatão” – para a análise. A narrativa ficcional, como nos faz lembrar Lopes (2007), reside em ser a primeira tentativa de registrar a condição de vida na Amazônia, em definir as relações entre índios e brancos, recriando a atmosfera da região ainda em confronto aberto com os conquistadores. A partir de caracterizações que ambientam a Amazônia colonial, o autor de *Simá* apresenta características dos relatos de viajantes, com destaque para a paisagem amazônica. Nesse viés, Araújo Amazonas apresenta, de forma ficcional, o surgimento da paisagem amazônica. De acordo com Gondim (2011), o romance *Simá* está ligado à estética romântico-indianista, evidenciando a perda do caráter tribal dos indígenas, por meio da descaracterização e alteração da identidade de personagens da nação indígena Manau⁶ no contato com o homem branco português.

Conforme Furtado (2012), o capítulo “O Regatão” é aberto, apresentando em grande harmonia uma família formada por um nobre indígena e sua filha, rodeados por criados e uma aia⁷. Marcos/Severo, o pai, conversa com a filha, Delfina, sobre seu destino amoroso, durante um jantar tão lauto quanto simples, entrementes nobre, indiciando o cotidiano daquele grupo, colocado às margens do Amazonas e Solimões, próximo de Coari e Tefé. Ainda conforme Furtado (2012, p. 4), o

regatão, branco e português, irrompe como hóspede negociante e quebra a harmonia daquele jantar, daquela noite e daquele lugar, pois, ardiloso, veio mal intencionado e com estratégia definido: roubar os indígenas, quando adormecidos pela ingestão de vinho e sonífero, vagarosamente degustado em uma discussão sobre assuntos da época.

⁶ Nação indígena do Rio Negro e seus afluentes do Uariarás (GONDIM, 2011).

⁷ Dama de companhia, denominada também preceptora encarregada da educação doméstica das crianças de famílias nobres ou ricas.

Abaixo, transcrevemos algumas partes da narrativa do segundo capítulo:

II - O REGATAO

A ceia estava servida. [...] como é sabido, lugares há nas margens do Amazonas e Solimões, em que a necessidade de evitar de noite a praga do carapanã, prescreve a medida de se fecharem as casas a aproximação do sol ao seu ocaso [...] Uma garrafa continha vinho, que na verdade mais servia para figurar uma honra da mesa. [...] A cabeceira era ocupada por um homem de cerca de quarenta anos, indígena genuíno, de aspecto nobre, franco e sereno; mas na expressão de cuja fisionomia fácil fora aperceber um toque de melancolia. Trajava luto, que consistia em uma curta túnica por cima da calça e camisa, as quais se ajustava por um cinturão de couro apertado por uma fivela de metal. A falta de colarinho na túnica era suprida pelo da camisa, que sobre ela caía, tão alvo a contrastar com cor escura da túnica. Sobre um bofete estava seu chapéu de fina palha, primorosamente tecida, destes que fabricados no Solimões e Marañon, exportados pelo pacífico [...]. A sua esquerda se assentava uma rapariga, também indígena, de 18 anos, na qual se apercebia a par do asseio, polidez e amanho, que lhe proporcionava uma educação excepcional aos de sua raça, a ingenuidade que lhes é inerente. Trajava vestido branco; e seus adornos, como brincos, colar e pulseiras exprimiam dó. Semelhante tratamento e qualidades em indígenas genuínos surpreenderão certamente a quem ignorar que indígenas houveram tão apreciados pelos governadores, que promovidos a postos militares, honorificamente condecorados se tornaram importâncias em seus distritos; e cujo merecimento para tanto conseguir importava a par de uma bravura e denodo proverbiais, a mais devotada dedicação, fidelidade superior a toda a expressão, probidade a toda a prova, e uma honestidade e morigeração a irrogar formal repreensão aos próprios dominadores. [...]. O lado direito da mesa, que a ocupação dos outros faria supor, que pertencia a alguém ausente, não tinha nem cadeira, nem talher: mas podia-se observar uma espécie de acatamento ou veneração por ele, pois não era ocupado por objeto algum do serviço. Podia-se notar mesmo que jamais para ele se dirigiam os olhos, que ao retirar-se, uma nuvem de tristeza não sombreasse os rostos: que esta expressão crescia de ponto se os de ambos os comensais se surpreendia-se ao retirar-se daquele lado; e que mais de uma vez em tal ocorrência uma lágrima se escapava, que furtivamente se enxugava. [...]. E Marcos entendeu oportuno quebrar de urna vez aquela monotonia, e terminar tão longa e penosa apreensão. (AMAZONAS, 2011, p.17-23).

No trecho acima, do capítulo em questão, vemos que Lourenço Amazonas opta por apresentar, de forma extensamente descritiva, as relações estabelecidas entre os indígenas e os portugueses no contexto da Amazônia. Essa relação é marcada pela força de relações identitárias, étnico-raciais e culturais, uma vez que ela demonstra, de forma preponderante, que há sobreposição dos brancos sobre os indígenas. De forma resumida, o capítulo inicia com a entrada de Régis (o regatão) – um típico comerciante dos rios amazônicos, na casa de Marcos/Severo. No contexto amazônico, o regatão possui duas caracterizações:

é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas. O regatão tem uma história longa e controvertida na Amazônia: de um lado, é visto como um pioneiro heroico, trazendo a civilização para produtores isolados na floresta; de outro, como um atravessador sem escrúpulos, explorando os pobres da zona rural e roubando comerciantes locais em seus negócios [...] O papel do regatão na economia amazônica tem suas origens no início da ocupação europeia da região. Durante boa parte do período colonial, a maior parte do comércio entre Belém e o interior foi conduzida por comerciantes itinerantes chamados de “comissários volantes”. Muitos desses comerciantes vieram dos grupos de pequenos produtores colonos que, incapazes de obter uma quantidade suficiente de mão-de-obra indígena para a lavoura, optaram pelo comércio como melhor alternativa. Esses comerciantes, cujas operações frequentemente envolviam apenas uma canoa e uma quantidade de cachaça, fizeram um comércio lucrativo, embora ilegal, com as aldeias indígenas do governo, comprando produtos florestais e agrícolas de índios e de diretores corruptos das aldeias. Apesar de constantes tentativas, as autoridades coloniais nunca conseguiram erradicar, e nem regular, essa forma de comércio. (MCGRATH, 1999, p. 61-62).

Não muito diferente da descrição acima, Régis é um regatão que demarca, na obra, a presença colonial e a ideia de subalternização dos ritos nativos, já que em determinados momentos o personagem não considera os ritos indígenas como legítimos. Régis usa da boa receptividade de Marcos/Severo e sua filha – Delfina – para roubar os produtos comercializados por Severo em suas pequenas vendas. É possível evidenciar que a relação identitária é marcada pela entrada de Régis na casa do indígena e da filha, os quais, de bom grato, o recebem; porém, o comerciante regatão embriaga tanto Marcos quanto Delfina, violentando esta última enquanto ela dorme, e termina por roubar grande parte das vendas de Marcos/Severo. Para realizar esse feito, o regatão embriaga pai e filha com um tipo de vinho temperado.

Vemos ainda que o processo de subalternização é marcado na fala do narrador, bem como a sobreposição de “raças”, quando Lourenço Amazonas declara que

Delfina era indígena, e a ingenuidade lhes é uma qualidade inata [...] Delfina, posto se deixasse impressionar da vista de um Europeu, era com tudo bastante devotada a sua raça para que semelhante impressão pudesse ter a menor consequência. Indígena e simples examinava um Europeu, e nada mais; e Marcos mesmo estava bem tranquilo a este respeito”. (AMAZONAS, 2011, p. 20-21).

Nesse viés, como nos faz pensar Gondim (2002), o romance *Simá*

mostra o índio como possuidor de uma cultura milenar ao mesmo tempo em que a colonização portuguesa é mimetizada como perniciosa por justamente eliminar a cultura indígena. A narrativa atendia aos apelos políticos e culturais daquele momento. De fato, o capítulo evidencia, de forma metaforizada, um imaginário amazônico em que o indígena – “raça inferior” – é ludibriado pelo branco, não só em função de aspectos ditos culturais e relacionais, mas pela mística ideia de que o indígena é um sujeito subalterno, ingênuo, incapaz de se defender e, por isso, submisso aos comandos do colonizador. Assim, evidencia-se que, no capítulo “O Regatão”, o romance histórico *Simá* marca uma relação étnico-racial em que a identidade dos personagens indígenas é apresentada sobre a lógica do pensamento biologizante (FOSTER, 2004).

Considerações finais

Conforme discutido neste artigo, intentamos trazer à cena algumas reflexões a respeito de relações identitárias, étnico-raciais e culturais a partir do estudo de uma obra que marca o início da prosa literária na Amazônia. O romance *Simá*, para além dos estudos estritamente literários, possibilita-nos também compreender a discussão a respeito da intersecção de identidades no período colonial, bem como a compreensão do processo de subalternização que marca a Amazônia colonial. O capítulo em análise (“O Regatão”) possibilitou evidenciar que o personagem Régis representa uma figura histórica no contexto amazônico, mas também a marca étnico-racial entre brasileiros (indígenas) e europeus (portugueses).

Assim, pode-se dizer que a narrativa mostra que, historicamente, o processo maciço de dominação de Portugal sobre o Brasil também estabelece, nesse contexto histórico, modos de representação identitária e de sobreposição étnico-racial que se iniciara no século XVIII na Amazônia, e que ainda hoje, em algumas situações, desconsidera a diversidade das identidades das populações tradicionais da Amazônia e que vê pela lógica de uma colonialidade-modernidade (QUIJANO, 2009), que ainda legitima uma visão preconceituosa do indígena e do ribeirinho como sujeitos sociais.

Referências

- ABDALLA Jr., B. CAMPEDELLI, S. Y. **Tempos de Literatura Brasileira**. São Paulo. Ática, 2004.
- AMAZONAS, L. S. A. **Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2011.

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- FOSTER, E.L.S. **Racismo e movimentos instituintes na escola**. Tese Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 2004.
- FURTADO, M. T. O Guarani e Simá: propostas indianistas para o romance brasileiro no século XIX. In: Germana Maria Araújo Sales; Marlí Tereza Furtado; Sérgio Nazar David. (Orgs.). **Interpretação do texto**. Leitura do contexto. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 67-84.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GONDIM, N. Apresentação. In: MARCONDES, L. A. S. **Simá. Romance histórico do Alto Amazonas**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.
- GONDIM, N.. Apresentação. IN. AMAZONAS, Lourenço. **Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas**. 3. Ed. Manaus: Valer, 2011.
- GONDIM, N. O Nacional e o Regional na Prosa de Ficção do Amazonas. In: **Leituras do Amazonas: Revista Internacional de Arte e Cultura**. Ano II, n.º 2 (jan./dez., 2000). Manaus: Valer, 2002.
- GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GONDIM, N. **Simá, Beiradão e Galvez, Imperador do Acre. Amazônia: Ficção e História**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- GRECCO, G. **História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 6(11), 2014, p.39-53.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- JAMESON, F. O romance histórico ainda é possível? Trad. Hugo Mader. In: **Novos Estudos**. São Paulo, n.77, p. 185-203, mar. 2007 (CEBRAP).
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Trad. Maria Lucia Machado. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.
- LOPES, M. P. **O romance de autoria feminina no Acre: historicidade e regionalismo**. Inventário (UFBA), v. 6, p. 79-93 2007.

MCGRATH, D. G. **Parceiros no crime**: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n.2, p. 57-72, 1999.

MOISES, M. **História da Literatura Brasileira**: das origens ao Romantismo. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

MUNANGA, K. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói, Rio de Janeiro, n. 5. p. 15-23, 2004.

PAOLINELLI, L. M. A. **O romance histórico e José de Alencar**. Tese de doutorado. Funchal: Universidade da Madeira, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-118.

RONCARI, L. **Literatura Brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, M. **A expressão amazonense do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2013.

NOGUEIRA, O. “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem”, in **Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas**, vol. 1. São Paulo, 1955.

CAPÍTULO 4

A Defesa de Alex T. Lobo: uma reinterpretação culturalista da obra *A Verdadeira História dos Três Porquinhos*, de Jon Scieskza

Patrícia Helena dos Santos Carneiro¹

Júlio César Barreto Rocha²

Nádia Nelziza Lovera de Florentino³

Introdução

A obra literária pode ser objeto de análise também pelo prisma do Direito e Literatura. Os recursos de análise de textos literários são aproveitados para verificar como a ficção pode apresentar uma certa realidade social que entrelaça temas fundamentais para o Direito (e ser dela representante), tais como a Justiça, a igualdade entre as pessoas, a liberdade de expressão e os direitos humanos. Este texto nasceu de uma palestra proferida no *Campus* de Guajará-Mirim, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em maio de 2018, quando ficou constatado que, na conhecida narrativa do Lobo Mau e os Três Porquinhos, a verdade seria a presença de um protagonista, (Alex T.) Lobo, como vítima de um sistema judicial, mobilizado por um meio de comunicação criado pelos porcos, o qual não lhe dera condições de exercer o contraditório nem uma defesa justa.

Derivada da obra *A Verdadeira História dos Três Porquinhos*, de Jon Scieskza, com tradução de Pedro Maia e publicação pela editora Companhia das Letrinhas, a presente análise toma um clássico anterior e essa versão, aparentemente realizada como um livro infantil, para impor uma certa análise político-culturalista que promova alguns valores democráticos e judiciais. Na abordagem mais detida de ambos os livros, um leitor,

¹ Doutora em direito internacional público pela universidade de Santiago de Compostela, é professora da Universidade Federal do Amazonas.

² Docente na Universidade Federal de Rondônia, Campus de Porto Velho, lotado no Departamento de Letras Vernáculas, é doutor em Filologia Portuguesa (Universidade de Santiago de Compostela e líder do Grupo de Pesquisa Filologia & Modernidades.

³ Doutora em Letras pela Universidade Estadual "Júlio Mesquita Filho". Professor Adjunto do Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade Federal de Rondônia.

municiado de ferramentas adequadas, pode observar um outro texto e outros temas que se escondem na narrativa, aparentemente construída para o desfrute de infantes, porém ressaltando, agora, a presença social do jornalismo e a necessidade judicial de conceder a palavra ao acusado. Daí surge a obrigação de que essa abordagem da história aperceba-se também das ilustrações de Lane Smith; e então surge a possibilidade de que sejam utilizados instrumentos de análise do discurso (e outras técnicas que se façam necessárias) para obtermos um mais completo entendimento do percurso e das fronteiras entre ambas as versões literárias.

A ilustração de Lane Smith, essencial para uma mais plena compreensão da nova empreitada, que é a obra de Jon Scieszka, complementa com traços, por meio de outra linguagem, alguns pormenores não evidentes no texto. Esses desenhos favorecem uma nova experiência ao leitor, o qual deve, então, cooperar (*confronte* ECO) com o Autor, apreendendo os sentidos dos textos –escrito e ilustrado– e a sua intencionalidade crítica.

A Literatura espelha o Direito: As relações entre o Direito e a Literatura

Na Literatura universal encontramos obras que desenharam o panorama das relações sociais de desigualdade entre as pessoas, tratando-se de demonstrar a caminhada da Humanidade entre duas ou mais vertentes opcionais. O Direito pode sempre ser chamado como referência para legitimar a realidade atual retratada ou esgarçada na busca de localizar saída que leve a uma outra situação vital para a Sociedade. Exemplos não faltam, sobretudo na Modernidade, e tanto a nobreza, os dirigentes, como as classes populares são objeto pertinaz de abordagens consagradas. *O Homem da Máscara de Ferro* (1850), de Alexandre Dumas, ou *Os Miseráveis* (1862), de Victor Hugo, dentre outras obras, podem servir de baliza temática e histórica, embora, logicamente, centenas de clássicos pudessem ser levantados para distinguir opções e tonalidades neste tipo de funcionamento literário canônico.

Claro que alguns elementos da Modernidade, tais como o Estado Democrático de Direito e os espaços públicos de Comunicação, juntamente com os seus derivados, isto é, o Judiciário e as garantias constitucionais, bem como o Jornalismo livre e crítico, devem ser ressaltados em práticas de ensino que se possam valer tanto da Literatura Infantil clássica como das suas releituras, para o benefício da formação humanística integral de cada discente. Lembremos que não se trata de buscar o valor de verdade, mas,

no caso concreto, trata-se de destacar uma construção cujo maior interessado na sua aceitação é a comunidade que participa da interpretação dos fatos sociais, numa atitude docente passível de localizar acontecimentos paralelos na contemporaneidade do local.

Arnaldo Godoy, de uma perspectiva que aborda o Direito principalmente *vincado* pela Literatura clássica, afirma que

O estudo do direito na literatura mostra-se marcado por formulações pragmáticas. Justifica-se por percepções que dão conta de que o profissional do direito colheria, na literatura manancial de exemplos, indicações de efeito retórico, tinturas de cultural, demão de generalidade sistêmica. (GODOY, 2008, p. 10).

Para esse autor, os campos possíveis de análise entre Direito e Literatura dão-nos o estudo do Direito *na* Literatura, Direito *como* Literatura, Literatura como *instrumento de mudança do Direito*, Direito e ficção, Hermenêutica, Direito *da* Literatura e Direito e narrativa (GODOY, 2008, p. 17, com *destaques* do autor).

Vicente de Paulo Barretto, por sua vez, nos ensina que a aproximação entre o Direito e a Literatura ocorre mediante quatro modelos:

a) *direito da literatura*, em que se analisam as questões relativas à propriedade intelectual, responsabilidade do escritor, liberdade de expressão, principalmente, a questões relativas a injúria, difamação e calúnia; b) *o direito como literatura*, em que se examinam as qualidades literárias do texto jurídico, empregando para isto os métodos de crítica apropriados; c) *o direito comparado na literatura*, trata-se do estudo comparativo dos métodos jurídicos e literários ou o estudo da estrutura literária do direito; d) *o direito na literatura*, o modo pelo qual a literatura representa a lei, a justiça, a liberdade, a propriedade, a herança, a pena, o crime, e as instituições judiciárias que asseguram a objetivação social do sistema de normas jurídicas. (BARRETTO, 2008, p. 117).

Estabelecemos a base primeira da nossa análise da obra *A Verdadeira História dos Três Porquinhos*, de Jon Scieskza, na linha do *Direito na Literatura*. Neste livro, a leitura deve ser realizada, como se frisou, tanto a partir do texto escrito como das ilustrações que acompanham o texto, de autoria de Lane Smith. Há, na verdade, portanto, dois textos que precisam ser lidos em conjunto, típica configuração de obras infantis ou infanto-juvenis. O seu autor, Jon Scieskza, nascido em Michigan, em 1954, graduado em Literatura pela Universidade de Colúmbia, é professor do ensino fundamental. Lane Smith trabalhou na Disneylândia e cursou Artes Plásticas.

Publicado nos EUA em 1989, *The True Story of the Little Pigs!* vendeu vários milhões de cópias em mais de uma dezena de países. E segue fazendo sucesso!

Alex T. Lobo conta a sua versão dos fatos

Na obra, o Lobo, personagem principal, vilão reconhecido como oriundo de diversas histórias clássicas, tais como o Lobo Mau da Chapeuzinho Vermelho, ou de Pedro e o Lobo, traz as suas justificativas para o enfrentamento desigual com os três porquinhos do não menos clássico *O Lobo Mau e os Três Porquinhos*. Aqui, na releitura de Scieszka, o protagonista-vilão se estabelece como sujeito narrador da trama e como sujeito portador de nome e sobrenome, Alex T. Lobo, com muita personalidade e caráter, fazendo ver por outra perspectiva, agora como sujeito de Direito, que possui interesse de ser visto como pessoa capaz de apresentar-se justificando as suas atitudes.

Neste sentido, sobem ao palco as garantias normativas legais que podem proporcionar uma defesa cabal das ações do Lobo, que não mais deverá ser visualizado como um fora da lei contumaz. Claro que não se trata de qualquer lobo, ou de um mero Lobo Mau. Trata-se de alguém, personificado nos moldes do padrão literário infanto-juvenil, mas que suspende a consciência ficcional, evidenciando que está no mundo com nome e com sobrenome, que traz à baila pessoa da sua família, a Vovozinha, o que confere maior dignidade a aquele personagem que era tido, de ponta a ponta na história, como simples vilão, nascido e construído na narrativa clássica para um papel, e que agora assume um outro lugar: Ele passa a ser um sujeito de Direito, cuja voz deve ser admitida, num âmbito jornalístico e também processual, deixando-se clara a necessidade de superar o seu linchamento costumeiro, uma vez que o Estado Democrático de Direito presume a existência de garantias e o reconhecimento de normas processuais de defesa.

Assim, pela vez primeira permite-se ao Lobo Mau, agora Alex T. Lobo, um cidadão que se vale dos mecanismos do sistema do Estado, ser admitido como um acusado, com direito à fala, manifestando-se sobre a sua versão de fatos que lhe são imputados. Claro que há uma possibilidade de recuperar a longa lista de usos e recriações de historietas que fizeram o sucesso de narrativas como as do Lobo Mau, recontadas por diversos autores e para diversíssimos efeitos e propósitos.

Originado no século XVIII, como conto infantil, *Os Três Porquinhos* eram empregados para a diversão educativa oral de cunho terrorífico, como é em geral tipificada a fábula (narrativa em que os animais falam). Daí até o seu uso pelo australiano Joseph Jacobs, que, em 1890, publicou a sua versão, ao lado de histórias resgatadas do folclore inglês, inúmeros usos contribuíram para a classicização desta obra, inicialmente apenas mais uma de uma ampla e variada coletânea, apodada (legítima ou ilegitimamente) de “literatura infantil”, ou seja, com valor didático ou propedêutico.

Na versão de Jon Scieszka, Alex T. Lobo tem voz e conta a sua história

Em todo o mundo as pessoas conhecem a história dos Três Porquinhos. Ou, pelo menos, acham que conhecem. Mas eu vou contar um segredo. Ninguém conhece a história verdadeira, porque ninguém jamais escutou o *meu* lado da história. (SCIESKA, 2016, p. 5).

Coloca-se assim o Alex T. Lobo como narrador de fatos “verdadeiros”, segundo a sua versão em primeira mão, fonte original pelo seu ponto de vista privilegiado. A partir desta voz de quem pode e deve se defender, primeiramente, Alex realiza um questionamento sobre o que seria a verdade factual. Como se trata de buscar “a verdade real”, um dos principais objetivos do Direto Penal, Alex T. Lobo apresenta-se carregado de razão. Trata-se também, ao mesmo tempo, de querer elucidar uma dúvida filosófica e de fundamental interesse ao emprego no âmbito penalista, porquanto a *verdade real* quer cumprir os passos adequados para lograr a averiguação plena da culpa ou validar a inocência do acusado –se houver espaço para duvidar das versões que o incriminam sem que alguma norma excludente se apresente. Claro que o argumento manejado por Alex (o pesado sobrenome T. Lobo pode ser excluído, na defesa) deve ser menos do que verificável ou verdadeiro (*True*), bastando ser verossímil ou veraz.

No trecho supracitado, Alex T. Lobo nos faz ver a ausência do princípio do contraditório, princípio basilar no Direito, segundo o qual todo acusado tem direito a apresentar a sua versão dos fatos. Como poderiam aceitar acusar e julgar alguém sem conhecer a versão oposta que contradita alguma descrição sem a devida oitiva do acusado?

Na humanização de Alex T. Lobo, quando qualificado, tal como ocorre nos boletins policiais e nos processos judiciais, ele começa a ter direito à voz, podendo se autoapresentar como sujeito de Direito:

A Defesa de Alex T. Lobo: uma reinterpretação culturalista da obra A Verdadeira História dos Três Porquinhos, de Jon Scieszka

Eu sou o Lobo. Alex T. Lobo.

Pode me chamar de Alex.

Eu não sei como começou todo esse papo de Lobo Mau, mas está completamente errado. (SCIESKA, 2016, p. 5).

Alex T. Lobo, assim, retoricamente, apresenta-se simulando informalidade e plantando o seu primeiro argumento, que cuida de desconhecer a origem da sua fama de “Lobo Mau” que, segundo ele, é um equívoco, iniciando a recontar o caso vivenciado a partir da sua versão privilegiada de actante. Aqui se expõe o mote do(s) autor(es), cujos traços do desenhista o(s) repõe(m) com mais fortes tintas, interessado não em perdoar, mas em fazer ver que dar a voz aos acusados é um interesse civilizacional da maior importância, diante do estágio jurídico que vivenciamos na atual Modernidade estatal. Esta é a lição maior, mas não a única.

O recurso argumentativo de Alex T. Lobo, para nos convencer da sua versão, passa por um instrumento persuasivo de defesa que parte da realidade e procura destacar a sua conhecida natureza de Lobo:

Talvez seja por causa da nossa alimentação.

Olha, não é culpa minha se os lobos comem bichos engraçadinhos como coelhos e porquinhos. É apenas nosso jeito de ser. Se os *cheeseburguers* fossem uma gracinha, todos iam achar que você é mau. (SCIESKA, 2016, p. 7).

De uma primeira leitura, haveria uma espécie de maldição que se impunha sobre o Lobo (Mau). Contudo, em uma segunda leitura, surge ao lado do argumento dessa natureza de Lobo a sua escolha alimentícia como óbvio interesse, dela derivado. Claro que, possivelmente, não lhe seria salva a sua pele de lobo perante a análise de um juiz apegado à fria letra da Lei. Lembremos que o juiz Hércules (DWORKIN, 2000) é rigoroso e possui vigor para punir por malfeitos os meliantes; e a sua falta de apego a normas excludentes torna a razão insuficiente. Parece-nos, portanto, que o verdadeiro argumento admissível, e que se esconde no fundo da discursividade de Alex T. Lobo, é o pressuposto jurídico político-cultural, como se entrevê:

Olha, não é culpa minha se os lobos comem bichos engraçadinhos como coelhos e porquinhos. É apenas nosso jeito de ser. Se os *cheeseburguers* fossem uma gracinha, todos iam achar que você é mau. (SCIESKA, 2016, p. 7).

O argumento de Alex T. Lobo, fugindo da questão e envolvendo o ouvinte, evidencia primeiramente aquele comportamento que esperamos

dos lobos, dada a sua natureza de aparência traiçoeira e enviesada, afinal lobos podem comer coelhos e porquinhos, ainda que também pessoalizados e de aparência “engraçadinha”. Depois, ao falar sobre os *cheeseburguers*, que, no seu sentido estrito, em geral são feitos à base de carne advinda da morte (com ou sem sofrimento animal), tornam-nos passíveis de aceitar os seus argumentos –ou negar os fatos que são típicos da nossa vivência de consumidores de proteína animal. Daí, derivará o centro da sua argumentação: não nos importamos com os animais mortos para nossa alimentação quando já estão disponibilizados no formato de sanduíches. Sobe ao tablado do julgamento a forte razão de Alex T. Lobo, dado que também na nossa Cultura está normalizada a *matança* de animais que, uma vez convertidos em fatias e enviados aos frigoríficos, transformam-se em *hamburguers*.

O uso argumentativo de elementos civilizacionais da Cultura Ocidental

Note-se que, ao mesmo tempo em que traz a “sua” versão dos fatos, presentifica-se uma terminologia adequada à regularização das atitudes do Alex. No texto da versão publicada pela Companhia das Letrinhas, a manutenção na tradução do termo *cheeseburguers*, em inglês, propicia recordar de outras correlatas igualmente convertidas na nossa Cultura de modo normalizado, que aceita esse tipo de situações enquadrado no mesmo diapasão que nos unifica civilizacionalmente.

Não poderia passar despercebido que, em virtude do *american way of life*, imposto no bojo da Cultura do hamburguer, do MacDonald’s e da Coca-Cola, dentre outros produtos, começa a ficar normal ou normalizado (ainda não normativo) admitir os pressupostos de Alex. Cumpre um importante papel de pressuposto argumentativo do mesmo naipe o (novo) nome completo do Lobo, que aqui insiste-se em tratar-se como Alex, para denotar esse diferencialismo, bem como surgem nas ilustrações os seus trajas e os seus trejeitos civilizacionais, desenhados pelo ilustrador a reiterar essa nova personalidade.

A pergunta que salta aos olhos é: Nós próprios (civilizados) somos maus porque comemos carne de porco? Seremos igualmente culpados pela matança dos animais? Tratar-se-ia apenas de referenciar os traços de cada espaço cultural de cada coletividade? Por que nós carnívoros humanos não somos enquadrados como o foi Alex?

Alex T. Lobo contesta então a principal mácula, que carrega inocentemente, a sua indevida fama de “lobo mau”, e põe como nota principal do seu argumento central um traço bem mais simples, típico também das culturas populares civilizacionais: “Mas como eu estava dizendo, todo *esse papo* de Lobo Mau está errado. A verdadeira história é sobre um espirito e uma xícara de açúcar” (CIESZCA, 2016, p. 8).

Assim, ele retomará, dessa forma, aquela fórmula discursiva de abertura de fábulas que introduz o leitor no plano da sua versão da “verdadeira história”, ainda trazendo uma fragilidade antes impensável

No tempo do Era Uma Vez, eu estava fazendo um bolo de aniversário para a minha querida e amada vovozinha.
Eu estava com um resfriado horrível.
Fiquei sem açúcar. (CIESZCA, 2016, p. 10).

Os fatos são narrados de forma a levar o leitor a pensar em Alex T. Lobo como um ser que ama a sua Vovozinha, e tanto a ponto de querer superar o peso do seu resfriado horrível para realizar a tarefa de preparar para ela um bolo de aniversário!

Há uma intertextualidade entre a história dos Três Porquinhos e a narrativa de Chapeuzinho Vermelho na qual o Lobo Mau teria devorado outra Vovozinha. Por isso, a história narrada pelo Alex T. Lobo, agora como um lobo que ama a “querida e amada Vovozinha” torna-se melíflua e humanizada. Claro está que foi invertido também o sentido da fábula de Chapeuzinho Vermelho, que também imortalizara o lobo como cruel, e ajudou a consolidar a versão *construída socialmente* e nunca houve o Contraditório também para aquele Lobo, igualmente batizado de Mau, sem jamais ter podido se defender das acusações.

O açúcar para o bolo da vovozinha passa a ser o elemento principal desencadeador dos argumentos de Alex T. Lobo. E assim ele narra os seus primeiros passos

Então resolvi pedir uma xícara de açúcar emprestada para o meu vizinho.
Agora, esse vizinho era um porco.
E não era muito inteligente também.
Ele tinha construído a sua casa toda de palha.
Dá para acreditar? Quero dizer, quem tem a cabeça no lugar não constrói uma casa de palha. (CIESZCA, 2016, p. 12).

Para fazer o bolo da vovozinha, Alex T. Lobo conta a sua decisão de pedir emprestado uma xícara de açúcar para o seu vizinho. O fato é que a

narração de Alex demonstra por meio de sua apresentação do vizinho algo de preconceituoso ao dizer: “Agora, esse vizinho era um porco”. E depois: “E não era muito inteligente também”. O uso do *também* nos levar à conclusão de que Alex, na gênese do seu pensamento, acreditava que o seu vizinho “além de ser porco também não era inteligente”. Ele tentou nos convencer da pouca inteligência do primeiro porco que devorara, porque “Ele tinha construído a sua casa toda de palha”. E finalmente nos engloba na sua rede argumentativa ao afirmar: “Dá para acreditar? Quero dizer, quem tem a cabeça no lugar não constrói uma casa de palha” (CIESZCA, 2016, p. 12).

Alex T. Lobo demonstra toda boa educação e desconstrói o argumento de que teria derrubado a casa do porco, quando diz: “É claro que assim que bati, a porta caiu. Eu não sou de ir entrando assim na casa dos outros. Então, chamei: ‘Porquinho, Porquinho você está aí?’ Ninguém respondeu”. (CIESZCA, 2016, p. 14.)

O tratamento carinhoso denotaria quão carinhoso é Alex T. Lobo, apesar de achar o porco pouco inteligente. Percebe-se que o porco não tem nome. Ele é apenas “o Porquinho”.

De acordo com Alex,

Eu já estava a ponto de voltar para a casa sem o açúcar para o bolo de aniversário da minha querida e amada vovozinha.
Foi quando meu nariz começou a coçar.
Senti o espirro vindo.
Então inflei.
E bufei.
E soltei um grande espirro. (CIESZCA, 2016, p. 14-17).

E assim, a contragosto, os acontecimentos precipitam-se:

Sabe o que aconteceu? Aquela maldita casa de palha desmoronou inteirinha. E bem no meio do monte de palha estava o Primeiro Porquinho – mortinho da silva. Ele estava em casa o tempo todo. Seria um desperdício deixar um presunto em excelente estado no meio daquela palha toda. Então eu o comi. Imagine o porquinho como se ele fosse um grande *cheeseburger* dando sopa (CIESZCA, 2016, p. 18-19).

A linha argumentativa de Alex T. Lobo nos remete a admitir a possibilidade de exclusão de culpa porque ele não queria, com o seu espirro, produzir o resultado de a casa desmoronar e ter como consequência a morte

do porquinho. Ele não quis o resultado! Há uma excludente de culpabilidade.

Ele confessa ter comido o porquinho porque “Seria um desperdício deixar um presunto em excelente estado no meio daquela palha toda”. E justifica a sua ação alegando aquilo que nos torna mais humanos ou mais animais, a nossa natureza: “Imagine o porquinho como se ele fosse um grande *cheeseburger* dando sopa”.

Seria ético ou não comer o porquinho morto por causa do espirro involuntário de Alex T. Lobo? Não se sabe. Mas poderia ser uma ação legal. É ético matar os animais para alimento e aproveitamento pelos humanos?

Na sequência, narra Alex T. Lobo

Eu estava me sentindo um pouco melhor. Mas ainda não tinha minha xícara de açúcar. Então fui até a casa do próximo vizinho. Esse vizinho era irmão do Primeiro Porquinho. Ele era um pouco mais esperto, mas não muito. Tinha construído a sua casa com lenha. Toquei a campainha da casa de lenha. Ninguém respondeu. Chamei: ‘Senhor Porco, senhor Porco, está em casa?’ Ele gritou de volta: ‘Vá embora, Lobo. Você não pode entrar. Estou fazendo a barba de minhas bochechas rechonchudas. Eu tinha acabado de pegar na maçaneta quando senti outro espirro vindo. Eu inflei. E bufei. E tentei cobrir a minha boca, mas soltei um grande espirro. Você não vai acreditar, mas a casa desse sujeito desmoronou igualzinho à do irmão dele. Quando a poeira baixou, lá estava o Segundo Porquinho –mortinho da silva. Palavra de honra. (CIESZKA, 2016, p. 20-23).

O espirro como argumento mais forte de Alex T. Lobo continua sendo válido porque nele é embasada toda a sua defesa: na coincidência dos espirros involuntários, não há como incriminar o autor de um ato sempre imprevisível.

O fato é que novamente Alex T. Lobo deve justificar o que o levou a comer o segundo porquinho

Na certa você sabe que a comida estraga se ficar abandonada ao relento. Então fiz a única coisa que poderia ser feita. Jantei de novo. Era o mesmo que repetir um prato. Eu estava ficando tremendamente empanturrado. Mas estava um pouco melhor do resfriado.

A Defesa de Alex T. Lobo: uma reinterpretação culturalista da obra A Verdadeira História dos Três Porquinhos, de Jon Scieszka

E eu ainda não conseguira aquela xícara de açúcar para o bolo de aniversário da minha querida e amada vovozinha. Então fui até à casa do próximo vizinho. Esse sujeito era irmão do Primeiro e do Segundo Porquinho.

Devia ser o crânio da família.

A casa dele era de tijolos.

Bati na casa de tijolos. Ninguém respondeu.

Eu chamei: Senhor Porco, o senhor está?

E sabe o que aquele leitãozinho atrevido respondeu?

‘Cai fora daqui, Lobo. Não me amole mais’. (CIESZKA, 2016, p. 25).

Torna-se razoável, dado um confronto dos fatos novos com a análise do discurso que justificou o ato anterior, que o mesmo argumento promove o arquivamento da culpa pelo segundo ato.

As fronteiras do experimentalismo linguístico e a travessia literária

A linha argumentativa que percorre o texto é bem clara: algum cinismo ressalta da figura gorda do lobo, na ilustração, que não deixa escondida a pança exagerada pelo exagerado manjar, reiterado consumo de presunto, muito embora fruto de acidentes imprevisíveis. Por isso, devemos ter em conta a necessidade de atravessar ambas as fronteiras do experimentalismo linguístico dos autores, consolidando uma travessia literária que encaminharia a justificativa do funcionamento *natural* de Alex T. Lobo como primeiro movimento, porém nunca completado com a plena declaração da inocência do Lobo Mau.

Em outro trecho, o Lobo conta

E venham me acusar de grosseria.

Ele tinha provavelmente um saco cheio de açúcar.

E não ia me dar nem uma xicrinha para o bolo de aniversário da minha querida e amada vovozinha.

Que porco!

Eu já estava quase indo embora para fazer um lindo cartão de aniversário em vez de um bolo, quando senti um espirro vindo.

Eu inflei.

E bufei.

E espirrei de novo.

Então o Terceiro Porquinho gritou:

‘E a sua velha vovozinha pode ir às favas’.

Sabe, eu sou um cara geralmente calmo. Mas, quando alguém fala desse jeito da minha vovozinha, eu perco a cabeça.

Quando a polícia chegou, é evidente que eu estava tentando arrebentar a porta daquele porco. E todo o tempo eu estava inflando, bufando e espirrando e

fazendo uma barulheira.

O resto, como dizem, é história. (CIESZCA, 2016, p. 26-30).

Até este ponto, Alex T. Lobo não nega os fatos e apresenta tão-somente a causa dos acontecimentos como derivada de oportuna soma de eventos aos quais não deu causa nem previu. Os traços fronteiriços entre a narrativa fabular primitiva e a recriação de *A Verdadeira História* são evidenciados tanto por uma leitura que suspende o caráter ficcional pela defesa encetada por Alex T. Lobo, bem mais ajustada à nossa realidade cultural do que a fábula original, como por uma leitura de texto que tome as perguntas de Umberto Eco (2012), quando questionou: Quem é efetivamente o leitor de uma fábula? Qual o seu papel? Como e em que medida entra nesta decodificação a sua interpretação?

Se tomamos, na análise tipicamente culturalista, os recursos de Karl Mannheim (1974), que distingue os conceitos de falso e de correto, seja de História seja de Sociedade, concluindo pela necessidade de democratização da Cultura, a obra de Jon Scieszka finda sendo um representante maior do caminho do Ensino à infância, que quer difundir no seio das comunidades de leitura infantil ocidentais as razões maiores de fixar, pela cultura, a democratização dos ideais do Direito e de Justiça, ainda que seja com personagens como o cínico Alex T. Lobo, capaz de utilizar as hipocrisias da Sociedade leitora para alcançar um reconhecimento dos ideais daquilo que seja justo e correto no interior dos valores políticos e socioculturais.

Como se vê em Nelziza (2012, p. 25), mesmo nos clássicos modernos há esse tipo de emprego de aspectos zoomorfos com intenção ética:

Os animais representam, então, o trânsito, entre a realidade e a ficção e entre a fábula, o conto, a poesia nas mais diferentes obras de Wilson Bueno. Isso porque não raro, o escritor utiliza a figura de animais, seja nos bestiários propriamente ditos – Manual de Zoofilia, Jardim Zoológico, Cachorros do Céu e Os chuvosos – seja nas obras que possuem temática diversa, a fim de explicitar essa confluência de gêneros, como no caso de *Mar paraguayo*, em que animais como escorpião, serpente e aranha são peças-chave na compreensão do romance, conforme detalharemos mais adiante neste trabalho. O trânsito se constitui desde a definição tradicional de bestiário, que, de acordo com o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, remonta à Idade Média, com os escritos dos monges católicos cujo objetivo era constituir espécies de catálogos, reunindo informações sobre animais reais e fantásticos. A interpretação era simbólica e alegórica e a intenção era, sobretudo, moralizadora. Já no século XX, em uma retomada dos bestiários, aparecem obras como o *Bestiário* (1951), de Júlio Cortázar ou o *Livro dos seres imaginários* (1989), de Jorge Luís Borges. Ambos se encarregam de mesclar e confundir os gêneros fábula e bestiário, descrevendo animais reais e imaginários. (FLORENTINO, 2012, p. 25).

O Direito desconstrói a moral final, inerente ao conto de fadas

Admite-se que a escolha dos elementos diferenciadores, passíveis de serem elencados por Orlandi (2012), cujos dados principais do Discurso em Análise serão o Sujeito, o Sentido e a Ideologia, saltam aos olhos como referências diretas derivado, contudo, do Direito. Este é o mobilizador desta *verdadeira* versão. Mas, como dissemos acima, não a única mobilização da Modernidade.

Como se sabe, a partir mesmo da capa da proposta de releitura literária do Lobo Mau e os Três Porquinhos, *A Verdadeira História* surge com destaque na primeira página de um jornal, *O Diário do Lobo*, em que se abre a possibilidade de o acusado poder defender-se das acusações, reassume assim a sua liberdade de expressão e desfavorece a construção da notícia, maculada no *Diário do Porco* (CIESZCA, 2016, p. 30).

Um dos temas evidenciados na obra passa a ser a liberdade de expressão recuperada, e a utilização da imprensa agora com contraditório, na (re)construção de heróis e de vilões. Daí que a notícia não se revele neutra e sempre servil a alguém ou a algum grupo de interesse.

No texto, em nenhum momento Alex T. Lobo nega os fatos ocorridos, mas agora pode apresentar uma justificativa. Ele mostra como o poder da imprensa dos porcos, que o fizeram ser visto como um Lobo Mau sem que lhe sido dada a oportunidade de defesa prejudicara a sua própria e objetiva versão da comilança:

Tive um azar: os repórteres descobriram que eu tinha jantado os outros dois porcos.

E acharam que a história de um sujeito doente pedindo açúcar emprestado não era muito emocionante. Então enfeitaram e exageraram a história com todo aquele negócio de 'bufar, assoprar e derrubar sua casa'.

E fizeram de mim o Lobo Mau.

É isso aí.

Fui vítima de uma armação.

Mas talvez você possa me emprestar uma xícara de açúcar. (CIESZCA, 2016, p. 31).

Na ilustração de Lane Smith, página 30, consta o *Diário do Porco* com uma manchete sensacionalista: *Lobo Feroz! A. T. Lobo: Mau*. A ilustração final da obra, por sua vez, mostra um porco, vestido de guarda, que vigia Alex T. Lobo encarcerado, ainda pedindo emprestada uma xícara de açúcar. Isto nos levaria a supor que a obra finalmente nos faz refletir sobre o Poder

dos Porcos como o nefasto Poder da Imprensa que trai a versão original dos fatos. Nesta releitura da fábula dos Três Porquinhos, inova-se pela voz dada ao Lobo e pela apresentação do Lobo em um possível Estado em que os porcos dominam as instâncias institucionais –mas sobretudo a imprensa.

A leitura dupla, do texto e das ilustrações, permite-nos levantar a hipótese de que o sistema judicial e o sistema de comunicação, dominado pelos porcos, se unem para incriminar Alex T. Lobo. Os direitos negados ao Alex T. Lobo pelos Porcos são uma violação do contrato social entre os bichos e uma quebra da relação com a democracia e com a Justiça, tal como se invoca pelos seguintes artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Além disso, antevê-se que, se Alex T. Lobo fosse brasileiro, ele deveria ter alguns direitos e garantias assegurados pela Constituição Federal, por exemplo a partir do artigo 5º

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Qualquer leitura de cariz culturalista dar-se-á melhor resolvida se partir de observações metodológicas político-culturais, mas estas terão, como no caso do Alex / Lobo Mau, que vir acompanhadas de um levantamento (instrutivo) de normas aventadas nas relações entre os personagens dos textos.

Considerações finais

É importante salientar, antes de mais nada, que estamos diante de duas obras que se espelham: “Os Três Porquinhos” (ou “O Lobo Mau e os Três Porquinhos”), fábula consagrada (no seio de “contos de fada” reconhecidos mundialmente, ao lado de outras fábulas com lobos maus) e *A Verdadeira História dos Três Porquinhos*, de Jon Scieszka, tratando-se aqui de uma releitura interessada em opor “outro lado” da história, empregando para isso premissas que nos pareceram destacar o ensino de direitos e garantias judiciais, além de outros pressupostos discursivos que atualizam a perspectiva.

Por isso, caberá aqui empregar materiais e métodos que possam alavancar e pôr a descoberto quais são de fato as intenções ou quais as obtenções de resultantes acerca destas novidades acrescentadas pela releitura do autor estadunidense, lembrando que traz acréscimos do ilustrador, Lane Smith, responsável por desenhar uma gravata no Lobo, e um perfil cavalheiresco, o qual, juntamente com a notícia de jornal que dá ênfase moderna aos fatos de que passaram a acusar o Lobo (mudança de enfoque), confere à fábula ares de maior atualidade e verossimilhança, passando a poder fazer parte de uma notícia simbólica daquilo que realmente se passa na mundivivência contemporânea, decaindo os ares campestres e de sonhos da antiga fábula dos Três Porquinhos.

Sendo assim, os instrumentos da análise do Direito & Literatura, da nossa primeira autora, foram os primeiros referenciais teóricos: a clara intenção de contar a história pelo prisma da defesa, encetada pelo Lobo (agora Alex T. Lobo) como se fosse imposto a ele o árduo direito de defesa judicial, argumentando como se estivesse diante de um tribunal do júri (nos Estados Unidos, mas, neste sentido, similar ao sistema brasileiro), torna a narrativa uma clara proposta de defesa, no lugar da descrição da tragédia que acometeu os Porquinhos como se fora uma maldade da fera.

Em segundo lugar, lança-se mão da técnica da Análise do Discurso, com interesse político-cultural, auxiliado pela obra do segundo autor; ou seja, realça-se o viés novo que torna os fatos passíveis de descrição em um

ambiente civilizado e com aceitação cultural (na tradução brasileira da editora, a Companhia das Letrinhas) capaz de refletir um panorama humanizado em que os direitos serão respeitados sempre que seja possível validá-los pelos mesmos parâmetros admitidos para o funcionamento cidadão das pessoas que querem assistir ao julgamento das ações de Alex T. Lobo. Daí o emprego da comparação com o hambúrguer costumeiro, que se come sem culpa.

Em terceiro lugar, tomaram-se paradigmas da tese doutoral de outra autora (*Entre gêneros e fronteiras: Uma leitura de Mar Paraguayo, de Wilson Bueno*), de molde a consubstanciar os elementos migratórios, no caso presente, de uma narrativa a outra, acertando os termos que serão submetidos a uma análise político-cultural, método aplicado aos dados levantados, postos em suspensão, pela escolha argumentativa do protagonista de Jon Scieszka.

Finalmente, ficou evidenciado que o conjunto narrativo serve para modular o conhecimento infanto-juvenil no caso de considerar que todas as ocasiões devem ser para valorizarmos as instituições da Justiça e da Liberdade de expressão, tal como assegurado nos discursos da Modernidade que nos conferiu o Estado Democrático de Direito.

Referências

- BONAZZI, Marisa & ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980.
- BÚRIGO, Tiago dos Santos. As ideologias subjacentes ao trabalho e sua dignificação no conto “Os três porquinhos”. In: **Seminário de Pesquisa da Linha “Educação, Linguagem e Memória”**. V. 1, n. 1, São Carlos: UNESC, 2010. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000044/00004478.pdf>>. Acesso em: 25 abril 2019.
- CARNEIRO, Patrícia Helena dos Santos. “A Defesa de Alex T. Lobo” [Os Três Porquinhos como opressores do jornalismo político e da ideologia sociocultural]. Palestra oferecida na turma de Letras do Campus de Guajará-mirim da UNIR. Em: 24 setembro 2018.
- CORSO, Diana Lechtenstein & CORSO, Mário. **Fadas no divã**: Psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Tradução Luiz Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ECO, Umberto. **Lector in Fabula**. Narratologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FLORENTINO, Nádia Nelziza Lovera de. **Entre gêneros e fronteiras**: uma leitura de Mar Paraguayo, de Wilson Bueno. 2016. 198 f. Tese

A Defesa de Alex T. Lobo: uma reinterpretação culturalista da obra A Verdadeira História dos Três Porquinhos, de Jon Scieszka

(Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura**. Ensaio de Síntese Teórica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

GUARDIAN, The. **Guardian open journalism**: Three Little Pigs advert. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=vDGfrhJH1P4>. Acesso em: 25 abril 2019.

JACOBS, Joseph. **English Fairy Tales**: n.º 14. London: David Nutt, 1890, pp. 68-72.

KOTHE, Flávio R. **A Alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3. Ed., rev. e ampl. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MORKOVIN, Boris V. **Silly Symphonies**: The Three little pigs. Produced by Walt Disney, dirigida por Burt Gillett. California, USA: Walt Disney Pictures, 1933. Vídeo de 8 minutos.

NASCIMENTO, Danielle Cândido da Silva. Conto de fadas Cinderela e The Royal Wedding: Os Textos Interpelam os Sujeitos. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**: Anais Eletrônicos n.º 14, 2011. Recife: UNICAP, 2011.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

ROCHA, Júlio César. **Pressupostos a uma Filologia Política**. Porto Velho: EdUfro, 2013.

SCIESZKA, Jon. **A Verdadeira história dos Três Porquinhos**. Tradução Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Coperti. **Direito e Literatura**: Reflexões teóricas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Parte III

Ensino, discurso e redes sociais

CAPÍTULO 5

Discurso e atuação social: a carta aberta como um instrumento de ressignificação dos sujeitos

Jaqueline Nascimento da Silva Reis¹
Raimunda Santana Rodrigues²

Introdução

Vemos constantemente o sistema escolar mostrando-se preocupado com a dificuldade que os alunos têm no processo de produção escrita. Este é um problema que os professores buscam solucionar. Um complexo enigma cuja a resposta se encontra no próprio indivíduo, em seu ato de linguagem. A língua antes de ser escrita, é falada. Falar, expor seu ponto de vista, ter vez e voz durante as aulas, tornando isso concreto através da escrita, deveria ser uma atividade rotineira em sala de aula, pois a linguagem é uma atividade que se desdobra no “teatro da vida social” (CHARAUDEAU, 2016), sendo a escola o palco para ensaio.

Saber organizar a sua atuação nas diversas práticas sociais de acordo com as circunstâncias de discurso, é entender que este está marcado por uma relação entre língua e ideologia que nos conduz à compreensão de como a língua produz sentidos “por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2005). No centro, entre os protagonistas, o ato de comunicação apresenta-se como dispositivo que procede a encenação. Assim como num espaço cênico (que toda a linguagem teatral visa produzir efeitos de sentidos), o sujeito, ao falar e escrever, utiliza os recursos linguísticos que dispõe para seu interlocutor.

Nesse diapasão, a proposta deste estudo está em analisar os resultados de uma intervenção didática com planejamento e escrita do gênero Carta Aberta, cujo intuito foi o de suscitar no aluno o despertar interpretativo, colocando-o como sujeito no processo de ensino e aprendizagem, capaz de expor suas ideias, propondo e reivindicando mudanças para melhoria de

¹ Professora de Língua Francesa da Rede de Ensino do Estado do Amapá. Especialista em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Amapá. – UNIFAP. É mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela mesma instituição.

² Graduada em Letras Português-Francês e pós-graduanda em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Amapá. – UNIFAP.

um coletivo. Concomitantemente, vimos a possibilidade incentivar a produção textual escrita em regime colaborativo para estimular o uso dessa linguagem.

Sendo assim, o gênero textual Carta Aberta, por seu caráter social, foi o gênero escolhido como meio de interação entre os autores/participantes e professoras, nas aulas de língua portuguesa, em uma escola de regimento disciplinar militarizado. É através do uso do texto que se estabelece a comunicação, ampliam-se ideias, pontos de vista e saberes do enunciador e interpretante sobre a ação discursiva.

Por essa razão, as seções que compõem este estudo abordam a definição de *Discurso e seus modos de Organização*, o *sociointeracionismo Bakhtiniano* para a compreensão da interação verbal como indispensável para o uso da língua, o *gênero textual Carta Aberta* como recurso para a prática de produção escrita e colaborativa. Após a exposição dos passos metodológicos, na seção quatro, apresentamos a avaliação das etapas da prática de ensino e aprendizagem compreendendo a importância da linguagem escrita na atuação social e no contato com os outros sujeitos e o mundo.

Discurso e modos de organização

A expressão verbal se faz no dia-a-dia dos falantes que necessitam manifestar suas opiniões, visão de mundo, tendência, ponto de vista, materializados em enunciados (BAKHTIN, 2003). Estes, formulados na utilização da língua, sendo unidades reais da interação verbal, concretizam-se em sujeitos (BAKHTIN, 1992). Nesse processo, os dizeres são efeitos de sentidos entre interlocutores (ORLANDI, 2005), prática da linguagem, ou seja, discurso.

Verdadeiro fundamento da linguagem, o discurso é marcado por modos de organização que constituem “os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: ENUNCIAR, DESCREVER, CONTAR, ARGUMENTAR” (CHARAUDEAU, 2016, p. 68). O modo enunciativo engloba os demais, pois intervém na atuação dos modos descritivo, narrativo e argumentativo. Sendo assim, segundo o autor, compreender o modo enunciativo é primordial para o entendimento da organização do discurso, visto que esta é determinada na situação de comunicação

Melhor dizendo, fala-se (ou escreve-se) organizando o discurso em função *de sua própria identidade, da imagem que se tem de seu interlocutor e do que já foi dito*.

Assim, para conseguir que o interlocutor execute uma determinada ação, poder-se-á, em função de todas essas circunstâncias “dar-lhe uma ordem” [...], “fazer-lhe um pedido” [...]. A situação de comunicação determina a identidade social e psicológica das pessoas que comunicam. (CHARADEAU, 2016, p. 76)

Nas circunstâncias de discurso (C de D), enunciar consiste em organizar as categorias da língua, para que esteja clara a posição do sujeito falante em relação ao interlocutor (CHARADEAU, 2016, p. 82). Assim, poder-se-á enxergar a ordem discursiva que permitirá colocar em cena os outros modos de organização do discurso. Para Orlandi (2005), o discurso é produzido através do enfrentamento entre o igual e o diferente. Logo, no enfoque da autora, “o dizer não é propriedade particular” (ORLANDI, 2005, p.32), para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sido proferidas antes (às vezes estão esquecidas), mantendo-se vivas ditando o que pode ou não ser dito (interdiscurso).

Os saberes supostos são permeados por vivências em C de D (CHARADEAU, 2016), por suas produções e interpretações que estão inter-relacionadas à compreensão do sujeito quanto sua posição no ato de linguagem. Na perspectiva de Charaudeau, o ato de linguagem não pode ser visto como um simples canal de comunicação entre o emissor e o receptor. De uma proporção ainda maior

Tal ato deve ser visto como um encontro dialético [...] entre dois processos: processo de produção, criado por um EU e dirigido a um TU-destinatário; processo de interpretação, criado por um TU'-interpretante, que constrói uma imagem EU' do locutor. (CHARAUDEAU, 2016, p. 44).

Na sala de aula, o professor ocupa o lugar do EU enunciador (EUE), enquanto o aluno (TU destinatário) recebe o enunciado da forma que foi entregue colocando o EUE no domínio absoluto do que foi dito. A definição de sujeito a ser explorada busca um sujeito interpretante (TU) que age independente do EU capaz de produzir suas interpretações.

Atuar em situações de comunicação das mais variadas, sendo capaz de agir autonomamente no discurso, garante que maior será a capacidade do sujeito de interagir nos “atos de linguagem e nas práticas sociais” (NASCIMENTO, 2009). As categorias da língua só podem ser entendidas se na construção enunciativa for possível caracterizar seus comportamentos e suas especificações: quanto maior for o contato do aluno com procedimentos enunciativos, maior será sua capacidade de reconhecer o

propósito referencial, num dado ponto de vista enunciativo, integrando-se a situação de comunicação. Segundo Bakhtin (1992), é imprescindível indagar: a quem se dirige o enunciado? Como o locutor percebe e imagina seu destinatário? Estas são perguntas que podem auxiliar na significação e no modo de enxergar a formação dos discursos.

O sociointeracionismo Bakhtiniano

Para que se tenha um ensino e aprendizado de qualidade, é de fundamental importância dar voz aos alunos. Esse processo oportunizará que eles desenvolvam o pensamento crítico, auxiliando também em sua construção intelectual. Segundo Bakhtin (1986, p. 123), “a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua”. É desta maneira que o diálogo se constitui como uma das formas mais importantes da interação verbal, permitindo que nos aprimoremos através da palavra do outro.

A teoria bakhtiniana evidencia a língua como um produto histórico, cultural e social, apresentando a interação verbal como mola propulsora para a observação e análise do funcionamento da linguagem. Trazendo à tona a linguagem com essas especificidades, ressaltamos a articulação entre o linguístico e o social, buscando sempre relações entre a ideologia e a linguagem. (MACHADO, 2013, p. 50).

Nesta ótica, as diversas representações da palavra retratam a realidade em diferentes perspectivas, facilitando a manifestação da ideologia.

São as várias vozes, os diversos pontos de vista que se refletem nas palavras, tornando-as tão ricas e polivalentes. A palavra ainda pode ser considerada dialógica por natureza, pois nela travam-se lutas de vozes que ecoam e querem ser ouvidas, refletem nas palavras, tornando-as tão ricas e polivalentes. A palavra ainda pode ser considerada dialógica por natureza, pois nela travam-se lutas de vozes que ecoam e querem ser ouvidas, respondidas, refutadas, confirmadas, enfim, emanam dos outros que nos constituem enquanto sujeitos. (MACHADO, 2013, p. 52).

Os diversos pontos de vistas e representações são necessários para a construção do indivíduo enquanto constituinte de uma identidade. Foucault (2010, p.149) assegura “que somos diferença, que nossa razão é diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras”. Assim, fica subentendido que não há sentido em falar em uma única identidade dos indivíduos, mas sim em diferentes identidades, diferentes discursos e ideologias, que se constroem dinamicamente ao longo do tempo, e nos diferentes espaços que os indivíduos participam.

Logo, identidade e diferença têm que ser ativamente produzidas.

Diante desta visão, os Parâmetros Curriculares Nacionais, evidenciam a visão sociointeracionista da aprendizagem como

uma forma de se estar no mundo com alguém, na cultura e na história. Assim, os processos cognitivos têm uma natureza social, sendo gerados por meio da interação entre um aluno e um parceiro mais competente. Em sala de aula, esta interação tem, em geral, caráter assimétrico, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento. (BRASIL,1998, p.16).

Portanto, é fundamental que o professor esteja apto para tornar o aluno agente do discurso para, assim, promover o ensino e a aprendizagem, pois o espaço escolar não é apenas um ambiente de formação intelectual do aluno. No mesmo entendimento, Machado e Freitas (2013) corroboram que é

necessário uma mudança de concepção de ensino, de linguagem e de leitura, sobretudo, por parte do professor, e essas teorias em muito poderiam contribuir. Pois, é nesse processo dialógico de compreensão da palavra alheia, que nos apropriamos de novos conhecimentos, novas teorias e nos ressignificamos. Assim, uma mudança de concepção e/ou de postura, por parte do professor, poderia ampliar a capacidade discursiva dos alunos, libertá-los da pressão de ter de achar o único sentido do texto, a resposta correta, que sempre foi a do professor ou do livro didático e, com isso, colaborar para o desenvolvimento da consciência do aluno, oportunizando condições para que possam questionar as verdades inabaláveis, os ditos e não ditos, e, assim, quem sabe, libertar-se da alienação e do assujeitamento frente aos fatos sócio históricos. (MACHADO; FREITAS, 2013, p. 61).

Essa mudança demanda práticas de ensino focadas nos alunos e no processo de atuação social. Assim, pensamos no gênero textual Carta Aberta para que os alunos desenvolvessem a produção textual escrita e a interação verbal, com um olhar crítico-reflexivo sobre assuntos que envolvem a coletividade, tendo em mente a concepção de que não damos nossa opinião ou expressamos ações apenas com o uso da oralidade, mas também através da escrita.

O gênero textual Carta Aberta

A dimensão coletiva e social é uma das principais marcas do gênero textual Carta Aberta. Nele, o produtor do texto, que pode falar em seu nome ou em nome de um grupo (sua comunidade ou uma associação que

presida, por exemplo), dirige-se a um destinatário nomeado (uma personalidade, uma instituição, a sociedade como um todo etc.), afirmando pontos de vista, fazendo solicitações e reclamações com alcance coletivo. Procedendo desta maneira, não pretende restringir a comunicação ao destinatário da carta, mas também partilhar informações com os outros leitores interessados no tema, que podem, inclusive, exercer pressão social para que o objetivo seja alcançado. Por isso, as cartas abertas são divulgadas em jornais, revistas, folhetos e blogs.

De acordo com o livro didático *Se liga na língua*, de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalshi a Carta aberta é

um gênero textual argumentativo por meio do qual o autor, em seu nome ou em nome de um grupo signatário (aqueles que assinam o documento), expõe um ponto de vista e procura convencer o interlocutor da validade desse modo de pensar. Tem, portanto, caráter persuasivo. Esse gênero constitui um meio de protesto e de conscientização, podendo também veicular reclamações e solicitações. (ORMUNDO; SINISCALSHI, 2018, p.187).

Muitas cartas abertas são iniciadas com a identificação do produtor do texto e um título que informa seu tema. Elas pressupõem uma relação pública/formal e algumas também mencionam o produtor do texto apenas quando ele se identifica, assina ou declara sua causa. Outras, optam por marcar sua presença com o uso frequente da primeira pessoa.

A carta deve esclarecer o fato social ou político que a motivou. Isso costuma ser feito na introdução, mas pode ser deslocado para outras partes do texto como recurso persuasivo. No desenvolvimento, analisa-se o problema que motivou a carta com base em dados concretos, capazes de influenciar na decisão do interlocutor. Na conclusão, costuma-se apresentar uma sugestão ou solicitação. O gênero exige uma despedida formal, normalmente feita por fórmulas textuais como “atenciosamente” ou “cordialmente”. É comum a apresentação de uma identificação social junto à assinatura. A data é um importante elemento de contextualização, também pode ser apresentada em seu início.

Metodologia

Para a consecução dos objetivos apresentados, esta pesquisa configura-se como qualitativa e interpretativista (TEIXEIRA, 2010). De acordo essa autora, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus

cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

A intervenção aconteceu na Escola Estadual Risalva Freitas de Amoras, no período matutino, na turma nono ano B, dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A mediação ocorreu nas aulas da disciplina de língua portuguesa nos dias 14 e 16 de novembro de 2018, com 22 alunos/participantes.

Para análise e interpretação de dados foi feita uma proposta de intervenção com o gênero textual Carta Aberta objetivando suscitar no aluno o despertar interpretativo, colocando-o como sujeito capaz de expor suas ideias, propondo e reivindicando mudanças para melhoria de um coletivo. Para tanto, foram necessários dois encontros (com duas aulas de 50 minutos cada) que seguiram os seguintes passos:

- Introdução à discussão: projeção de vídeos com notícias envolvendo protestos sobre falta de segurança, infraestrutura e Bullying nas escolas.
- Apropriação Linguística: explanação sobre formas de manifestação através da escrita e apresentação do Gênero Carta Aberta;
- Levantamento da realidade escolar: como você vê a sua escola? Como você gostaria que a sua escola fosse? Que caminhos devem ser seguidos para ter a escola que você gostaria?;
- Tabulação das respostas e escolha de uma temática para a Carta Aberta;
- Produção da Carta Aberta através de escrita colaborativa.

Avaliação dos resultados

A carta aberta enquanto instrumento de atuação social possibilitou aos alunos um momento de engajamento enquanto sujeitos ativos e envolvidos com questões da rotina escolar que requerem atenção e iniciativa para reivindicar melhorias.

Ao assistirem aos vídeos, os estudantes identificaram que os manifestos tratavam de assuntos que também os interessavam, tais como: melhorias na infraestrutura e/ou *bullying*. Ao projetarmos as notícias, os discentes puderam observar que as manifestações têm repercussão em outros meios de comunicação como sites e blogs, sendo estes canais de

produção textual.

Iniciada a discussão sobre a linguagem escrita, pudemos mostrar aos alunos que existem meios formais em sua utilização que podem ser acionados para alcançar os mesmos objetivos de uma manifestação nas ruas, como o gênero textual carta aberta. De posse de um modelo do gênero, explicamos suas características estruturais, finalidade social, o perfil do interlocutor, a definição de estratégias persuasivas e a interlocução explícita como recurso de argumentação, para que assim os alunos pudessem se apropriar das peculiaridades dessa produção textual.

Na divisão da turma em grupos de trabalho para o momento “vamos pensar na nossa escola?”, percebemos os alunos bastante envolvidos na atividade proposta, debatendo sobre as respostas que deveriam escrever, dando espaço para que todos pudessem expor suas opiniões e, assim, observamos que havia preocupação em escrever o que realmente era relevante ser registrado, assumindo o papel de sujeito da linguagem no discurso. De posse disso, evidenciamos a visão sociointeracionista de caráter assimétrico, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento, gerado através do processo de interação entre eles.

Explicamos que, para que a carta aberta refletir os anseios do coletivo, era necessário escolher um tema a ser abordado na produção textual escrita. Após uns minutos de debate e tabulação das temáticas (figuras 4 e 5), a turma chegou a um consenso e definiu que merenda escolar era um assunto que requeria melhorias/mudanças imediatas.

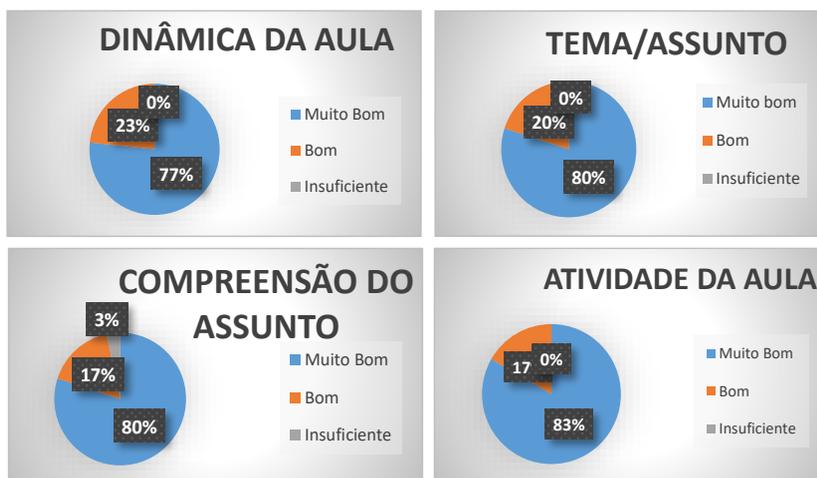
No processo de produção da carta, todos os enunciados sugeridos pelos alunos eram escritos no quadro por uma das mediadoras. Para tanto, foi necessário definir, como menciona Bakhtin (1992), qual seria o destinatário da carta aberta e saber como os alunos (locutores) percebem e imaginam o receptor para assim atuarem como um sujeito interpretante no processo (CHARAUDEAU, 2016). Após entrarem em um consenso, os alunos decidiram destinar a carta à Secretaria de Educação do Estado da Educação (SEED), a qual é a responsável pela distribuição de merenda para as escolas públicas do Amapá.

Observou-se a ótica de Machado e Freitas (2013) sobre as diversas representações que premeiam os pensamentos dos discentes, retratando a realidade em diferentes perspectivas, facilitando a manifestação da ideologia. A produção final (figura 6) nos permitiu concluir que os participantes apresentam um bom domínio da língua portuguesa de prestígio, possibilitando que eles mesmos sugerissem as correções a serem feitas no gênero.

Ficamos admiradas ao receber duas cartas abertas que foram escritas espontaneamente por dois grupos e prontamente providenciamos a entrega das mesmas à direção da escola que também recebeu com orgulho. Esse fato, tornou-se a confirmação de apreensão do conhecimento do gênero discursivo proposto ao alunado. Com tal iniciativa, mesmo numa escola de regime militar, a escrita das cartas revelou que os participantes eram conscientes de que a linguagem escrita, quando devidamente empregada, torna-se instrumento que possibilita nossa atuação no contexto social de forma a contribuir positivamente no meio que nos cerca. Ao final de nossa sequência didática, aplicamos um questionário para avaliarmos nosso projeto.

Através do questionário de avaliação da aplicação do projeto foi possível fazer a identificação da dinâmica da aula, tema e atividade trabalhados e compreensão do assunto, além do comentário escrito sobre a metodologia desenvolvida. Os dados foram tabulados conforme representados a seguir:

Tabulação do questionário dos Alunos



Fonte: Dados dos questionários.

Com os dados tabulados, percebemos a aprovação da metodologia. É importante frisar o interesse dos alunos por aulas mais dinâmicas, isso refletiu nos demais quesitos de avaliação do projeto. Pedimos também que deixassem um comentário sobre a metodologia:

Aluno 1: “Olha, sobre essa questão de dialogar com a turma, eu gostei muito e espero que tenha mais vezes”

Aluno 2: “Isso foi muito bom para os alunos discutir sobre as necessidades que a escola precisa”

Aluno 3: “Achei muito boa a atividade porque assim, a gente pode falar o que a gente acha”

Aluno 4: “Bom a aula foi ótima aprendemos muito *através* da carta aberta aprendemos a usar muito bem ela”

Aluno 5: “A metodologia aplicada foi muito importante para a compreensão do assunto e para a participação de todos os alunos”

Aluno 6: “Achei bem interessante o assunto, pois é necessário nas escolas dá a oportunidade do aluno questionar as situações e problemas onde ele estuda”

Aluno 7: “A metodologia aplicada foi muito boa, pois ampliamos nossas ideias em relação ao tema aplicado e nos ajudou também na redação escrita, produção do texto etc.”

Aluno 8: “Deu pra aprender como usar nossas palavras, fazendo uma carta para manter o nosso lanche bem *saudável*. E consegui compreender o tema”.

Os relatos dos alunos confirmam que a aplicação desta metodologia proporcionou uma aprendizagem ativa, colaborativa, significativa, investigativa. A aula passou a ser dialógica, invertendo assim a transmissão de conhecimento usada no ensino tradicional. Notamos na visão da expressão verbal enquanto processo formulado no dia-a-dia dos falantes (BAKHTIN, 2013) que estes puderam manifestar suas opiniões de forma crítica e autônoma. Desta forma, na escrita colaborativa, a interação verbal constituiu-se na realidade fundamental da língua.

Nesta abordagem, abriu-se espaços afetivos para a criação de uma rede cooperativa de alta interação que possibilitou o debate e a argumentação como um processo ativo e não linear.

Considerações finais

No entendimento dos modos de organização do discurso, verificamos que há necessidade de levar o aluno ao conhecimento de sua participação como sujeito no ato de linguagem. Para isso, o discente deve vivenciar na sala de aula circunstâncias de discurso de natureza social capazes de fazê-lo enxergar sua posição enquanto interpretante na relação professor-aluno e não mero destinatário.

Neste contexto, a carta aberta mostrou-se um gênero que conduziu os debates para a compreensão da organização discursiva e da importância

para os docentes de possibilitar momentos de participação ativa do aluno, refletindo a encenação discursiva em atuação para os atos de linguagem (oral e escrito) que lhe serão requeridos ao longo da vida.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2016.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e para o escrito: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 95 – 128.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Editora Loyola, 2010.
- MACHADO, K.R. A.; FREITAS, S. A. Contribuições do sociointeracionismo bakhtiniano e da Análise do Discurso de linha francesa ao ensino de linguagens. *In*: Série- Estudos — **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande, MS, n. 36, pp. 49-62, jul./dez. 2013.
- NASCIMENTO, E.L. **Gêneros textuais: da didática da língua aos objetos de ensino**. São Carlos: Claraluz, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2005.
- ORMUNDO, Wilton. SINISCALCHI, Cristiane. **Se Liga na Língua: Literatura, produção de texto e Linguagem**. 1. ed. São Paulo. Moderna. 2016.
- TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CAPÍTULO 6

Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

Joyce Vitória Martins Cruz¹
Rosivaldo Gomes²

Introdução

A opressão masculina contra mulheres não pode ser desculpada com o reconhecimento de que há formas de homens machucarem mulheres por meio dos papéis rígidos do gênero. Ativistas feministas devem reconhecer que machucam – isso existe. Entretanto, isso não anula ou diminui a responsabilidade masculina de sustentar e perpetuar o poder deles sob o patriarcado de explorar e oprimir mulheres em uma maneira bem mais lamentosa que o estresse psicológico ou a dor emocional causada pela conformidade masculina por modelos rígidos do papel do gênero (bell hooks, 2000, p. 75).

A epígrafe que abre este capítulo ilustra de forma contundente que os estudos a respeito do feminismo tanto no cenário nacional quanto internacional têm ganhado relevância em diversas áreas do conhecimento e contribuído para consolidação desse campo de estudos. Além disso, as pesquisas sobre feminismo proporcionaram – e ainda estão proporcionando – a legitimação de temas relevantes para a academia e novas demandas para serem consideradas na agenda dos movimentos feministas³.

Não distante dessas áreas, a Linguística Aplicada (LA) tem contribuído

¹ Acadêmica do 7o semestre do Curso de Letras Português Francês da Universidade Federal do Amapá e bolsista de iniciação científica voluntária (PROVIC) no projeto Discurso, Poder e Identidades nas Redes Sociais e em novos espaços de sociabilidades (DPq/UNIFAP). O presente trabalho conta com a orientação do Prof. Dr. Rosivaldo Gomes.

² Doutor em Linguística Aplicada pelo Departamento de Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto II do Departamento de Letras e Arte da UNIFAP, do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET/UNIFAP) e coordenador Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA/UNIFAP/CNPQ).

³ Reconhecemos que há, atualmente, diversas correntes/abordagens que tratam sobre o feminismo que em todas apresentam a mesma agenda em comum.

para a transgressão de temas e evidenciado a necessidade de se considerar as “vozes do sul”. (MOITA-LOPES, 2006), ou seja, daqueles sujeitos que, em situações discursivas e sociais, ficam à margem tanto da produção científica, quanto do alcance dela. Assim, a LA tem legitimado objetos diversos e importantes para a pesquisa de caráter social e mobilizado aportes teórico-metodológicos amplos que podem dialogar com ela no sentido de construir inteligibilidade sobre temas “socialmente relevantes e contextualizados, para a elaboração de conhecimento útil a participantes sociais em contexto” (ROJO, 2007, p. 1761).

Nesse sentido, a LA tem se aproximado dos estudos sobre redes sociais e mostrado a importância dessas como espaços potencialmente relevantes para participação coletiva e individual e para práticas de ativismo, bem como sobre a compreensão dos significados da vida social (MOITA-LOPES, 2010; HINE, 2000). Considerando esses aspectos, o objetivo deste capítulo é apresentar algumas análises de discursos de empoderamento feminino que utilizam músicas situadas dentro do Youtube como um instrumento de luta contra o machismo, a violência de gênero e o sexismo e a favor da luta contra discursos que sustentam ideologias hegemônicas que promovem, assim como sustentam as desigualdades de gênero.

A discussão aqui apresentada justifica-se pela sua relevância em abordar a força que o empoderamento feminino tem alcançado por intermédio da música e a visibilidade que tem dado a diversas causas, tais como a violência, o machismo, a opressão e demais aspectos relacionados ao lugar da mulher na sociedade patriarcal. Os dados gerados são resultantes do desdobramento de um projeto de iniciação científica que está em curso⁴ desenvolvido no campo da LA de caráter indisciplinar. Dessa maneira, com o intuito de analisar esses discursos os instrumentos teórico-metodológicos utilizados estão relacionados à Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2008). Por se tratar de músicas relacionadas ao feminismo, lançamos mão de referenciais teóricos como Alves e Pitanguy (1985) e Hooks (2018[2000]), para compreensão de questões ligadas ao movimento feminista.

A presente discussão justifica-se pela relevância em abordar a força que o empoderamento feminino tem alcançado por intermédio da música, plataformas/redes sociais e pela visibilidade que tem dado à diversas causas,

⁴ No Projeto Vozes que ecoam nas redes sociais: o ciberfeminismo, o ativismo digital e discurso de divulgação do feminismo, onde fazemos uma análise do discurso feminista em uma página situada no Facebook, cadastrado no Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Amapá e coordenado pelo Prof. Dr. Rosivaldo Gomes.

tais como a violência, o machismo, a opressão e demais aspectos relacionados ao lugar da mulher na sociedade que ainda se configura aos modos patriarcais. Os questionamentos em relação a estas demandas são de suma importância para a conquista de igualdade e se fazem cada vez mais necessárias em nossa sociedade, em vista que muitos direitos já foram conquistados, todavia, a luta para que sejam respeitados é diária.

Dessa maneira, organizamos o texto em três seções. Na primeira, a partir dos estudos discursivos, destacamos como a Análise Crítica de Discurso, configurada como uma teoria crítico-social do discurso, pode auxiliar na análise de questões sobre o empoderamento como uma forma de luta contra opressões. Em seguida, tratamos a respeito do feminismo musical, sendo destacado o papel das mulheres que utilizam a música como um mecanismo de mudança social-emancipatória, seja por meio da composição de suas canções ou na utilização de instrumentos musicais. Na terceira seção, consideramos a importância da Linguística Aplicada como uma área que convoca diversas teorias para o estudo de objetos relevantes nesse campo, traçamos o percurso metodológico feito para a análise dos dados e por fim, na última seção, partimos para a análise de algumas músicas pelo viés da Análise de Discurso Crítica e observamos a significação de mundo feita pelos sujeitos por intermédio dessas canções.

O empoderamento como forma de luta contra as opressões a partir da Análise de Discurso Crítica

O termo empoderamento, não de hoje, tem conquistado um relevante espaço dentro das mais diversas discussões, seja elas de cunho político, social, histórico etc., e principalmente nos debates ligados com temáticas alusivas aos feminismos⁵. O uso dessa palavra, quando relacionado às lutas feministas, é comumente pautado com o escopo da tentativa de transformar a sociedade, de problematizar e criticar relações assimétricas de poder entre os sujeitos, relações essas que funcionam como instrumentos de manutenção de estruturas responsáveis pelas mais distintas desigualdades sociais, precipuamente àquelas relacionadas com opressões às mulheres.

A discussão a respeito do conceito e objetivo do empoderamento ainda tem gerado uma série de convergências, no entanto, utilizamos a perspectiva de Sardenberg (2006) por acreditarmos também que o

⁵ Devido a sua pluralidade, entendemos que não há um feminismo, mas feminismos, visto que é um movimento que abrange uma quantidade numerosa de vertentes/correntes, cada qual com as suas próprias demandas, estruturas e organização.

empoderamento das mulheres é uma conquista tanto da autonomia quanto da autoafirmação. Além disso, liberta as mulheres das opressões de gênero e faz com que estas questionem o sistema patriarcal, de onde advém tais opressões. Do mesmo modo, ele é considerado no sentido de coletividade, solidariedade, por se tratar de um processo que acarreta mudanças individuais e coletivas, sendo que essas mudanças ocorrem devido as relações sociais entre os indivíduos, mesmo que sejam apenas os facilitadores desse empoderamento e a linguagem como a mediadora por meio do discurso.

É imprescindível ressaltar a importância da linguagem e do discurso no processo de empoderamento, bem como a luta das mulheres contra as opressões de gênero, machismo, sexismo e desigualdades, visto que ela é o maior instrumento para isso. Conforme a Análise de Discurso Crítica (ADC) formulada na concepção de Fairclough (2008), a linguagem é uma prática social e o discurso é um instrumento com o qual as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre outras pessoas, podendo dessa forma operar mudanças sociais a partir de práticas discursivas.

A ADC permite analisar os discursos e a maneira como eles agem sobre os indivíduos nas práticas discursivas. Desta forma, é possível observar como empoderamento pode ser apropriado pelos sujeitos, seja através de músicas ou outros mecanismos e a forma pela qual ele pode ser utilizado para combater e derrubar hegemonias, tornar as ideologias mais visíveis, podendo assim, ser uma ferramenta capaz de mudar as relações sociais, entre elas, as relações baseadas na assimetria e poder. Fairclough (2008) assinala também que o discurso é uma forma não somente de representação do mundo, mas de significação do mundo, ou seja, de agir e estar no mundo

O discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modo de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modo de (inter) ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/ questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo - físico, mental, social - em textos, aproximando-se da função ideacional, e o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária (FAIRCLOUGH, 2003 p. 60).

Os discursos empoderadores nos seus mais diversos aspectos, tal como apresentado na análise a que este trabalho se propõe especificamente sobre os discursos feministas em letras de musicais, nos possibilita verificar a

forma pela qual a linguagem e o discurso manifestam formas de empoderamento por intermédio das músicas feministas, as quais podem levar os sujeitos a fazerem uma nova representação e significação, das ações sociais e dos modos ser e estar no mundo, dando outros significados a ele e propiciando conforme Sardenberg (2006) afirma, o controle sobre suas vidas e seus corpos. Outro aspecto importante é a compreensão do que é o feminismo musical ou na música e como ele ocorre.

O feminismo na música

A música há muito tempo vem perdendo o sentido apenas de ser uma forma de diversão ou entretenimento e está diariamente ganhando novas formas e conotações. Uma dessas novas conotações está relacionada às discussões de teor político-social que denunciam desigualdades sociais, práticas de racismo, LGBTIfobia, misoginia, entre outros problemas sociais comuns em nossa sociedade. Além disso, a utilização da música como instrumento de luta ocorre há décadas, todavia, hodiernamente está se potencializando principalmente em virtude da popularização da internet, das redes sociais e plataformas digitais e desse modo o seu poder de alcance tem sido maior.

Em razão disso, muitas mulheres compositoras, cantoras e musicistas estão tomando para si o campo musical e utilizando-se dessa ferramenta para abordar os feminismos, bem como denunciando, seja de forma explícita ou implícita, a violência de gênero, o machismo e o sexismo aos quais são sujeitadas e oprimidas, apesar da música também ser um ambiente, que por vezes, assim como tantos outros, é desigual e opressor. Nesse sentido, as lutas feministas encontraram nas letras de músicas mais um catalizador que ajudou na defesa e na apresentação de temas relacionados aos movimentos feministas.

Por apresentar distintos conceitos e vertentes, consideramos na discussão deste texto o conceito do feminismo negro de hooks⁶ (2018 [2000], p. 13). Para essa autora, o “feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração e opressão”. Ademais é um movimento que luta por igualdade entre os gêneros e contra todas as formas de opressão ou como asseguram Alves e Pitanguy (1985, p. 8), o movimento buscou superar as assimetrias e o autoritarismo.

⁶ bell hooks é o pseudônimo da escritora norte-americana Gloria Jean Watkins que opta por usar seu pseudônimo escrito em letras minúsculas.

Apesar de algumas músicas nem sempre expressarem explicitamente os feminismos ou a vertente na qual estão filiados, não significa que a luta feminista deixa de ocorrer, pois ao contrário disso, ela pode acontecer e emergir nas mais distintas formas. Partindo dessa ideia, Cunto e Bogado (2018, p. 179) observam essas distintas combatividades seja nas “técnicas utilizadas, a escolha dos instrumentos, os timbres, o uso da voz, o modo de produção e, principalmente, o corpo são reconhecidos como campo político e de invenção”. Posto isto, o engajamento na luta ocorre no momento em que uma cantora passa a tocar um instrumento, quando escolhe um timbre específico, ao compor uma letra de música. Não obstante, os feminismos são abordados em algumas canções explicitamente.

Em determinadas músicas, certas cantoras são objetivas em seus discursos e de modo declarado expressam as bandeiras de seu ativismo, principalmente na composição de suas letras, que denunciam as violências e opressões a qual as mulheres são constantemente expostas em suas relações sociais. Diferentes músicas e estilos musicais, seja o rap, o funk, rock, MPB, punk etc., retratam em suas letras a estigmatização das mulheres, criticam os papéis sociais que lhes são impostos, bem como o sexismo e o machismo que lhe sujeitam aos mais cruéis estereótipos à medida que elas passam a questionar os padrões e normas impostos costumeiramente pela sociedade patriarcal, empregando até mesmo o humor em algumas ocasiões.

Assente no que foi dito até este dado momento, os feminismos emergem na música em diferentes modos, seja no protagonismo musical das mulheres, na performatividade artística das cantoras, na escolha e utilização de instrumentos musicais, nos discursos de suas letras, entre outros aspectos. Podemos dizer, portanto, que é uma nova configuração dos feminismos ou apenas um novo jeito de difundi-los.

Certo é que de um modo ou de outro a contribuição tem sido significativa para o debate dos feminismos e suas demandas, e, por conseguinte, o seu alcance por meio das plataformas digitais e redes sociais está tendo uma grande relevância para a construção dos discursos sobre os movimentos feministas e suas agendas por parte dos usuários desses espaços.

É raro, por exemplo, acessar alguma música dentro da plataforma do *Youtube* e não se deparar com inúmeros acessos e comentários a respeito das músicas compartilhadas através de vídeos. E as canções de teor

feminista e reivindicatório não ficam distantes, dessa forma, existe uma pluralidade de pessoas que apresentam discursos dissonantes entre si, seja em razão de ter se identificado com as pautas da música ou simplesmente por não concordar com tais questões levantadas.

Linguística Aplicada como um espaço teórico-metodológico aberto

Como já dito, os dados analisados neste texto originam-se de uma discussão situada na plataforma do *Youtube* e foi realizada analisando-se duas músicas que tratavam especificamente do empoderamento feminino, luta contra o machismo e sexismo. O *Youtube* é uma plataforma aberta a todos os usuários que ali navegam em busca dos mais diversos conteúdos. Além disso, os indivíduos podem interagir com o que é compartilhado e com as demais pessoas a partir das opções *curtir*, *compartilhar*, *salvar*, *inscrever-se* e *comentar*. Nesse sentido, o objetivo é analisar a forma pela qual as músicas disseminam discursos voltados para o empoderamento das mulheres e de que maneira os sujeitos não apenas percebem estes discursos, mas que significado dão a eles por meio dos comentários ali publicados.

Situamos nossa análise a partir das discussões de caráter transdisciplinar da Linguística Aplicada (LA) em virtude de ser uma área que tem convocado diversas teorias para o estudo de objetos relevantes nesse campo, que se configura tanto teórico quanto metodológico, mas que também tem contribuído com outras áreas do saber, pois “os objetos de pesquisa escolhidos pelo linguista aplicado requerem o recurso a várias áreas de conhecimento [e dessa convocação] resultaria a produção de conhecimentos que contribuem tanto para a LA quanto para as demais áreas de conhecimento (DE GRANDE; KLEIMAN, 2015, p. 15). Além disso, essa LA de caráter transdisciplinar ou indisciplinar apresenta contribuição por intermédio de teorias que além de nos permitir interrogar a modernidade, propicia questionamentos a respeito de conhecimentos produzidos, assim como também tenta explicar as mudanças contemporâneas que vivenciamos (MOITA-LOPES, 2016).

Deste modo, para Canagarajah (2004, p. 117) essa nova LA, que não só empresta, mas também contribui e nos leva a

Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

...redefinir nossa compreensão do ser humano. Pedimos emprestados construtos de disciplinas tão diversas quanto a filosofia, a retórica, a crítica literária e as ciências sociais. Adotamos posições teóricas diferentes, englobando a pesquisa feminista, os estudos de socialização da linguagem, a semiótica bakhtiniana e o pós-estruturalismo foucaultiano. Essas escolas nos ajudaram a entender as identidades como múltiplas, conflitantes, negociadas e em desenvolvimento. Viajamos para bem longe das pressuposições, tradicionais em estudos da linguagem, de que as identidades são estáticas, unitárias, distintas e dadas.

Nesse sentido proposto por Canagarajah (2004) a LA nos auxilia no que diz respeito à compreensão em relação a essas novas formas de disseminação de discursos voltados para o empoderamento das mulheres, tal como nos possibilita interpretar as situações discursivas e sociais de sujeitos que em muitos casos ficam a margem da produção científica e igualmente do seu alcance, pois requeremos as discussões do campo das teóricas femininas, mas a elas também contribuimos com questões de discurso e linguagem.

Assim, a LA permite com que nós, enquanto pesquisadores(as) possamos analisar as formas de sociabilidades dos indivíduos, suas histórias, afim de que as suas questões identitárias, seja em referência sexualidade, raça, cor, classe social, etc., (MOITA LOPES, 2003), não sejam postas de lado, uma vez que é imprescindível reconhecer a importância dessas identidades para o entendimento do mundo contemporâneo em que estamos imersos. Logo, em consonância com Moita-Lopes (2006, p. 27) acreditamos que “tais vozes podem não apenas apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo como também colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que redescreve a vida social e as formas de conhecê-la.”

Em razão de tais aspectos como os citados anteriormente é pertinente estudar esses discursos e novas formas de se relacionar em nossa contemporaneidade dentro do campo de pesquisa da LA, principalmente por seu caráter crítico e por observar os sujeitos em sua heterogeneidade e fragmentação. Em relação aos aspectos metodológicos, a LA também tem convocado abordagens amplas de percursos possibilitando assim os(as) pesquisadores(as) o uso de múltiplos métodos. No caso aqui específico, considerando que o *locus* onde os dados foram gerados ser na internet, optamos pela observação virtual não participante de caráter netnográfico (KOZINETS, 2007[2014]), sendo esta um tipo de etnografia, porém, voltada especificamente para análise de comportamentos em comunidades e ambientes virtuais.

Kozinets (2007[2014]) propõe que uma pesquisa netnográfica se configura a partir de alguns critérios. O primeiro é o planejamento do estudo e *entrée*⁷ cultural (que inclui a definição das questões, websites sociais ou tópicos a serem investigados), no caso deste estudo, é o processo no qual o pesquisador entra em uma nova cultura ou comunidade, nesse caso o *Youtube*. Em seguida, depois de situado no campo, é necessário fazer a coleta/geração dos dados de dados sobre a cultura e comunidade online, sendo que o pesquisador vai se envolver e imergir naquela cultura. Por conseguinte, esses dados precisam ser analisados e interpretados de forma consistente. E por último o sujeito observador participante vai apresentar os resultados investigativos da pesquisa.

A netnografia também combina uma série de métodos, conforme Kozinets (2007 [2014], p. 2) assegura “[...] tais como entrevistas criativas, análise de discurso, análise visual e observações [...]”. Dentre estas, a análise de discurso (de vertente crítica) está presente neste trabalho, bem como a técnica de coleta de dados arquivais. A coleta de dados arquivais foi realizada por meio da técnica de *capturas de tela*, porém preservando-se o anonimato da identidade dos atores envolvidos nas interações devido questões éticas da pesquisa.

Feminismo e musicalidade: analisando alguns dados pelo viés da Análise do discurso crítica

Em uma primeira busca na plataforma *Youtube* foi possível encontramos videoclipes de músicas repletas de empoderamento, as quais apresentavam letras que criticam e problematizam questões referentes ao machismo, sexismo, violência, entre outras demandas costumeiramente evidenciadas em discursos feministas. Entre algumas músicas disponíveis nessa plataforma, selecionamos para a análise recortes de alguns trechos de duas músicas que consideramos pertinentes para a discussão aqui proposta, sendo elas da cantora Ekena⁸, *TODXS PUTXS* e outra de Kell Smith⁹ intitulada *Respeita As Mina*, conforme apresentadas nos quadros abaixo:

⁷ *Entrée* ou entrada é conforme Kozinets (2007 [2014]) o processo de entrada inicial dentro de uma comunidade virtual, por sua vez facilitado por um contato inicial.

⁸ Ekena é cantora e compositora brasileira da banda com o mesmo nome com um estilo folk rock.

⁹ Kell Smith é cantora e compositora brasileira.

Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

Quadro 1: Ekena – TODXS PUTXS

Trecho I Quem cê tá pensando que é Pra falar que eu sou louca Que a minha paciência anda pouca pra você Pára de vir me encher Quem cê ta pensando que é? Pra falar da minha roupa Do jeito que eu corto o meu cabelo Se olha no espelho Você não anda valendo o esfolado do meu joelho esquerdo [...] [...] Mulher a culpa que tu carrega não é tua Divide o fardo comigo dessa vez [...]	Trecho II Que se usa decote, é PUTA E se a saia tá curta, é PUTA Se dá no primeiro encontro, é PUTA Se raspa o cabelo, é SAPA E se deixa crescer os pêlos, é ZUADA Se tem pau entre as pernas, é TRAVA mas se bota salto alto é SANTA Se usa 44, é GORDA Se usa 38, é muito MAGRA E se sai depois das 23h, vai voltar ARROMBADA "Porque ela pediu né? Tava na cara Olha a roupa que ela saiu de casa" E todo o discurso MACHISTA continua MENINA, VOCÊ DEVEIA USAR UMA ROUPA MENOS CURTA
--	---

Fonte: Ekena – Youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVK1tlhIIUE>.

Acesso em: 03 de abril de 2019.

Quadro 2: Kell Smith – Respeita As Mina

Trecho Não leva na maldade não, não lutamos por inversão, igualdade é o "X" da questão, então aumenta o som! Em nome das Marias, Quitérias, da Penha Silva Empoderadas, revolucionárias, ativistas Deixem nossas meninas serem super heroínas, pra que nasça uma Joana D'arc por dia! Como diria Frida: "Eu não me Kahl!" Junto com o bonde saio pra luta e não me abalo O grito antes preso na garganta já não me consome É pra acabar com o machismo e não pra aniquilar os homens! Quero andar sozinha porque a escolha é minha, sem ser desrespeitada e assediada a cada esquina Que possa soar bem correr como uma menina, jogar como uma menina, dirigir como menina, ter a força de uma menina Se não for por mim, mude por sua mãe ou filha! Respeita as mina! Toda essa produção não se limita a você Já passou da hora de aprender que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser!

Fonte: Kell Smith – Youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO>.

Acesso em: 03 de abril 2019.

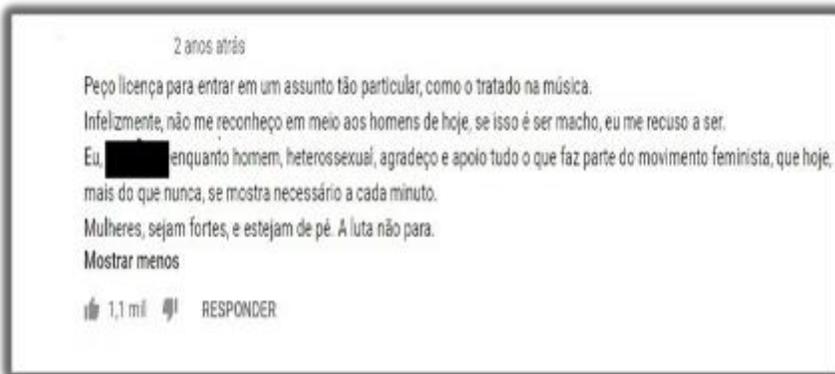
A partir da análise dos trechos acima, dentro da plataforma do Youtube, foi possível observar que, de fato, o discurso é uma prática social e, portanto, “não é como uma atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais”. (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 27). Nesse sentido, atentamos que ambas as letras de músicas apresentam formas de ação e de representação discursiva, ou seja, modos de ser e estar no mundo, sendo marcador de lutas em favor o empoderamento feminino e de luta contra abordagens que, quotidianamente, as mulheres sofrem a partir de atitudes machistas e sexistas.

Partindo dessa premissa, verificamos nos vídeos significativa quantidade de pessoas que fazem comentários sobre as músicas concordando ou discordando com as temáticas apresentadas pelas cantoras,

Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

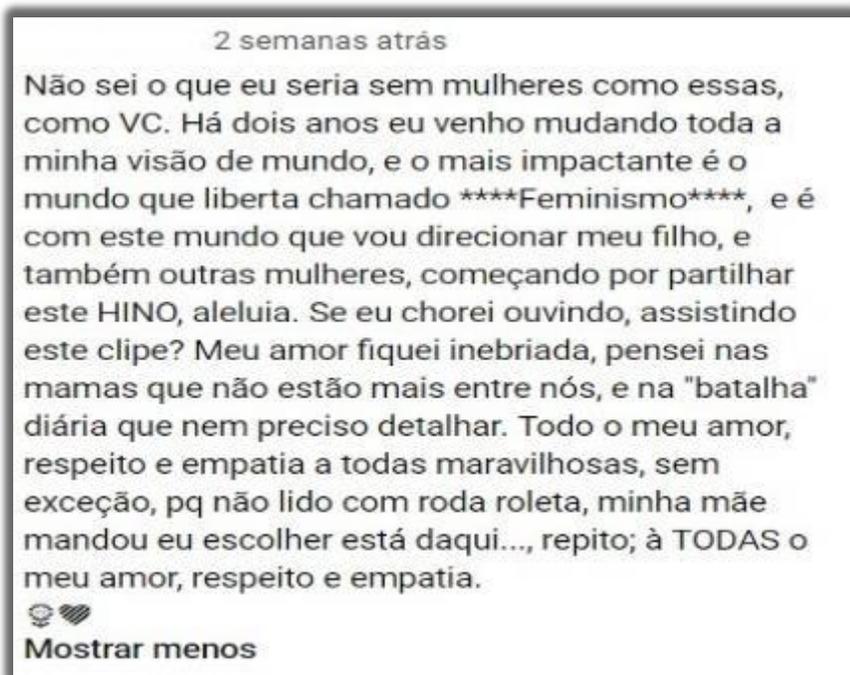
o que evidencia que essas práticas discursivas (letras das músicas) apresentam representações com as quais os sujeitos se identificam ou se reconhecem, conforme podemos perceber com as figuras 1 e 2 abaixo:

Figura 1- Comentários do vídeo/música Todxs Putxs



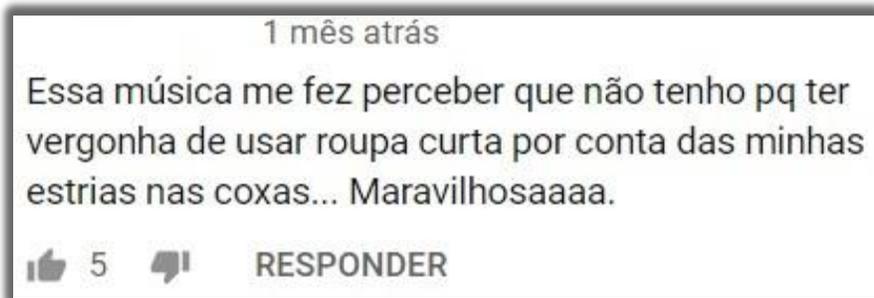
Fonte: Ekena – Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=tVK1tlhIIUE>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Figura 2 - Comentários do vídeo/música Todxs Putxs



Fonte: Ekena – Youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVK1tlhIIUE>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Figura 3 - Comentários do vídeo/música Todxs Putxs



Fonte: Ekena – Youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVK1tlhIIUE>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Estes são apenas três comentários de uma vasta sequência feita na publicação do vídeo/música da cantora Ekena, em diferentes períodos. Esta música foi postada em abril de 2017 e conta com mais de 500 mil visualizações e 1.246 comentários até este momento. Esses comentários foram escolhidos de acordo com o critério de classificação de *comentários mais recentes* oferecido pela própria plataforma. E o vídeo conta com uma pluralidade e interseccionalidade de pessoas, sendo elas, mulheres, LGBTIs, indivíduos de idades distintas, dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo entre outros aspectos. Além da grande expressividade visual, a música traz palavras carregadas de críticas a padrões e comportamentos exigidos na sociedade patriarcal que legitimam as opressões impostas as mulheres ao longo da história.

A música vem quebrando certos padrões buscando empoderar as mulheres em questões relacionadas, por exemplo, as críticas relacionadas ao uso de roupas curtas, muitas vezes atrelado a justificativa pela qual muitas mulheres sofrem violência sexual, a utilização de cabelos curtos, assim como, ao tabu do crescimento dos pêlos e do peso que é exigido por meio de um padrão de feminilidade quase inalcançável. E na figura 1 podemos observar uma prática discursiva interessante, pois ao se proclamar apoiador da luta feminista, o sujeito é enfático quanto a sua identidade de gênero e sexualidade. Isso nos leva para o que (MOITA LOPES, 2003) pensa, isto é, que é impossível não relacionar os discursos com os sujeitos em seu contexto de produção, que todo discurso vem de alguém com as suas marcas identitárias específicas, o posicionando no discurso e na vida social de maneira única, e do mesmo modo os seus interlocutores.

Nas figuras 2 e 3 presenciamos nas práticas discursivas o modo pelo qual a representação de mundo social feita pela canção permitiu com que

Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

os indivíduos pudessem significar o seu próprio mundo, seja na perspectiva de mudar de pensamento quanto aos feminismos, como na figura 2 ou na emancipação por parte do sujeito de padrões comportamentais que até então eram tidos como corretos, relacionados ao seu próprio corpo, quebrando certos paradigmas, assim evidenciado na figura 3.

Já na figura 4, relacionada à música de Kell Smith, observamos um comentário com um discurso em oposição ao discurso da música, que diz respeito a emancipação econômica e social feminina, critica as desigualdades salariais entre homens e mulheres, fala sobre a superação da submissão delas e tantas outras particularidades relacionadas ao machismo e sexismo, que aparentemente proporcionou ao sujeito uma representação de mundo contrária as suas crenças e concepções políticas e sociais.

Figura 4: Comentários do vídeo/música Respeita As Mina

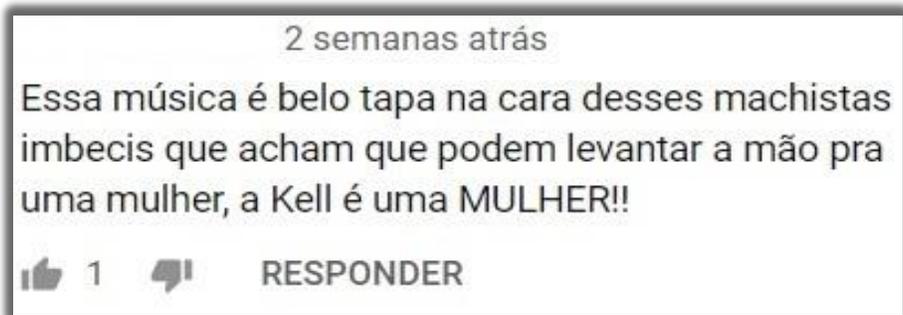


Fonte: Kell Smith – *Youtube* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO_8&list=RDUQ0GCKj2czw&index=3. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Em contraponto ao discurso do comentário anterior e mantendo a regularidade dos comentários, nas figuras 5 e 6, os sujeitos evidenciam que a música age como uma ferramenta de crítica social, principalmente contra machistas que acreditam possuir o direito de agredir fisicamente as mulheres, tal como, denunciam assédio questionando que isso nada tem a ver com a roupa que estão usando, e neste último caso, observamos que este indivíduo, a partir da sua significação e representação de mundo por meio do empoderamento, não relaciona assédio a roupa que está usando e afirma ainda ser detentora do direito de usar o que lhe convém, ou seja, essa ideia vai de encontro aos pensamentos pré-estabelecidos como corretos.

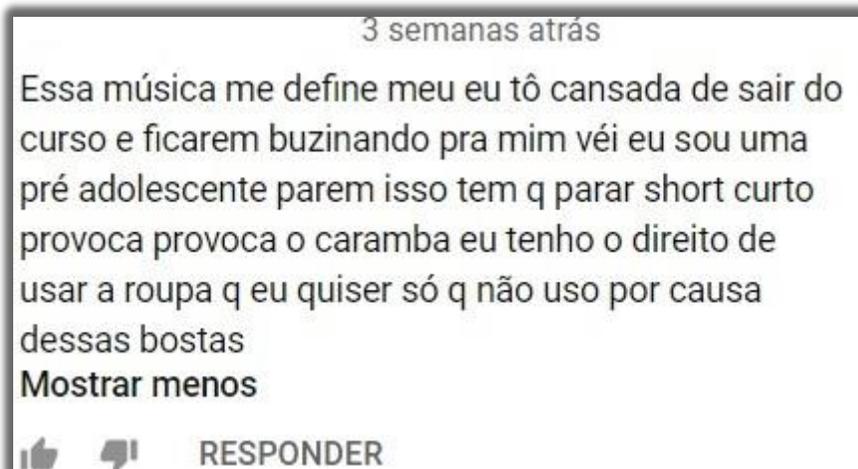
Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

Figura 5 - Comentários do vídeo/música Respeita As Mina



Fonte: Kell Smith – *Youtube* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO_8&list=RDuQ0GCKj2czw&index=3. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Figura 6 - Comentários do vídeo/música Respeita As Mina



Fonte: Kell Smith – *Youtube* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO_8&list=RDuQ0GCKj2czw&index=3. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Considerando as letras das músicas, podemos verificar que estas se configuram como discursos/práticas discursivas que estão relacionadas com prática sociais amplas que colaboram e agem como instrumentos de empoderamento e luta contra mazelas sociais, e neste caso, não apenas com mulheres, mas também com homens, já que é possível percebermos que estes também são contemplados nas letras das músicas e participam das interações estabelecidas a partir dos comentários que foram feitos na plataforma. Assim, estes discursos configuram-se como instrumentos que funcionam como transformadores sociais. Além disso a utilização dessa plataforma aparece como um mecanismo de suma importância,

principalmente ao considerarmos o alcance que ela tem em relação as pessoas.

Considerações finais

Nossa intenção com esta discussão foi mostrar de forma simples e concisa a força do empoderamento a partir de músicas no *Youtube*, cantadas por artistas que colaboram para o combate ao sexismo, ao machismo e outras demandas relacionadas a questão do feminismo. Foi possível também evidenciarmos, com base na ideia de discurso como prática social que a plataforma de vídeos pode funcionar como um instrumento que auxilia no compartilhamento de letras de músicas que incorporam os mais distintos protestos sobre sexismo, machismo e opressão. Além disso, destacamos que os discursos feitos a partir dos comentários evidenciam como essas práticas discursivas [letras das músicas] são agem, representam e são consumidas, na forma de discursos, pelos internautas.

Destacamos ainda que o *Youtube* pode ser utilizado como um recurso para lutar por respeito e igualdade entre os gêneros e contra outras ideologias hegemônicas que são propagadas e distribuídas e favorecem a manutenção de práticas machistas, sexistas e de assédio contra a mulher. O trabalho buscou, portanto, por meio dos exemplos demonstrar a força empoderadora que as músicas têm sobre os sujeitos, pois mesmo sendo tratadas como instrumentos de divertimento/ entretenimento, essas músicas podem (e funcionam) como um mecanismo discursivo que pode favorecer mudanças sociais capazes de alterar ideologias e hegemonias.

Referências

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é o feminismo**. São Paulo. Abril Cultural/Brasiliense. 1985.
- CANAGARAJAH, S. Subversive Identities, Pedagogical Safe Houses, and Critical Learning. In: NORTON, B. & TOOHEY, K. (Orgs.) **Critical Pedagogies and Language Learning**. Cambridge: CUP, 2004.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- EKENA. **Todxs Putxs**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVK1tlhIIUE&list=RDMMtVK1tlhIIUE&start_radio=1> . Acesso em: 03 abril. 2019

- CUNTO, J, BOGADO, M. **Na música**. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das letras, 2018
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- _____. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman. 1989.
- HINE, C. **Etnografia Virtual**. Barcelona, ESP: UOC, 2010.
- HOOKS, B. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**. Rosa dos Campos, Rio de Janeiro, 2018.
- DE GRANDE, P. B., KLEIMAN, A. **Interseções entre a linguística aplicada e os estudos de letramento: desenhos transdisciplinares, éticos e críticos de pesquisa**. In: Revista **Matraga**. Rio de Janeiro: 2015.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MOITA LOPES, L.P. **Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- MOITA-LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- _____. 2006. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: Moita Lopes, Luiz Paulo (Ed.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola. p. 27.
- MOITA LOPES, L.P. (1994). Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. In: **DELTA**, Vol. 10, nº2.
- MOITA LOPES, L. P. **Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, 2010.
- MOITA LOPES, L. P. da. **Roda de Conversa intitulada Linguagem, raça, juventude e sexualidade: intersecções contemporâneas**. 2016.
- ROJO, R. H. R. **Gêneros do discurso no Círculo de Bakhtin - ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas**. In: 4th International.
- ROJO, R. H. R. **Gêneros do discurso no círculo de bakhtin - ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas**. São Paulo: Anais do IV simpósio internacional de estudos e gêneros textuais. Tubarão/SC, 2007. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/117.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2019.
- SMITH, K. **Respeita As Mina**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO_8&list=RDvjzKTYZMO_8&start>

Respeita As Mina e Todxs Putxs: empoderamento e a luta contra o machismo e o sexismo por meio do feminismo musical na plataforma digital do Youtube

_radio=1&t=38>. Acesso em: 03 abril. 2019

Symposium on Genre Studies/**Anais do 4º Simpósio Internacional de Estudos de gêneros Textuais**, 2007, Tubarão, SC. Anais. SIGET. Tubarão, SC: UNISUL, 2007. v. CDRom. p. 1761-1775. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/117.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019

SARDENBERG, C. M.B. **Conceituando “Emponderamento” na Perspectiva Feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto Tempo. Bahia: junho 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo. Editora Contexto. 2011.

CAPÍTULO 7

Posicionamento axiológico/valorativo e heteroglossia em enunciados de comentários online do facebook: uma análise com base na abordagem dialógica do discurso¹

Willian Gonçalves da Costa²
Rosivaldo Gomes³

Introdução

O surgimento de sites de redes sociais digitais, como, por exemplo, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, entre outros, não só possibilitou a transfiguração de relações interpessoais para o espaço *online*, como também possibilitou maior participação social das pessoas no que diz respeito a questões de diversas ordens. Em certa medida, também podemos dizer que os letramentos digitais, estabelecidos pelos dispositivos móveis, aplicativos, ferramentas digitais e redes sociais, instituíram, como assevera Moita-Lopes (2010), outros modos de lidarmos com as práticas socioculturais de leitura e escrita, isto é, esses espaços “se tornaram lugares de ativismo político e de construção de significados transgressores sobre a vida pública e privada, por meio dos quais subpolíticas são construídas” (p. 393). Esses sites apresentam, portanto, possibilidades que viabilizam que pessoas, grupos e movimentos sociais se articulem, criem espaços de maior participação social, de acessibilidades de discussões, de interações e de interesses não mais individuais, mas sobretudo coletivo.

Isto posto, consideramos que as redes sociais, bem como as

¹ Este artigo reúne parte de discussões teóricas-analíticas desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA/UNIFAP/CNPq) e da pesquisa de um projeto de iniciação científica desenvolvido de 2016-2017 na Universidade Federal do Amapá, sob a orientação do prof. Dr. Rosivaldo Gomes.

² Especialista em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas/CELAEL – UNIFAP.

³ Doutor em Linguística Aplicada pelo Departamento de Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto II do Departamento de Letras e Arte da UNIFAP, do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET/UNIFAP) e coordenador Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA/UNIFAP/CNPQ).

tecnologias digitais, não podem ser tomadas em si mesmas como um “fetiche em separado de questões sociopolíticas e discursivas” (MOITA-LOPES, 2010, p. 95), mas sim compreendidas como lugares que inauguraram novos espaços de sociabilidades e de construção de subjetividade. Assim, elas têm por base a representação de novas e múltiplas identidades sociais, culturais e discursivas, que são marcadas/negociadas, agenciadas e (re)configuradas nesses espaços a partir de práticas discursivo-semióticas diversas (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2003) e são marcadas, também, ideologicamente por posicionamentos transfigurados do mundo *off-line* para o *on-line*.

Considerando essas questões expostas, este artigo objetiva analisar posicionamentos axiológicos/valorativos, materializados em enunciados concretos do gênero comentários *on-line*, em uma página da rede social Facebook. De forma mais específica, intenta discutir o processo de interação-discursiva de interactantes em duas notícias publicadas na página online da Revista VEJA. Para essa análise, toma-se por base os conceitos de apreciação valorativa/axiológica/avaliativa e heteroglóssica dos estudos do Círculo Bakhtiniano como categorias que ajudam a desvelar os posicionamentos marcados discursivamente sobre o conteúdo temáticos das notícias.

A base metodológica utilizada para a pesquisa configura-se a partir dos postulados da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA-LOPES, 2006; FABRÍCIO, 2006), sendo um estudo de caráter qualitativo-interpretativista do tipo pesquisa etnográfica virtual/netnografia (AMARAL et al., 2008; KOZINETS, 2002) na página da Revista VEJA *on-line*. No primeiro momento, os fundamentos da análise de enunciados oriundos dos pressupostos bakhtianos a partir da abordagem dialógica da linguagem. Posteriormente estudamos a rede social Facebook como espaço de interação discursiva e de sociabilidade. Em seguida, apresentamos a metodologia do trabalho com base nos pressupostos da linguística aplicada e da netnografia. Por último apresentamos (a) análise dos dados levantados.

Fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbais

Os escritos do Círculo de Bakhtin concebem a linguagem como atividade de prática social, situada em contextos comunicativos/culturais concretos, tendo em vista a concepção histórica, cultural e social que nos leva aos efeitos de compreensão e análise da comunicação efetiva dos

sujeitos do discurso (BRAIT, 2010; SUASSUNA, 2003). Essa concepção de linguagem é a noção central dos estudos do enunciado/enunciação do Círculo Bakhtiniano, sendo que, para os autores desse grupo, o discurso é socialmente orientado e cada enunciado torna-se um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 2003 [1952/3]), refletindo a interação social do falante, do ouvinte e do tema como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles (VOLOSCHINOV/BAKHTIN, 1976 [1926]).

Dessa concepção, os enunciados são inseridos em situações sociais concretas e essa inserção faz deles elementos carregados de sentidos ideológicos, que refletem, de certa forma, a visão total da realidade. Desta forma, os enunciados se tornam fenômenos sociais e culturais nos atos de fala dos indivíduos. Eles nos obrigam a considerar o contexto extraverbal, pois, como destaca Voloschinov/Bakhtin (1976[1926]), o contexto extraverbal é integrado ao enunciado como parte constitutiva essencial de sua significação, englobando a compreensão e a avaliação de um enunciado verbalmente construído em uma situação de comunicação/ enunciação.

O enunciado, nesse sentido, também estabelece uma miríade de conexões com o contexto extraverbal, ou seja, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do tema como produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre sujeitos (VOLOSCHINOV/BAKHTIN, 1976 [1926], p. 14). Tendo em vista isso, Pereira e Rodrigues (2014) compreendem que o contexto extraverbal, com a sua dimensão social, abrange o caráter social do enunciado, que se constitui, se confirma, como lugar de marcação do trabalho da ideologia e da valoração que lhe são concernentes.

Cabe lembrar que, igualmente, a situação pragmática do contexto extraverbal engloba a “compreensão” e a “avaliação” de um enunciado (concordância ou discordância) juntamente com o próprio discurso verbal. Estendendo, assim, a expressividade, o tom valorativo e levando em consideração não apenas o que se está na unidade da língua (expressões verbais), mas o contexto extraverbal, que se constitui. Segundo Voloschinov/Bakhtin (1976[1926]) há três elementos indissociáveis na constituição do discurso: 1) horizonte espacial comum dos interlocutores: a unidade do visível, a extensão ou visão espacial dos sujeitos discursivos; 2) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores: a partilha da informação e do entendimento desse conhecimento produzido na interação verbal e 3) avaliação comum dessa situação: Julgamento do enunciado discursivo na situação concreta,

podendo ser concordado ou discordado.

Partindo disso, para demonstrar suas observações a respeito desse caráter ideológico do signo linguístico, Voloschinov/Bakhtin (1926) apresenta uma análise dos enunciados da vida cotidiana, definindo os enunciados como unidades reais e concretas da interação e os diferencia das unidades da língua vista como sistema (PEREIRA; RODRIGUES, 2014). Nesse sentido, os enunciados também refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera/campo de comunicação (BAKHTIN, 2003 [1952/3]).

Assim, o enunciado, constituído a partir de um determinado gênero discursivo (como veremos mais adiante) apresenta três características fundamentais: a) o Conteúdo temático (ideológico/volitivo); b) o estilo de linguagem e c) a construção composicional. Esses três elementos, como diz Bakhtin (2003 [1952/3], p. 261-262) “estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” e constituem, assim, os gêneros discursivos.

Nessa mesma direção, Pereira e Rodrigues (2014) trazem um quadro de mais três características do enunciado extraídos das discussões do Círculo Bakhtiniano, que são os limites essenciais e precisos da compreensão do enunciado, o que nos auxiliou para a análise dos dados desta pesquisa. Em consonância com o que já foi posto até aqui, chegamos aos seguintes aspectos do enunciado:

1. *A alternância dos sujeitos do discurso:* entre os enunciados existe a alternância de sujeitos, posto que eles também são as unidades da interação verbal, passando-se de uma palavra a outro. Todo falante termina seu enunciado para passar ao outro ou dar lugar a sua ação ativo-responsiva-valorativa.
2. *A conclusibilidade específica do enunciado:* é o acabamento do enunciado em seu interior, ou seja, é a possibilidade de o interlocutor tomar uma postura de resposta em relação ao enunciado do outro, ou seja, é a percepção em que um enunciado se refere a uma situação definida ou o *dixi* conclusivo do autor do enunciado ao interlocutor. Diante desse quadro de fundamentos de análise do enunciado, percebemos que o uso da língua se efetua através de enunciados desdobrados em gêneros discursivos, que orientam, no campo semântico e ideológico/volitivo/valorativo, os interlocutores discursivos; refletem as condições e finalidades específicas de cada esfera/campo da atividade humana,

permitindo, também expressar e transmitir pensamentos em tonalidades dialógicas (BAKHTIN, 2003 [1952/3]). Esses desdobramentos dos enunciados em gêneros discursivos serão analisados no próximo tópico.

Os gêneros do discurso e as práticas de linguagem nas redes sociais

Bakhtin (2003 [1952/3]) desenvolveu seus estudos sobre os gêneros discursivos considerando o dialogismo no processo comunicativo em divergência a dos gêneros literários e retóricos, que eram interpretados numa perspectiva de produto ou formas num processo de atividades sociais; o foco de atenção dessa teoria eram as propriedades formais dos gêneros literários e retóricos (FARACO, 2009). Os gêneros discursivos, a partir da visão bakhtiniana, passaram a ser relações interativas e processos produtivos de linguagem, focalizados nas esferas de uso da linguagem.

A proposta de Bakhtin (2003 [1952/3]), com os estudos dos gêneros discursivos, é apoiar-se em análise de circunstâncias em que as práticas e uso dos gêneros circulam e fazem diferentes usos da linguagem (BRAIT, 2005), ou seja, a variabilidade de usos da língua num determinado tempo, mobilizando diferentes esferas/campos da enunciação, oferecendo, pelo uso dos gêneros, a manifestação de pluralidades, criando-se, assim, um lugar para as manifestações da heteroglossia. Faraco (2009), tomando por base os estudos do Círculo Bakhtiniano, conceitua heteroglossia como uma dinamicidade semiótica, um verdadeiro ambiente de enunciado em que as vozes sociais se entrecruzam continuamente de maneira multiforme, processo em que se vão também formando novas vozes, convergentes ou divergentes (FARACO, 2009, p. 58).

A noção de gêneros do discurso, conceito dado por Bakhtin, são tipos relativamente estáveis de enunciados que se elaboram no interior de cada esfera/campo da atividade humana (BAKHTIN, 2003 [1952/3]). Ao dizer que são relativamente estáveis, o autor considera a relevância histórica dos gêneros e as invariáveis características e fronteiras deles, mas passivas de alterações dado ao fato de que a linguagem, para esse autor, é dialógica e multável.

Portanto, como vimos anteriormente, os gêneros são formados por enunciados, o que significa que não produzimos enunciados fora de esfera/campo de comunicação, eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades que o discurso pede. Estrutturamos nossos

discursos por enunciados que se materializam a partir de determinados gêneros discursivos. (BAKHTIN, 2003 [1952/3]). Dessa forma, para analisar os acontecimentos nas redes sociais virtuais, teremos que compreender os fenômenos enunciativo-discursivos que impulsionam as manifestações socioculturais nas mídias digitais e uma delas são os gêneros a partir dos enunciados, o que nos fará buscar discursos produzidos e as diversidades de discursos alheios e suas relações, ou seja, o dialogismo discursivo, mas nesse tópico iremos ver alguns conceitos e tratamento dos gêneros nas redes sociais.

O campo das mídias digitais, aplicado aqui como uma esfera/campo de uso da linguagem, em articulação às teorias do Círculo Bakhtiniano, contemplam, entre outras, a noção do discurso entre o individual (enunciado) e o social e o entrecruzamento de lutas e valores sociais de orientações que, em uma arena discursiva, podem se contradizer, fazendo do discurso produto da interação viva das forças sociais. (BAKHTIN, 2003 [1952/3]).

Nesse sentido, a cultura digital se concretizou pela explosão da web 2.0, acompanhada do nascimento das redes sociais e, conseqüentemente, a criação das comunidades ou grupos virtuais (PIRES, 2012). Assim, como toda esfera/campo da comunicação humana acarreta seus tipos relativamente estáveis de textos/enunciados, as redes sociais também são suportes desses gêneros discursivos, considerado como hipergêneros que enquadram uma larga faixa de textos (MAINGUENAU, 2008 *apud* PIRES, 2012). Tais espaços digitais agregam uma variedade de gêneros do discurso, entre eles os pôsteres, comentários, chats etc. Esses gêneros são produzidos em comunidades, páginas, grupos, perfis pessoais, entre outros. No caso desta pesquisa, centramos nossa atenção nos gêneros comentários em páginas de notícias, que trataremos na análise dos dados.

Rede social facebook como espaço de interação-discursiva e de sociabilidades

De acordo com Recuero (2014), as redes sociais focam em estruturas sociais e nas redes de filiação dos atores sociais. Para ela, as redes sociais não surgem com os estudos do ciberespaço, mas pelos estudos da antropologia e da sociologia, que estão atrelados ao paradigma de análise de redes sociais, uma forma de observação da estrutura social a partir da relação dos atores sociais e suas inter-relações. A rede social *on-line* reside, conforme propõe Recuero (2014), no fato de que a informação é

recuperável e buscável através dos rastros deixados na rede, sendo que essa informação pode ser replicada e altera o grupo em interação.

Assim, as redes sociais *on-line* “são representadas principalmente através dos sites de rede social e daquelas outras ferramentas que permitiram sua apropriação desse modo”, como, por exemplo, o Facebook (RECUERO, 2014, p. 62). A referida autora apregoa, ainda, que os sites de rede social publicizaram as conexões, proporcionando que as interações e relações se tornassem mais permanentes, menos fluídas, mais estáveis. Para Recuero, além disso, o site não é a rede, mas um “suporte, que é apropriado de diferentes formas pelos grupos sociais e cujos efeitos são construídos pelo complexo universo de negociação de normas e formas de interação” (RECUERO, 2014, p. 62).

Isso permite que usuários criem e compartilhem conteúdos nesses ambientes. Quanto a isso, Benevenuto (2010) mostra que as redes sociais tendem a ser vulneráveis a novas mudanças e tendências, correndo o risco de seus usuários imigrarem para outros sistemas. Dessa forma, entendemos que a redes sociais constituem uma remodelação da internet à medida que sua popularidade vai crescendo. Isso evidencia que a rede social, geralmente, é utilizada para identificar grupos de pessoas que interagem através de qualquer mídia de comunicação.

Somando a isso, Zago (2010) vê que a interação nas redes sociais se dá pelo Site de Rede Social (SRS) que é um espaço que permite a representação dos indivíduos por perfis e pela publicização da lista de contatos dos atores, tornando visíveis as conexões estabelecidas entre eles. O conteúdo dessas conexões é constituído pelas interações entre os atores, que modificam a rede, tornando-a dinâmica, isso porque as relações entre sujeitos foram percebidas como redes sociais.

Assim, com a internet, multiplicaram-se as maneiras das pessoas de se relacionarem, sendo agora essas complexas redes sociais, que sempre existiram, mas que evoluíram pela emergência do ciberespaço e se tornaram “uma forma dominante de organização social” (FUJISAWA, 2015). Portanto, conforme defende Recuero (2009, p. 24), “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: os atores e suas conexões” e, nesse sentido, os atores que manipulam essa rede são pessoas, instituições ou grupos e suas conexões são as interações ou os laços sociais. Esses atores nas redes sociais constroem identidades e através delas são representados por um perfil que criam em um Twitter, Facebook, Instagram, por exemplo. Esses perfis podem ser mantidos por um ou vários atores ao mesmo tempo.

A rede social Facebook: horizonte espaço-temporal e horizonte axiológico/valorativo do discurso do outro

Consideraremos, nesta parte do trabalho, o arcabouço teórico das concepções bakhtinianas de horizonte espaço-temporal e horizonte axiológico/valorativo do discurso como categorias que podem auxiliar na compreensão de certos discursos que são estabelecidos na rede social Facebook.

Primeiramente, é pelos estudos da construção ideológica e suas diretrizes de base sócio-históricas que é entendido o conceito de valoração (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2014[1929], PEREIRA; RODRIGUES, 2014). Nessa acepção, os discursos, em uma dada esfera/campo, são marcados pela valoração de uma dada ideologia, que carrega uma significação social de identidade, ou seja, a valoração de base ideológica. Isso nos leva a necessidade de melhor entender a ideologia e sua relação com a linguagem.

Pereira e Rodrigues (2014) nos trazem a concepção bakhtiniana de ideologia como uma totalidade das reflexões e interpretações da realidade social e natural, materializadas por meio de palavras, desenhos, diagramas ou outras formas sígnicas, ou seja, pelo discurso. Percebemos, assim, que a ideologia tem uma dimensão de valor semiótico, isto é, uma relação constitutiva com o signo, expandindo-se, desta forma, com a linguagem.

Essa definição de ideologia em relação à linguagem é entendida como uma expressão de uma ideia, que remete à noção de ideologia como consciência individual que toma uma posição determinada, por meio da linguagem e seus enunciados, pois a ideologia é a expressão das relações histórico-material dos homens, que organiza e regulariza essas relações. É nisso e nos signos linguísticos que está presente a acentuação valorativa/ideológica, a expressão de uma tomada de posição (PONZIO, 2008 apud PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

Nessa direção, observaremos as noções de dimensão axiológica/valorativa dos discursos. Sabemos que os discursos se materializam em enunciados, eles apresentam uma dimensão valorativa, expressam um posicionamento social em um espaço discursivo, entendido como horizonte. Desse modo, o enunciado é sempre ideológico, expressa uma posição avaliativa (BAKHTIN, 2003 [1952/3]; FARACO, 2009).

A expressão do enunciado, carregado de sua valoração, não se dá

apenas na superfície da interação, mas também, na situação pragmática extraverbal, compreendido como sua extensão social. É nela que o enunciado se constitui e se confirma, ou seja, que ocorre sua ideologia e valoração. Assim, todo o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar a sua reação. Para Bakhtin (2003 [1952/3]), essa é uma característica da conclusibilidade do enunciado, como unidade concreta da comunicação, passando ao interlocutor a ativa reação/resposta dos participantes na comunicação verbal. Desta maneira, todo enunciado suscita um ato de valoração do outro. Essa valoração se estabelece através da entonação do enunciado no gênero manipulado pelos interlocutores.

Assim, o gênero (no nosso caso, os comentários *on-line*), se presta a uma reformulação livre e criadora, sua elaboração não funciona como um novo gênero, apesar de ser plástico e flexível, mas demanda do usuário uma criatividade ao manipulá-lo, evidenciando, desta forma, sua relativa estabilidade. É ao comentar (enunciar), no horizonte, que os interlocutores se encontram, que eles expressam sua relação valorativa com o conteúdo do objeto e do sentido do enunciado (tema da enunciação) (BAKHTIN, 2003 [1952/3]).

A entonação expressiva, que acentua a valoração, é um traço constitutivo do enunciado, de tal modo que “escolhemos nossas palavras quando partimos do conjunto projetado do enunciado, ou seja, cada palavra que escolhemos é contagiada com a expressão valorativa do conjunto do enunciado ” (PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

O enunciado, desta maneira, se ancora em função de um auditório social, a situação social se integra ao enunciado. Como diz Bakhtin (2014 [1929]) o horizonte social “determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertence, atmosfera que se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc.” [...] “a situação mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”.

Assim sendo, o enunciado é concebido como uma unidade de sentido axiologicamente constituído num auditório interativo, sempre concebido como um ponto de vista e/ou como um tom valorativo (um juízo de valor). A situação se integra ao enunciado, mesmo com toda sua expressão e os critérios que o regem, verbal ou não verbal, ele abrangerá toda a situação extraverbal. Com isso em mente, encararemos, assim, os comentários *on-line* como enunciados publicados na cultura digital, por operar com construções ideológicas ao avaliar os discursos postados, às vezes, impondo

acentuando valorativo aos objetos discursivos, ou seja, os comentários com os seus variados temas. Nesse espaço, em que se encontram os comentários, a rede social, percebemos a valoração axiológica (tons apreciativos) dos enunciados em um horizonte espaço-temporal.

Portanto, podemos entender que o horizonte espaço-temporal diz respeito ao “onde” e ao “quando” do extraverbal (ROHLING, 2016). É a unidade do visível, o conjuntamente visto, sabido e capitado que se integra ao avaliado. O horizonte axiológico/valorativo é a situação extraverbal, onde os interlocutores compreendem a entonação, a expressividade do enunciado, a atitude do falante e seu juízo de valor (PEREIRA; RODRIGUES, 2014; ROHLING, 2016).

Em uma rede social como o Facebook, o enunciado produzido está intimamente ligado à situação interlocutiva, como vimos, o espaço-tempo, o tema do enunciado; de que falamos, quando e em que espaço social de uso da linguagem, pois não há enunciado sem a dimensão valorativa ou orientação social (auditório), como também, não há valoração sem uma expressão sónica/ideológica.

No que se refere a isso, cada gênero está situado em um determinado horizonte espacial, temporal, temático e valorativo. Assim, ele possui diferentes finalidades, dependendo de sua esfera. No horizonte axiológico/valorativo encontram-se índices de valor, que são elementos de constituição do signo ideológico, os seus enunciados. Como bem salienta Bakhtin (2003 [1952/3]), sem esses índices de valor, o enunciado seria vazio, sendo apenas uma alegoria de estudos filológicos, para ele só pode ser considerado signo aquilo que já adquiriu valor social.

É interessante ressaltar que o enunciado é um elo da cadeia de comunicação, caracterizado como um ato socio-histórico inseparável do acontecimento da comunicação, carregado de avaliação social que organiza e realça a comunicação, estimulando, ao mesmo tempo, a outras reações. Nessa cadeia, a avaliação social é determinante para a escolha do objeto a ser discutido e a forma como será tratado, bem como a ligação entre eles (FUJISAWA, 2015; BAKHTIN, 2014 [1929]).

Por isso, para entender o enunciado na rede social Facebook, precisamos conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa por meios de enunciados ideológicos situados em um contexto. Como vimos, é a avaliação social de um sujeito que escolhe seus diversos mecanismos linguísticos, seus sistemas de valoração, materializados em enunciados. É a avaliação social que faz a mediação entre os sistemas de

avaliação e realidade concreta (MEDVEDEV, 2012 [1928] apud FUJISAWA, 2015).

O usuário, ao inserir-se na rede social Facebook, a partir de seu lugar único, socio-historicamente situado, avalia sua situação e a do outro enunciador e compreende, ao mesmo tempo, a sua realidade histórica e social, gerando, assim, a sua avaliação social. Essa avaliação está intimamente relacionada ao seu horizonte espaço-temporal e axiológico/avaliativo, pois é a partir de sua avaliação da realidade concreta que ele encontra o seu auditório, concebido aqui como rede social Facebook mediado pelo site. É a partir desses horizontes que circulam os signos ideológicos que se elaboram e se organizam a comunicação e seus diversos sistemas linguísticos.

Também, nesse espaço restrito do ciberespaço, o Facebook, onde são criadas as ideologias, especificamente, certamente são abarcadas cadeias de comunicação discursivas, criativas e de comunicação ideológicas. O site de rede social Facebook é um construto que extrapola o conceito de gênero discursivo, pois é um site que se situa no ciberespaço, como um lugar que possui limites, como, por exemplo, a identificação por e-mail, telefone ou senha.

Assim, depois que é ultrapassado este limite, o usuário se situa socio-historicamente em um horizonte espacial comum de interlocutores que a partir daí englobará as interações e enunciações (FUJISAWA, 2015). Portanto, com todas essas construções dos horizontes espaço-temporais e axiológico/valorativos, o site de rede social Facebook faz parte da cadeia de comunicação discursiva e criativa de comunicação e de valores ideológicos que o compõem.

Procedimentos metodológicos

Para os encaminhamentos metodológicos da pesquisa, situamos o presente trabalho no campo da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA-LOPES, 2006; PENNYCOOK, 2006; FABRÍCIO, 2006). Com isso temos em vista que a comunicação verbal é o centro de interesse desta área e tem como característica central a língua e os problemas de comunicação como seus componentes. A LA procura problematizar, em específico, a língua/linguagem ou criar inteligibilidade sobre eles, de modo que alternativas para tais contextos de usos da linguagem possam ser vislumbradas (MOITA-LOPES; PENNYCOOK; FABRÍCIO, 2006).

Somando a isso, Fabrício (2006) reforça que o campo da L.A se constitui como prática problematizadora e de autorreflexão e de suspeitas de sentidos usuais, questionando premissas epistemológicas. Este campo de estudo não tem pretensões de respostas universais e modelos preestabelecidos. Ela está simultaneamente ligada a vários campos de investigação, fazendo, assim, sua natureza interdisciplinar (PENNYCOOK, 2006) e transdisciplinar (PENNYCOOK, 2006; MOITA-LOPES, 2006; ROJO, 2007). Esse desenvolvimento transdisciplinar da L.A, segundo Evensen (1998), é um cruzamento disciplinares. Isso faz que o linguista aplicado direcione a busca por teorias que possam explicar tanto os fenômenos e as interações decorrentes da comunicação quanto à contextualização dessas interações.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi realizada uma netnografia na página da rede social Facebook. Ao definirmos a netnografia como tipo de pesquisa, comungamos com Hine (2000) que diz que essa configuração metodológica pode ser compreendida como um método interpretativo e investigativo para o comportamento cultural e de comunidades online. Para Hine (2010), a etnografia virtual é apresentada como uma forma de articulação dos pressupostos da etnografia, cuja base e características são consideradas nas tecnologias digitais. Isso possibilita o desenvolvimento de pesquisas orientadas por elementos da etnografia, empreendendo, assim, a etnografia na internet.

Conforme assevera kozinets (2014), no percurso dessa metodologia de pesquisa, o netnógrafo tem importantes decisões a tomar antes do primeiro contato com uma comunidade *on-line*. O procedimento de entrada cultural parte de decisões sobre questões e temas, sobre a formulação da pergunta de pesquisa e visa à preparação para o trabalho de campo, tais como: a) a identificação da comunidade *on-line* ou grupo a ser pesquisado, nesse caso a página; b) mapeamento das formas de interação social que serão investigadas usando-se mecanismos de busca e outros meios e, ainda, c) o reconhecimento do campo e a forma como o pesquisador se apresentará ou não ao grupo pesquisado. Essas são decisões fundamentais para uma boa etnografia virtual.

Dessa forma, para a constituição do *corpus* da análise, selecionamos dados gerados a partir de postagens – comentários – feitas na página da revista *Veja* no período de 13 dias do mês de julho de 2017. Esse *corpus* para análise foi gerado a partir da utilização do histórico de interação formada a partir das unidades comunicativas publicadas por pelo menos dois usuários, isso porque se busca a certificação de um texto que gere uma possível

interação entre os interactantes na rede social. Os comentários dirigidos especificamente a algum outro usuário serão considerados, já que, nesse caso, o foco são as interações-discursivas não apenas sobre o tópico dado, mas a cadeia enunciativa como um todo.

Consoante isso, o levantamento de análise, aqui apresentada, restringe-se a duas notícias publicadas a partir do horário de 8h da manhã, delimitando-se de 50 a 150 comentários. Desses restringimo entre 6 a 12 primeiros comentários, a partir dos quais foi escolhido o tema de maior relevância, isto é, que teve maior repercussão, causando maiores números de manifestações nos posts da página (reações e comentários). Assim, selecionamos as duas notícias, listadas abaixo, para análise dos comentários.

Notícia 01: publicada no dia 24 de julho de 2017:

Augusto Nunes - Lula é o perseguido político mais rico do mundo - com 11 mil reações.

Notícia 02: publicada no dia 21 de julho de 2017:

População vai compreender aumento de imposto, diz Temer - com 7,9 mil reações.

Por fim, nas ilustrações dos comentários, deixamos os nomes dos usuários para sigilo das informações expostas na web, uma vez que na netnografia, como já mencionado, em conformidade com a ética de investigação, Kozinets (2014) destaca que (a) o pesquisador (a) deve divulgar e informar a sua presença, afiliações e intenções aos membros da comunidade *on-line* durante toda a investigação, todavia adotarmos a observação não participante, bem como a garantia da confidencialidade e o anonimato dos informantes.

Análise dos dados

Para a análise e discussão dos dados optamos por manter os comentários em suas formas originais para maior confiabilidade da análise. Assim, para melhor compreensão consideraremos o seguinte código: *Contexto enunciativo-discursivo* – notícia (CED-NOT1, CED-NOT2). Já para a identificação das interações discursivas entre os usuários/participantes, consideraremos o código: *ENUNCIADOR (E)* entendido como aquele que inicia, após a notícia, a cadeia discursiva como primeiro comentário. Já para os usuários/participantes que respondem ao comentário será usado o

Posicionamento axiológico/valorativo e heteroglossia em enunciados de comentários online do facebook: uma análise com base na abordagem dialógica do discurso

código *ENUNCIADOR RESPONSIVO* (ER1, ER2, etc.) e, para um segundo enunciador (E2) seguido de seus enunciadores responsivos (ER1E2, ER2E2, etc.), e para a evocação feita na interação será usado o código ER1 (vermelho e com vírgula).

Para fins de organização, apresentamos as notícias analisadas e em seguida apresentamos a análise do conjunto de comentários.

a) Augusto Nunes: Lula é o perseguido político mais rico do mundo.

Figura 1 - (CED-NOT1): Lula é o perseguido político mais rico do mundo



Fonte: Página da Revista Veja no Facebook. Acessado no dia 24 de julho de 2017.

Bakhtin (2003), ao caracterizar o enunciado como concreto, destaca que a linguagem enquanto constituição viva, como atividade de prática social, situada em contextos socioculturais concretos, manifesta-se a partir da interação verbal estabelecida em relações dialógicas/dialogismo. Nesses termos, tanto *os comentários postados* quanto à *notícia que deu origem a eles* estão inseridos em uma enunciação maior que envolve um *conteúdo temático (ideológico/volitivo)* e um contexto, não só linguístico/ interno, mas extraverbal. Esses apontamentos são elucidativos nas primeiras relações dialógicas a seguir.

Posicionamento axiológico/valorativo e heteroglossia em enunciados de comentários online do facebook: uma análise com base na abordagem dialógica do discurso

Relações dialógicas (comentários da figura 1):

E: PQP VEJA logico que lula é milionario, alias todo ex presidente, pelo menos a maioria deles sao milionarios, principalmente por causa de palestras, alias o MP da lava jato investiga lula a anos e nunca acharam enriquecimento ilicito por parte do lula, só acharam de um filho dele, porque a lava jato ate hoje nunca disse que lula se enriqueceu como cunha palocci, cabral, aff 😏

Curtir • Responder • 203 • 24 de julho às 08:43

ER1: Oração do pobre de Esquerda: Que nunca acabe a mortadela, que nunca acabe a esmola de 70 reais do bolsa esmola se não vou ter que trabalhar 😊 Filho de Lula anda de Ferrari e eu andando de Jumento, Lula tem 9 milhões na conta e eu nem sei o que é conta bancária, assim é o pobre de esquerda 😊

Curtir • Responder • 32 • 24 de julho às 08:44

ER2: O fato estranho da vez.

Como pode alguém que se diz pobre em juízo investir de uma só vez 9 milhões de reais em uma previdência privada

Curtir • Responder • 32 • 24 de julho às 08:48

ER3: Me cita um ex presidente militar saiu do poder milionário... Só um...

E as palestras??? Posta um link das 10 palestras dadas por Luladrão a Odebrecht... foram 4 milhões com nota fiscal... mas... nem uma foto... nem um vídeo... nada x nada!!!

Curtir • Responder • 27 • 24 de julho às 08:49

E: **ER1**, essa noticia do carro do filho do lula é mentira, pare de espalhar boatos, ja foi desmentido

Curtir • Responder • 1 • 24 de julho às 08:49

ER4: Os únicos ex presidentes que não ficaram milionários foram os militares que saudade da "DITADURA" que os políticos tanto se referem tentado amedrontar o povo com medo de perder a mina de dinheiro! Bons tempos foram aqueles , sem assaltos a luz do dia etc!!!

Curtir • Responder • 15 • 24 de julho às 08:50

Fonte: Página da Revista Veja no Facebook.

Para esse primeiro conjunto de comentários, é possível percebermos que o discurso heteroglóssico (constituído a partir do enunciado e por sua vez de uma enunciação maior) é resultante da ação de forças centrípeta e centrífuga (FARACO, 2009, p. 69), que atuam na língua, sendo que ambas estão nos enunciados. A exemplo disso, podemos verificar nos enunciados de **ER3** ao contrapor **E** que por sua vez evoca **ER1** ao desmitificar o dado levantado pelo Enunciador Responsivo.

É a partir dessa enunciação que se estabelecem as relações discursivas concretas/dialógicas, carregadas de sentidos ideológicos (VOLOSCHINOV/BAKHTIN, 1976 [1926]), como podemos ver nos

comentários em questão, os quais são marcados por posicionamentos discursivos volitivos/valorativos. Quanto às condições de produção do enunciado, no caso de ***E (enunciador) e seu discurso*** (comentário inicial), que estabelece uma miríade de conexões, reflete a interação social do falante, do ouvinte e do tema (conteúdo temático) no material verbal, de um ato de comunicação viva entre os sujeitos participantes dessa interação (VOLOSCHINOV/BAKHTIN, 1926) que está relacionada à publicação feita na página *on-line* da revista Veja e isso envolve, por sua vez, um contexto extraverbal que constitui esse enunciado inicial.

Não se trata, portanto, apenas de comentar (enunciar), no horizonte espaço-temporal o fato de que os participantes se encontram em uma situação social sobre corrupção política, mas trata-se de reconhecer essa situação e as variadas apreciações valorativas sobre ela, que são materializadas no verbal, tanto por quem publica quanto por quem ler, já que “o falante não é o Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez” (BAKHTIN, 2010[1979], p. 300), ao contrário, o processo de compreensão é uma reação às palavras e aos enunciados que nos despertam ressonâncias da vida real, quer dizer: compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra.

Nesse aspecto, com relação ao conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores, ou seja, a partilha da informação e do entendimento desse conhecimento produzido na interação verbal, a notícia ***Augusto Nunes: Lula é o perseguido político mais rico do mundo***⁴ foi publicada no dia 24 de julho de 2017 e é apresentada em um contexto (horizonte espaço-temporal) conturbado da política brasileira, que se encontra em meio a escândalos de corrupção, no qual há, também, a batalha entre investigações sobre acusados e suas defesas.

Nessa notícia (configurada como um artigo em um primeiro meio de publicação), Augusto Nunes põe em questão as vultosas quantias recebidas e encontradas nas contas bancárias do ex-presidente Lula. Isso se configura como o ***conteúdo temático da enunciação*** e não apenas o ***assunto, mas sim o tema*** da notícia, já que ressoa nos comentários feitos, como se pode observar.

Vemos assim que as relações de sentido que ocorrem entre os enunciados de um discurso são determinadas pela situação social imediata e pelo meio social, todavia são organizadas, no que diz respeito ao seu

⁴ Conferir a notícia na íntegra em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/lula-e-o-perseguido-politico-mais-rico-do-mundo/>

conteúdo e significação e “fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social” (BAKHTIN, 1986[1929], p. 121), que envolve, como podemos perceber, na cadeia discursivas criada a partir das respostas estabelecidas por *ER1*, *ER2*, *ER3* e *ER4*.

Conseqüentemente, essa constituição enunciativo-discursiva evidencia que, conforme assevera Bakhtin (1981), a língua em seu uso prático está vinculada a um conteúdo ideológico, sendo assim, seus signos são variáveis e flexíveis, apresentando um caráter mutável, histórico e polissêmico. Portanto, como podemos ver nessa primeira análise, de forma geral, as relações dialógicas se apresentaram como um conjunto de relações que só podem ser examinadas no todo a partir do seio social da linguagem e na relação dos interlocutores uns com os outros. Esse conjunto de questões é unidade orgânica complexa de afinidades.

Passemos, agora, à análise da segunda notícia.

b) População vai compreender aumento de imposto, diz Temer.

Figura 3 - (CED-NOT2): População vai compreender aumento de imposto, diz Temer.



Fonte: Página da Revista Veja no Facebook. Acessado no dia 21 de julho de 2017.

A notícia apresentada na figura 3 foi publicada no dia 21 de julho de

2017. O contexto dessa notícia se passa no momento em que há um *déficit* na economia brasileira de mais de 130 milhões neste ano de 2017. Isso justifica um aumento de tributo sobre os combustíveis, gerando, assim, segundo o ministro da fazenda, Henrique Meirelles, receitas extras de 10, 4 bilhões nesse ano. Nessa publicação, da redação da Veja, o presidente interino, Michel Temer, disse que o aumento dos impostos, que incidem sobre o PIS/Confins para gasolina, diesel e etanol está em linha com a responsabilidade fiscal, o que seria compreendida pela população.

Contextualmente, no Brasil, ao se falar em aumento de imposto, automaticamente provocam-se manifestações, porque isso sucede maior gastos para população, o que não é bem visto. Tendo em vista esse conteúdo temático e o horizonte espaço-temporal em que se passa esse tema enunciativo, a enunciação se configurou da seguinte maneira a partir das relações dialógicas descritas na figura 4.

Relações dialógicas (comentários da figura 1):

E: A população que te colocou onde está pode até não entender, mas não dirá nada e se disser, dirão que é culpa de quem votou em Dilma!

Curtir • Responder • 180 • 5h

ER1: Quem votou na Dilma votou nele também. Quando vc vota em um presidente vc vota no vice também

Curtir • Responder • 35 • 4h

E: Como eu disse, eles já chegam colocando a culpa nos eleitores da Dilma! Kkkk

Curtir • Responder • 4 • 4h

ER2: Chapa era Dilma- Temer não esqueça!!!!

Curtir • Responder • 24 • 4h

ER3: Pois é. Os paneleiros idiotas

Curtir • Responder • 1 • 4h

ER4: A culpa é da Dilma, por ser incompetente

Curtir • Responder • 8 • 4h

ER5: Com.certezaele é vice presidente da.Dilma....votou nela elegeu ele.....aprenda a votar petistas.

Curtir • Responder • 12 • 4h

ER6: E, debil mental

Curtir • Responder • 4 • 4h

ER7: Quem não votou na Dilma, votou Aécio. Dilma saiu do governo mas os outros estão todos lá.

Curtir • Responder • 6 • 4h

ER8: Com ctz a culpa dele tá lá eh de quem votou na Dilma, só não eh minha que anulei meu voto

Posicionamento axiológico/valorativo e heteroglossia em enunciados de comentários online do facebook: uma análise com base na abordagem dialógica do discurso

Por mim saía ele, ela e pelo que eu observo ia embora tbm uns 90% dos políticos daqui

Curtir • Responder • 7 • 4h

Fonte: Página da Revista Veja no Facebook.

O tema da enunciação se constituiu a partir da nova enunciação (relações dialógicas da figura 4), resultando avaliações apreciativas dos sujeitos, aqui iniciados por **E**, que ocupa um lugar social único, particularizando o seu discurso e iniciando, assim, a cadeia discursiva a partir de seu primeiro comentário. O conteúdo temático, no espaço temporal delimitado (21 de julho de 2017), evidencia a regularidade dos gêneros do discurso notícia e comentários estes, ao abrirem a possibilidade de resposta a outro comentário replicando, não só a notícia em si, mas também a outros comentários. Já o gênero notícia, por sua vez, materializa o enunciado e o horizonte espaço-temporal no interior do gênero, o que demonstra um ato socio-histórico, agregando a orientação coletiva sobre o tema e constituindo, ao mesmo tempo, os meios de conhecimentos situados.

Nesse sentido, nos gêneros situados, o enunciado/discurso de **E** apresenta a sua intenção discursiva de acento valorativo ao afirmar que uma parte da população é responsável por ter colocado, o então presidente interino, Michel Temer. Isso acentua o embate polarizado sobre os horizontes axiológicos/valorativos de representação política de dois sujeitos-objetos da enunciação, Dilma - Temer.

A partir de então, presenciamos a heteroglossia entre os sujeitos/enunciadores e suas posições axiológicas ao **ER1** responder ao **E** que, mesmo quem votou na Dilma, votou no vice. Nesse enunciado, mostra-se a compreensão ativa responsiva do interlocutor, pois, nos termos da constituição e no nosso sistema eleitoral, a eleição do presidente importará a do vice-presidente com ele registrado, ou seja, ao eleger o presidente, a população estará automaticamente elegendo o vice. Em seguida, **E** toma posição responsiva, sustentando o seu discurso e atualizando-o e demonstrando a partir de seu horizonte axiológico compreensivo-responsivo a existência, de forma irônica, de dois tipos de eleitores: *os que votam em Dilma e os que votam em Temer*.

Dessa forma, convém salientar que **ER3** resgata um horizonte espaço-temporal do contexto político brasileiro que caracterizava os opositoristas do governo Dilma (manifestação das panelas), usando-se, também, de valoração depreciativa. Por conseguinte, nos enunciados de **ER8**, pela

escolha da significação lexical, se distancia valorativamente do objeto em discussão para materializar o seu posicionamento, pois, nesse discurso, quem vota nulo não tem potencial responsabilização da representação do sujeito enunciativo.

Assim, comungando com Rocha e Marciel (2015), considerar a natureza situada das práticas de linguagens implica também considerarmos o reconhecimento de que os sentidos não são preestabelecidos ou estáticos, mas que são construídos de forma dinâmica nas relações sociais e são marcados por posicionamentos éticos, estéticos e políticos, entre outros. Carregam, portanto, interesses que marcam as posições assumidas pelos sujeitos que participam dessas relações e que, conseqüentemente, revelam relações de autoridade e poder entre eles. É nesse sentido que vemos como as forças discursivas são marcadas e acentuadas a partir de variadas apreciações axiológicas/valorativas e constituem o discurso como polifônico e heteroglóssico nos comentários analisados anteriormente.

Considerações finais

A notícia postada na página de Facebook da revista Veja causou um número considerável de manifestações, que constituíram relações dialógicas, isto é, enunciações-discursivas, nas quais estão envolvidas apreciação de valor ideológico e político. Essas interações constituem cadeias heteroglóssicas ou discursos heteroglóssicos, como já dito anteriormente, que se caracterizam como sendo as circunstâncias socio-ideológicas que particularizam determinados sentidos a partir dos enunciados analisados. Trata-se, portanto, não apenas do reconhecimento das vozes, mas de/dos sentidos dados nesses comentários a partir da postagem da notícia.

Nesse viés, os resultados da análise evidenciam que há um discurso heteroglóssico em que há a coexistência, a confluência de vozes ideológicas e também o conflito entre diferentes vozes. É possível vermos, também, a constituição polifônica marcada, na cadeia discursiva, a partir dos comentários como resultante da ação das forças centrípeta e centrífuga das línguas (e dos sujeitos e seus posicionamentos), conforme os recursos discursivos utilizados pelos sujeitos falantes, que permitem entrever as diversas vozes na cadeia discursiva.

Vemos, assim, que quem fala (enuncia) é, em termos bakhtinianos, um sujeito constituído na e pela interação dialógica com os outros,

reproduzindo e refratando em suas falas e em suas práticas sociais o seu contexto social imediato, ou seja, não há apenas uma única voz que busca discutir, por exemplo, sobre a figura de Lula com ex-presidente agora denunciado e com uma grande fortuna; há na verdade, um discurso heteroglóstico constituído por vozes diversas, sendo que essas diferentes vozes, que coexistem no discurso, advêm de outros tipos de discursos, ou seja, de outros contextos comunicativos que envolvem apreciações valorativas/axiológicas de outros sujeitos que constituem essa cadeia enunciativa.

Referências

- BAKHTIN, M.M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Fratischi Vieira. 16º ed. São Paulo: Hucitec, 2014 (1926).
- BAKHTIN, M.M; VOLOSCHINOV, V.N. **Discurso na vida e discurso na arte (sobre a poética sociológica)**. Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza [para fins didáticos]. E versão da língua inglesa de I.R. Titunik a partir do original russo, 1976 [1926].
- BAKHTIN, M.. **Estética da criação verbal**. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENEVENUTO, F. 2010. Redes Sociais Online: Técnicas de Coleta, Abordagens de Medição e Desafios Futuros. *In*: A.C.M. PEREIRA; G.L. PAPPÁ; M. WINCKLER; R.L. GOMES (orgs.), **Tópicos em Sistemas Colaborativos, Interativos, Multimídia, Web e Banco de Dados**. Belo Horizonte, Sociedade Brasileira de Computação, p. 41-70. Disponível em: <http://homepages.dcc.ufmg.br/~fabricio/download/mini-curso-swib10.pdf>. Acesso em: 28/02/2017.
- BRAIT, B.(org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2º ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.
- BRAIT, B.(org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 4º ed., 4º reimpressão. São Paulo: contexto, 2010.
- EVENSEN, L. S.. A linguística Aplicada a partir de um arcabouço com princípios caracterizadores de disciplinas e transdisciplinas. In: SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- FABRÍCIO, B. F.. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”–redescrições em curso. In: **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. MOITA LOPES, L. P. [org.] Ed. Parábola, 2006.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FARACO, C. A.. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
- FUJISAWA, K. S. **FACEBOOK: arquitetônica que organiza interações**. Tese de mestrado, UNICAMP, 2015.
- HINE, C. **Etnografia Virtual**. Barcelona, ESP: UOC, 2010.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.
- LOPES, L.P.M.. **Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero**. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 49, n. 2, p. 393-417, Dec. 2010.
- Moita Lopes, L. P. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada?. In: SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- MOITA-LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, 279p.
- MOITA-LOPES, L. P.. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.
- PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, p. 67-84, 2006.
- PEREIRA, R. A.; RODRIGUES, R. H.. O conceito de valoração nos estudos de Bakhtin: a interrelação entre ideologia e linguagem. **Rev. Linguagem em (dis) curso - LemD, tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan/abr. 2014.**
- PIRES, C. H. S.. **Os movimentos sociais nos gêneros discursivos digitais. 4º simpósio hipertexto e tecnologias na educação**, UFPB. 2012.
- RECUERO, R.. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos 16(2): 60-77 maio/agosto 2014.**
- RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Revista verso e reverso: Unisinos**, 2014.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet / Raquel Recuero**. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F.. **Ensino de língua estrangeira como prática translíngua: articulações com teorizações bakhtinianas**. DELTA, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 411-445, dez. 2015.

ROJO, R. H. R. Gêneros do discurso no Círculo de Bakhtin – ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. In: **4th International Symposium on Genre Studies/Anais do 4º Simpósio Internacional de Estudos de gêneros Textuais**, 2007, Tubarão, SC. AnaisSIGET. Tubarão, SC: UNISUL, 2007. v. CDRom. p. 1761-1775.

ROSSI REMENCHE, Maria de Lourdes; ROHLING, Nívea. O horizonte valorativo em enunciados do gênero comentário online: uma escuta dialógica. **Fórum Linguístico, Florianópolis**, v. 13, n. 3, p. 1460-1475, out. 2016.

SANTAELLA, L. Gêneros híbridos na era da hipermídia. **Rev. Bakhtiniana, São Paulo**, 9 (02): 206-216, Ago/dez, 2014.

SUASSUNA, L. A teoria sócio-interacionista de Mikhail Bakhtin e suas implicações para a avaliação educacional. **Matraga - vol. 1. N. 15**. Rio de janeiro: Jan/dez, 2003.

ZAGO, G. 2010. Do Boato à Notícia: Considerações sobre a Circulação de Informações entre Twitter e Mídia Online de Referência. In: A. AMARAL; M.C. AQUINO; S. MONTARDO, **INTERCOM SUL 2010: Perspectivas da Pesquisa em Comunicação Digital**. São Paulo, Intercom, p. 174-206.



Obra foi produzida com o apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA) e da Editora da Universidade Federal do Amapá